

Murray. N. Rothbard

# *Coletivismo de Guerra*

*Poder, empresas e a classe intelectual na  
Primeira Guerra Mundial*

*1ª edição*



Instituto Rothbard

**Título original**

*WAR COLLECTIVISM*

*Power, Business, and the Intellectual Class in World War I  
(1972)*

**Autor**

*Murray. N. Rothbard*

**Tradução**

*Fernando Fiori Chiocca*

**Revisão**

*enviar para contato@rothbardbrasil.com*

**Diagramação**

*Fernando Fiori Chiocca*

**Capa**

*Mises Institute*

*Fernando Fiori Chiocca*

ROTHBARD, Murray N.

*Coletivismo de Guerra: Poder, empresas e a classe  
intelectual na Primeira Guerra Mundial/Murray N. Rothbard*  
— São Paulo: Instituto Rothbard, 2022.

1. Guerra 2. Estatística 3. Religião 4. Governo 5.  
Interesses Econômicos I. Título.



# Sumário

<b>I. Coletivismo de Guerra na Primeira Guerra Mundial .....</b>	<b>7</b>
<b>II. A Primeira Guerra Mundial como uma realização: Poder e os Intelectuais .....</b>	<b>117</b>
INTRODUÇÃO .....	117
PIETISMO E LEI SECA .....	126
MULHERES NA GUERRA E NAS URNAS.	149
SALVANDO NOSSOS GAROTOS DO ÁLCOOL E DO VÍCIO .....	168
OS COLETIVISTAS DA <i>NEW REPUBLIC</i> ..	188
A ECONOMIA À SERVIÇO DO ESTADO: O EMPIRICISMO DE RICHARD T. ELY .....	216
ECONOMIA A SERVIÇO DO ESTADO: GOVERNO E ESTATÍSTICAS .....	240





# I

## **Coletivismo de Guerra na Primeira Guerra Mundial**

Mais do que qualquer outro período, a Primeira Guerra Mundial foi o divisor de águas crítico para o sistema empresarial americano. Foi um “coletivismo de guerra”, uma economia totalmente planejada dirigida em grande parte pelos interesses das grandes empresas através da instrumentalidade do governo central, que serviu de modelo, precedente e inspiração para o capitalismo corporativista estatal pelo restante do século XX.

Essa inspiração e precedente surgiram não apenas nos Estados Unidos, mas também nas economias de guerra dos principais combatentes da Primeira Guerra Mundial. O coletivismo de guerra mostrou aos interesses das grandes empresas do mundo ocidental que era possível mudar radicalmente do capitalismo anterior, em grande parte de livre mercado, para uma nova ordem marcada por um governo forte e intervenção e

planejamento governamental extensivo e abrangente, com o objetivo de proporcionar uma rede de subsídios e privilégios monopolistas aos interesses empresariais, e especialmente as grandes empresas. Em particular, a economia poderia ser cartelizada sob a égide do governo, com preços elevados e produção fixa e restringida, no padrão clássico de monopólio; e contratos militares e outros contratos governamentais poderiam ser canalizados para as mãos de produtores corporativistas favorecidos. A força de trabalho, que vinha se tornando cada vez mais rebelde, poderia ser domada e controlada a serviço dessa nova ordem estatal monopolista-capitalista, por meio da promoção de um conveniente sindicalismo aliado, tornando os líderes sindicais dispostos à colaborar sócios minoritários do sistema de planejamento.

De muitas maneiras, a nova ordem foi uma reversão impressionante ao mercantilismo antiquado, com seu imperialismo e nacionalismo agressivos, seu militarismo generalizado e sua gigantesca



rede de subsídios e privilégios monopolistas a grandes interesses empresariais. Na sua forma do século XX, é claro, o Novo Mercantilismo era industrial e não mercantil, uma vez que a revolução industrial interveio para tornar a manufatura e a indústria a forma econômica dominante. Mas havia uma diferença mais significativa no Novo Mercantilismo. O mercantilismo original havia sido brutalmente franco sobre seu domínio de uma classe e seu desprezo pelo trabalhador e consumidor médios.<sup>1</sup> Em vez disso, a nova versão

---

<sup>1</sup> Sobre as atitudes dos mercantilistas em relação ao trabalho, ver Edgar S. Furniss, *The Position of the Laborer in a System of Nationalism* (Nova York: Kelley & Millman, 1957). Assim, Furniss cita o mercantilista inglês William Petyt, que falava do trabalho como um “capital material . . . cru e não digerido. . . entregue nas mãos da autoridade suprema, em cuja prudência e disposição está melhorá-lo, administrá-lo e moldá-lo para mais ou menos

encobriu a nova forma de governo sob o disfarce da promoção do interesse nacional geral, do bem-estar dos trabalhadores através da nova representação trabalhista e do bem comum de todos os cidadãos. Daí a importância da nova ideologia do liberalismo do século XX: fornecer uma tão necessária legitimidade e apoio popular que sancionou e glorificou a nova ordem. Em contraste com o antigo liberalismo *laissez-faire* do século anterior, o novo liberalismo obteve aprovação popular para o novo sistema ao proclamar que diferia radicalmente do antigo mercantilismo explorador por sua promoção do bem-estar de toda a sociedade. E em troca desse suporte ideológico dos novos liberais “corporativistas”, o novo sistema forneceu aos

---

vantagem”. Furniss acrescenta que “é característico desses escritores estarem tão prontamente dispostos a confiar na sabedoria do poder civil para ‘melhorar, administrar e moldar’ a matéria-prima econômica da nação” (p. 41).

liberais progressistas o prestígio, a renda e o poder que vinham com cargos de planejamento concreto e detalhado do sistema, bem como de propaganda ideológica a seu favor.

Por sua vez, os intelectuais liberais progressistas conquistaram não apenas prestígio e um mínimo de poder na nova ordem, mas também a satisfação de acreditar que esse novo sistema de intervenção governamental era capaz de transcender as fragilidades e os conflitos sociais que eles enxergavam nas duas grandes alternativas: o capitalismo *laissez-faire* ou o socialismo marxista proletário. Os intelectuais viam na nova ordem algo que traria harmonia e cooperação a todas as classes em nome do bem-estar geral, sob a égide do grande governo. Na visão progressista, a nova ordem forneceu um meio-termo, um “centro vital” para a nação, em contraste com os “extremos” divisivos da esquerda e da direita.

# I

Não temos espaço aqui para nos debruçarmos sobre o extenso papel das grandes empresas e interesses empresariais na entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. Os extensos laços econômicos da grande comunidade empresarial com a Inglaterra e a França, por meio de exportação e empréstimos aos Aliados, especialmente aqueles assumidos pela politicamente poderosa J.P. Morgan & Co. (que também atuou como agente dos governos britânico e francês), aliada ao boom provocado pelos pedidos militares domésticos e aliados, tiveram um papel preponderante na entrada dos Estados Unidos na guerra. Além disso, praticamente toda a comunidade empresarial

do Leste apoiou a narrativa de entrada na guerra.<sup>2</sup>

Além do papel das grandes empresas em empurrar os Estados Unidos no caminho da guerra, as empresas estavam igualmente entusiasmadas com o amplo planejamento e mobilização econômica que a guerra claramente acarretaria. Assim, um dos primeiros entusiastas da mobilização de guerra foi a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, que havia sido uma das principais defensoras da cartelização industrial sob a égide do governo federal desde sua

---

<sup>2</sup> Sobre o papel da Casa de Morgan e outros laços econômicos com os Aliados na condução da entrada americana na guerra, ver Charles Callan Tansill, *America Goes to War* (Boston: Little, Brown & Co., 1938), pp. 32-134.

formação em 1912. A publicação mensal da Câmara, *The Nation's Business*, previu em meados de 1916 que uma economia mobilizada traria um compartilhamento de poder e responsabilidade entre governo e empresas. E o presidente do Comitê Executivo de Defesa Nacional da Câmara dos Estados Unidos escreveu aos du Ponts, no final de 1916, sobre sua expectativa de que “essa questão das munições parecia ser a maior oportunidade para fomentar o novo espírito” de cooperação entre governo e indústria.<sup>3</sup>

A primeira organização a apoiar a mobilização econômica para a guerra foi o Comitê de Preparação Industrial (CIP),

---

<sup>3</sup> Citado em Paul A.C. Koistinen, “The ‘Industrial-Military Complex’ in Historical Perspective: World War I”, *Business History Review* (Inverno, 1967): 381.

que em 1916 surgiu do Comitê de Preparação Industrial do Conselho Consultivo Naval, um comitê de consultores industriais da Marinha dedicados a considerar as ramificações de uma expansão da Marinha americana. Caracteristicamente, o novo CIP era uma organização público-privada intimamente misturada, oficialmente um braço do governo federal, mas financiada exclusivamente por contribuições privadas. Além disso, os membros industriais do comitê, trabalhando patrioticamente sem honorários, puderam assim manter suas posições e rendas privadas. Presidente do CIP, e um entusiasta dedicado à mobilização industrial, foi Howard E. Coffin, vice-presidente da importante Hudson Motor Co. de Detroit. Sob a direção de Coffin, o CIP organizou um inventário nacional de milhares de instalações industriais para fabricação de munições. Para fazer propaganda dessa iniciativa, batizada de “preparação industrial”, Coffin conseguiu mobilizar a Associação Americana de Imprensa, os Clubes de Publicidade Associados do Mundo, o

augusto *New York Times* e a grande maioria da indústria americana.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O principal historiador da mobilização da indústria na Primeira Guerra Mundial, ele próprio um dos principais participantes e diretor do Conselho de Defesa Nacional, escreve com desprezo que as dispersas exceções ao coro de aprovação de negócios “revelaram uma falta considerável . . . daquela unidade de vontade de servir a Nação que foi essencial para a fusão das lenhas do individualismo no feixe inquebrável da unidade nacional”. Grosvenor B. Clarkson, *Industrial America in the World War* (Boston: Houghton Muffin, 1923), p. 13. O livro de Clarkson, aliás, foi subsidiado por Bernard Baruch, o chefe do coletivismo industrial de guerra; o manuscrito foi verificado cuidadosamente por um dos principais assessores de Baruch. Clarkson, um homem de relações públicas e executivo de publicidade, começou seu esforço coordenando a publicidade para a campanha de preparação industrial de Coffin em 1916. Ver Robert D. Cuff, “Bernard Baruch: Symbol and Myth in



O CIP foi sucedido, no final de 1916, pelo totalmente governamental Conselho de Defesa Nacional (CDN), cuja Comissão Consultiva – composta em grande parte por industriais privados – se tornaria sua agência operacional real. (O Conselho propriamente dito consistia em vários membros do Gabinete.) O presidente Wilson anunciou o propósito do CDN, que era organizar “todo o mecanismo industrial . . . da forma mais eficaz”. Wilson considerou o Conselho particularmente valioso porque “abre um novo e direto canal de comunicação e cooperação entre empresários e cientistas e todos os departamentos do governo. . . .”<sup>5</sup> Ele também enalteceu o pessoal da Comissão Consultiva do Conselho por marcarem “a entrada do engenheiro e profissional

---

Industrial Mobilization”, *Business History Review* (Verão, 1969): 116.

<sup>5</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*, p. 21.

apartidário nos assuntos governamentais americanos” em uma escala sem precedentes. Esses membros, declarou o presidente com grandiloquência, deveriam servir sem remuneração, “sendo a eficiência seu único objetivo e o americanismo seu único motivo”.<sup>6</sup>

Exultante com o novo CDN, Howard Coffin escreveu aos du Ponts em dezembro de 1916, que “é nossa esperança que possamos lançar as bases para essa estrutura estreitamente unida, industrial, civil e militar, que todo americano pensante percebeu que é vital para a vida futura deste país, na paz e no comércio, não menos do que em uma possível guerra.”<sup>7</sup>

Particularmente influente no estabelecimento do CDN foi o secretário do

---

<sup>6</sup> Ibid., pág. 22.

<sup>7</sup> Koistinen, “O ‘Complexo Industrial-Militar’ em Perspectiva Histórica: Primeira Guerra Mundial”, p. 385.

Tesouro William Gibbs McAdoo, genro do presidente e ex-promotor da Hudson and Manhattan Railroad e associado dos interesses Ryan em Wall Street.<sup>8</sup> O chefe da Comissão Consultiva foi Walter S. Gifford, que fora um dos líderes do Comitê Coffin e chegara ao governo vindo de seu cargo de chefe estatístico da American

---

<sup>8</sup> Quem originou a ideia do CDN foi o Dr. Hollis Godfrey, presidente do Drexel Institute, uma organização de treinamento industrial e educação gerencial. Também influente no estabelecimento do CDN foi o Conselho Kerner, a junta militar-civil, chefiado pelo Coronel Francis J. Kerner, e incluindo como seus membros civis: Benedict Crowell, presidente da Crowell & Little Construction Co. de Cleveland e mais tarde Secretário Adjunto de Guerra; e R. Goodwyn Rhett, presidente do Banco Popular de Charleston e presidente também da Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Koistinen, "O 'Complexo Industrial-Militar' em Perspectiva Histórica: Primeira Guerra Mundial", pp. 382, 384.

Telephone and Telegraph Co., uma gigantesca empresa monopolista próxima de Morgan. Os outros membros “não partidários” foram: Daniel Willard, presidente da Baltimore and Ohio Railroad; o financista de Wall Street Bernard M. Baruch; Howard E. Coffin; Julius Rosenwald, presidente da Sears, Roebuck and Co.; Samuel Gompers, presidente da AF of L; e um cientista e um renomado cirurgião.

Meses antes da entrada americana na guerra, a Comissão Consultiva do CDN projetou o que viria a ser todo o sistema de compra de suprimentos de guerra, o sistema de controle de alimentos e a censura da imprensa. Foi a Comissão Consultiva que se reuniu com os radiantes representantes dos diversos ramos da indústria, e disse aos empresários que formassem comitês para a venda de seus produtos ao governo e para a fixação dos preços desses produtos. Daniel Willard foi, sem surpresa, encarregado de lidar com as ferrovias, Howard Coffin com munições e manufaturas, Bernard Baruch com matérias-primas e minerais, Julius

Rosenwald com suprimentos e Samuel Gompers com mão de obra. A ideia de estabelecer comitês das diversas indústrias, “para reunir seus recursos”, começou com Bernard Baruch. Os comitês de commodities do CDN, por sua vez, eram invariavelmente compostos pelos principais industriais de cada área; esses comitês negociariam então com os comitês indicados pela indústria.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Como um dos muitos exemplos, o “Comitê Cooperativo de Cobre” do CDN era composto por: o presidente da Anaconda Copper, o presidente da Calumet e Hecla Mining, o vice-presidente da Phelps Dodge, o vice-presidente da Kennecott Mines, o presidente de Utah Copper, o presidente da United Verde Copper, e Murray M. Guggenheim dos poderosos interesses da família Guggenheim. E o Instituto Americano de Ferro e Aço forneceu os representantes dessa indústria. Clarkson, *Industrial America in the World War*, pp. 496–97; Kostinen, “O ‘Complexo Industrial-Militar’ em Perspectiva Histórica: Primeira Guerra Mundial”, p. 386.

Por recomendação da Comissão Consultiva, Herbert Clark Hoover foi nomeado chefe do novo Departamento de Alimentos. No final de março de 1917, o CDN nomeou um Conselho de Compras para coordenar as compras industriais do governo. O presidente deste Conselho, cujo nome foi logo mudado para Conselho Geral de Munições, era Frank A. Scott, um conhecido fabricante de Cleveland, e presidente da Warner & Swasey Co.

No entanto, a mobilização centralizada estava avançando, mas lentamente através do emaranhado da burocracia, e a Câmara de Comércio dos Estados Unidos exortou o Congresso a fazer com que o diretor do CDN “recebesse poder e autoridade no campo econômico análogo ao do chefe de estado nas forças armadas.”<sup>10</sup> Finalmente, no início de julho, os

---

<sup>10</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*, p. 28.

departamentos de matérias-primas, munições e suprimentos foram reunidos sob um novo Conselho Industrial de Guerra (CIG), com Scott como presidente, o conselho que se tornaria a agência central do coletivismo na Primeira Guerra Mundial. As funções do CIG logo se tornaram a coordenação de compras, a alocação de commodities e a fixação de preços e prioridades na produção.

Problemas administrativos assolaram o CIG, no entanto, e um “autocrata” mais adequado foi procurado para governar toda a economia como presidente da nova organização. Um autocrata disposto foi finalmente descoberto na pessoa de Bernard Baruch no início de março de 1918. Com a escolha de Baruch, fortemente pressionada ao presidente Wilson pelo secretário McAdoo, o coletivismo de

guerra atingiu sua forma final.<sup>11</sup> As credenciais de Baruch para a tarefa eram inquestionáveis; um dos primeiros defensores da entrada na guerra, Baruch havia apresentado um esquema de mobilização industrial de guerra ao presidente Wilson já em 1915.

O CIG desenvolveu um vasto aparato que se conectava às indústrias específicas por meio de divisões de commodities em grande parte compostas pelas próprias indústrias. O historiador do CIG, ele próprio um de seus líderes, enalteceu o fato de o CIG ter estabelecido

um sistema de concentração do comércio, da indústria e de todos os poderes do governo que

---

<sup>11</sup> Scott e Willard foram sucessivamente presidentes, cargo que foi oferecido a Homer Ferguson, presidente da Newport News Shipbuilding Co. chefe da Câmara de Comércio dos Estados Unidos.



não tinha comparação entre todas as outras nações. . . . Estava tão entrelaçado com os departamentos de abastecimento do exército e da marinha, dos aliados e com outros departamentos do governo que, embora fosse uma entidade própria. . . suas decisões e seus atos. . . sempre se basearam em um panorama de toda a situação. Ao mesmo tempo, através das divisões e setores de commodities em contato com os comitês responsáveis pelas commodities negociadas, o Conselho Industrial de Guerra estendeu suas antenas para os recessos mais íntimos da indústria. Nunca antes houve uma concentração tão grande de conhecimento no vasto campo da indústria, comércio e transporte americanos. Nunca houve tal

abordagem de onisciência nos negócios de um continente.<sup>12</sup>

Os líderes das grandes empresas permearam a estrutura do CIG, desde o próprio conselho até os setores de commodities. Assim, o vice-presidente Alexander Legge veio da International Harvester Co.; o empresário Robert S. Brookings foi a principal força por traz da insistência na fixação de preços; George N. Peek, responsável pelos produtos acabados, foi vice-presidente da Deere & Co., uma fabricante líder de equipamentos agrícolas. Robert S. Lovett, encarregado das prioridades, era presidente do conselho da Union Pacific Railroad, e J. Leonard Replogle, diretor de aço, havia sido presidente da American Vanadium Co. Fora da estrutura direta do CIG, Daniel Willard, do Baltimore & Ohio era o responsável pelas

---

<sup>12</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*, p. 63.

ferrovias do país, e o grande empresário Herbert C. Hoover era o “Czar dos Alimentos”.

Na concessão de contratos de guerra, não havia espaço para bobagens sobre licitações concorrenciais. A concorrência em eficiência e custo foi posta de lado, e o CIG, dominado pela indústria, distribuiu contratos como achou adequado.

Qualquer empresa individualista dissidente que não gostasse dos decretos e ordens do CIG logo foi esmagada entre a coerção exercida pelo governo e o opróbrio colaborativo de seus colegas de negócios organizados. Assim, Grosvenor Clarkson escreve:

Os industriais americanos individualistas ficaram horrorizados quando perceberam que a indústria havia sido alistada, do mesmo modo que homens foram alistados. . . . As empresas desejaram sua própria dominação, forjaram seus laços e policiaram sua

própria sujeição. Houve protestos amargos e tempestuosos aqui e ali, especialmente das indústrias que foram restringidas ou suspensas. . . . [Mas] os rasgos na vestimenta da autoridade foram amplamente preenchidos pelo espírito dócil e cooperativo da indústria. O obstrutor ocasional fugia dos decretos do Conselho apenas para se ver condenado ao ostracismo por seus companheiros na indústria.<sup>13</sup>

Um dos instrumentos mais importantes do coletivismo em tempo de guerra foi a Divisão de Conservação do CIG, uma agência novamente composta em grande parte por líderes da indústria. A Divisão de Conservação havia começado como o Conselho de Economia Comercial do CDN, criação de seu primeiro presidente, o empresário de Chicago A.W. Shaw. O

---

<sup>13</sup> Ibid., pp. 154, 159.

Conselho, ou Divisão, sugeriria economias industriais e encorajaria a indústria em questão a estabelecer regulamentos cooperativos. Os regulamentos do Conselho eram supostamente “voluntários”, um voluntarismo imposto pela “compulsão da opinião comercial – que automaticamente policiava a observância das recomendações”. Pois “uma prática adotada pelo consenso esmagador e mesmo insistência dos . . . companheiros [de um homem], especialmente quando leva o rótulo de serviço patriótico em um momento de emergência, não deve ser desconsiderada levianamente.”<sup>14</sup>

Dessa forma, em nome da “conservação” em tempo de guerra, a Divisão de Conservação se propôs a racionalizar, padronizar e cartelizar a indústria de uma forma que, esperançosamente, continuaria permanentemente após o fim da

---

<sup>14</sup> Ibid., pp. 215.

guerra. Arch W. Shaw resumiu a tarefa da Divisão da seguinte forma: reduzir drasticamente o número de estilos, tamanhos, etc., dos produtos da indústria; eliminar vários estilos e variedades; padronizar tamanhos e medidas. Que essa supressão implacável e completa da concorrência na indústria não foi pensada como uma medida puramente de guerra fica claro nesta passagem de Grosvenor Clarkson:

A Guerra Mundial foi uma escola maravilhosa. . . . Mostrou-nos como tantas coisas podem ser melhoradas que não sabemos por onde começar a utilização permanente do que sabemos. Só a Divisão de Conservação mostrou que simplesmente livrar o comércio e a indústria do fardo dos costumes fúteis e a incrustação de variedades inúteis daria um bom dividendo ao capital mundial. . . . Talvez seja demais esperar que haja algum ganho geral em tempo de paz com o experimento triunfante da Divisão de Conservação. No

entanto, agora o mundo precisa economizar tanto quanto na guerra.<sup>15</sup>

Ansioso pela futura cartelização, Clarkson declarou que essa “economia . . . implica uma afiliação tão próxima e solidária de indústrias concorrentes que dificilmente é possível sob a descentralização dos negócios que é compelida por nossos estatutos antitruste.”

O biógrafo de Bernard Baruch resumiu os resultados duradouros da “conservação” e padronização compulsórias da seguinte forma:

A conservação em tempo de guerra reduziu estilos, variedades e cores de roupas. Ela padronizou tamanhos. . . . Ela havia proibido 250 tipos diferentes de modelos de arado nos EUA, para não falar de

---

<sup>15</sup> Ibid., pp. 230.

755 tipos de brocas. . . a produção em massa e a distribuição em massa haviam se tornado a lei do país. . . . Este, então, seria o objetivo do próximo quarto do século XX: “Padronizar a indústria americana”; fazer da necessidade de guerra uma questão vantajosa em tempo de paz.<sup>16</sup>

Não apenas a Divisão de Conservação, mas toda a estrutura do coletivismo e cartelização em tempo de guerra constituíam uma visão de negócios e de governo para uma futura economia em tempo de paz. Como Clarkson colocou francamente:

Não é de admirar que os homens que lidavam com as indústrias de uma nação. . . meditaram com uma espécie de desprezo

---

<sup>16</sup> Margaret L. Coit, *Mr. Baruch* (Boston: Houghton Muffin Co., 1957), p. 219.



intelectual sobre a enorme confusão de acertos e erros da indústria em tempos de paz, com seu ciclo perpétuo de fartura e escassez e sua tentativa interna de ajuste após o evento. De suas meditações surgiram sonhos de um mundo econômico ordenado.

Eles concebiam os EUA como “commodity seccionada” para o controle do comércio mundial. Eles viram todo o comércio do mundo cuidadosamente computado e registrado em Washington, requisitos anotados, recursos americanos de plantão, as torneiras abertas ou fechadas de acordo com as circunstâncias. Em síntese, uma mente e uma vontade nacionais confrontando o comércio internacional e mantendo sua

própria casa com os negócios em ordem.<sup>17</sup>

O coração e a alma do mecanismo de controle da indústria pelo CIG eram seus sessenta e tantos setores de commodities, comitês que supervisionavam os vários grupos de commodities, que eram compostos quase exclusivamente por empresários das respectivas indústrias. Além disso, esses comitês lidavam com mais de trezentos “comitês de serviço de guerra” da indústria nomeados pelos respectivos agrupamentos industriais sob a égide da Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Não é à toa que nesse ambiente amigável havia muita harmonia entre empresas e governo. Como Clarkson descreveu com admiração:

Empresários      totalmente  
consagrados      ao      serviço      do

---

<sup>17</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*, p. 312.

governo, mas totalmente cientes dos problemas da indústria, agora enfrentavam empresários totalmente representativos da indústria. . . mas solidários com o propósito do governo.<sup>18</sup>

E:

Os setores de commodities eram negócios operando negócios do governo para o bem comum. . . . Os comitês de guerra da indústria conheciam, entendiam e acreditavam nos chefes das commodities. Eles eram da mesma peça.<sup>19</sup>

Em suma, Clarkson alegrou-se com o fato de os setores de commodities serem “mobilizados e treinados pela indústria, responsivos, perspicazes e

---

<sup>18</sup> Ibid., pág. 303.

<sup>19</sup> Ibid., pp. 300-01.

totalmente equipados. Eles eram militantes e compactos.”<sup>20</sup>

A Câmara de Comércio estava particularmente entusiasmada com o sistema de comitês de serviço de guerra, um sistema que deveria estimular as ações das associações comerciais também em tempos de paz. O presidente da Câmara Harry A. Wheeler, vice-presidente da Union Trust Co. de Chicago, declarou que:

A criação dos Comitês de Serviço de Guerra promete fornecer as bases para uma organização industrial verdadeiramente nacional, cujos preparativos e

---

<sup>20</sup> Ibid., pág. 309. Sobre o Conselho Industrial de Guerra, os setores de commodities e sobre o sentimento das grandes empresas que abrem o caminho para o sistema coordenado entre indústria e governo, ver James Weinstein, *The Corporate Ideal in the Liberal State, 1900-1918* (Boston: Beacon Press, 1969), pág. 223 e passim.

oportunidades são ilimitados. . . .  
A integração das empresas, objetivo expresso da Câmara Nacional, está à vista. A guerra é o professor severo que está ensinando a lição do esforço cooperativo.<sup>21</sup>

O resultado de toda essa harmonia recém-descoberta dentro de cada indústria, e entre a indústria e o governo, foi “substituir a competição pela cooperação”. A competição por encomendas governamentais era praticamente inexistente, e “a competição de preços foi praticamente eliminada pela ação do governo. A indústria estava nesta época em . . .

---

<sup>21</sup> Em *The Nation's Business* (agosto de 1918): 9-0. Citado em Koistinen, "O 'Complexo Industrial-Militar' em Perspectiva Histórica: Primeira Guerra Mundial", pp. 392-93.

uma idade de ouro de harmonia” e livre da ameaça de prejuízo nos negócios.<sup>22</sup>

Uma das funções cruciais do planejamento em tempo de guerra era a fixação de preços, estabelecida na área de commodities industriais pelo Comitê de Fixação de Preços do Conselho Industrial de Guerra. Começando com áreas críticas como aço e cobre no início da guerra e depois expandindo inexoravelmente para muitas outras áreas, a fixação de preços foi vendida ao público como a fixação de preços máximos para proteger o público contra a inflação da guerra. Porém, na verdade, o governo fixou o preço em cada setor de forma a garantir um “lucro justo” aos produtores com altos custos, conferindo assim um alto grau de privilégio e altos lucros em relação às empresas de

---

<sup>22</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*, p. 313.

baixo custo.<sup>23</sup> Clarkson admitiu que este sistema

foi um tremendo revigora-  
mento das grandes empresas e  
duro para as pequenas empresas.  
Os produtores grandes e eficientes  
obtiveram lucros maiores do que o  
normal e muitas das empresas me-  
nores ficaram abaixo de seus re-  
tornos habituais.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Ver George P. Adams, Jr., *Wartime Price Control* (Washington, D.C.: American Council on Public Affairs, 1942), pp. 57, 63-64. Como exemplo, o governo fixou o preço do cobre f.o.b. Nova York a 23 ½ centavos por libra. A Utah Copper Co., que produziu mais de 8% da produção total de cobre, teve custos estimados de 11,8 centavos de dólar por libra. Dessa forma, a Utah Copper teve quase 100% de lucro sobre os custos garantidos. Ibid., pág. 64n.

<sup>24</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*.

Mas as empresas de custos mais altos estavam extremamente satisfeitas com sua garantia de “lucro justo”.

A atitude do Comitê de Fixação de Preços foi refletida na declaração de seu presidente, Robert S. Brookings, um magnata da madeira aposentado, dirigida à indústria do níquel: “Não temos a atitude de invejar seus lucros; temos mais a atitude de justificá-los se pudermos. É assim que abordamos essas coisas.”<sup>25</sup>

Típica da operação de fixação de preços foi a situação na indústria têxtil de algodão. O presidente Brookings relatou em abril de 1918 que o comitê de produtos de algodão havia decidido “se reunir de maneira amigável” para tentar “estabilizar o mercado”. Brookings acrescentou o sentimento dos maiores fabricantes de algodão de que era melhor fixar um preço

---

<sup>25</sup> Adams, *Wartime Price Control*, pp. 57–58.



mínimo alto de longo prazo do que tirar total vantagem de curto prazo dos preços muito altos então existentes.<sup>26</sup>

O entusiasmo geral do mundo dos negócios, e especialmente das grandes empresas, pelo sistema de coletivismo de guerra pode agora ser explicado. O entusiasmo era produto da resultante estabilização dos preços, da eliminação das flutuações do mercado e do fato de que os preços eram quase sempre fixados por consentimento mútuo do governo e dos representantes de cada indústria. Não é de admirar que Harry A. Wheeler, presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, tenha escrito no verão de 1917 que a guerra “está dando as empresas a base para o tipo de esforço cooperativo que sozinho pode tornar os EUA economicamente eficientes”. Ou que o chefe

---

<sup>26</sup> Weinstein, *The Corporate Ideal in the Liberal State*, 1900-1918, pp. 224-25.

da American Telephone and Telegraph louvou o aperfeiçoamento de uma “coordenação para garantir uma cooperação completa não apenas entre o governo e as empresas, mas entre as próprias empresas”. O planejamento cooperativo em tempo de guerra estava funcionando tão bem, de fato, opinou o presidente do conselho da Republic Iron and Steel no início de 1918, que deveria continuar em tempo de paz também.<sup>27</sup>

A indústria siderúrgica de vital importância é um excelente exemplo do funcionamento do coletivismo de guerra. A marca registrada do controle coeso da indústria siderúrgica era a íntima “cooperação” entre governo e indústria, uma cooperação na qual Washington decidia uma política ampla e depois deixava para o juiz

---

<sup>27</sup> Melvin I. Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration* (Columbus: Ohio State University Press, 1969), pp. 152-153.

Elbert Gary, presidente da principal produtora de aço, a United States Steel, implementar a política dentro da indústria. Gary selecionou um comitê representando os maiores produtores de aço para ajudá-lo a administrar o setor. Um aliado condescendente pôde ser encontrado em J. Leonard Replogle, presidente da American Vanadium Co. e chefe da Divisão de Aço do CIG. Replogle compartilhava do antigo desejo de Gary e da indústria siderúrgica de cartelização industrial e estabilidade de mercado sob a égide de um governo federal amigável. Sem surpresa, Gary ficou encantado com seus novos poderes na direção da indústria siderúrgica e pediu que ele recebesse poder total “para mobilizar completamente e, se necessário, comandar”. E a *Iron Age*, a revista da indústria de ferro e aço, exultou que

aparentemente foi necessária a guerra mais gigantesca de toda a história para dar à ideia de cooperação um lugar no programa econômico geral como os fabricantes de aço do país tentaram dar em

sua própria indústria há quase dez anos

com a breve *entente cordiale* entre o juiz Gary e o presidente Roosevelt.<sup>28</sup>

É verdade que as relações em tempo de guerra entre o governo e as empresas siderúrgicas às vezes eram tensas, mas a tensão e a forte ameaça de apropriação de recursos pelo governo eram

---

<sup>28</sup> Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 153-157. Em seu importante estudo sobre as relações entre empresas e governos no Conselho Industrial de Guerra, o professor Robert Cuff concluiu que a regulamentação federal da indústria foi moldada pelos líderes das grandes empresas e que as relações entre o governo e as grandes empresas eram mais suaves nessas indústrias, como a siderúrgica, cujos líderes industriais já haviam se comprometido a buscar a cartelização patrocinada pelo governo. Robert D. Cuff, "Business, Government, and the War Industries Board" (dissertação de doutorado em história, Universidade de Princeton, 1966).

geralmente direcionadas a empresas menores, como a Crucible Steel, que se recusava obstinadamente a aceitar contratos governamentais.<sup>29</sup>

Na indústria siderúrgica, de fato, foram as grandes siderúrgicas – U.S. Steel, Bethlehem, Republic, etc. – que, no início da guerra, haviam solicitado pela primeira vez a fixação de preços do governo, e elas tiveram que incitar um governo às vezes confuso a adotar o que acabou se tornando o programa do governo. A principal razão foi que os grandes produtores de aço, felizes com o enorme aumento dos preços do aço no mercado como resultado da demanda durante a guerra, ansiavam estabilizar o mercado a um preço alto e assim assegurar uma posição de lucro a longo prazo durante o período da guerra. O acordo de fixação de

---

<sup>29</sup> Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, p. 154.

preços entre o governo e a indústria siderúrgica de setembro de 1917 foi, portanto, louvado por John A. Topping, presidente da Republic Steel, da seguinte forma:

O acordo do aço terá um efeito salutar no setor do aço porque o princípio da regulamentação cooperativa foi estabelecido com a aprovação do governo. É claro que os lucros anormais atuais serão substancialmente reduzidos, mas uma condição de mercado descontrolada foi evitada e a prosperidade estendida. . . . Ademais, a estabilidade em valores futuros deve ser conservada.<sup>30</sup>

Além disso, as grandes siderúrgicas se contentavam em usar os preços fixos como justificativa para impor

---

<sup>30</sup> Em *Iron Age* (27 de setembro de 1917). Citado em Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 216–17

controles e estabilidade aos salários, que também começavam a subir. Os fabricantes de aço menores, por outro lado, muitas vezes com custos mais altos e que não eram tão prósperos antes da guerra, se opunham à fixação de preços porque desejavam aproveitar ao máximo a bonança de lucro de curto prazo provocada pela guerra.<sup>31</sup>

Sob esse regime, a indústria siderúrgica alcançou o maior nível de lucros de sua história, com média de 25% ao ano durante os dois anos de guerra. Algumas das empresas siderúrgicas menores,

---

<sup>31</sup> Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 203–06. Veja também Robert D. Cuff e Melvin I. Urofsky, “The Steel Industry and Price-Fixing Durante a Primeira Guerra Mundial”, *Business History Review* (outono, 1970): 291–06.

beneficiando-se de sua menor capitalização total, tiveram quase o dobro.<sup>32</sup>

O sistema mais completo de controle de preços durante a guerra foi aplicado não pelo CIG, mas pela Secretaria de Alimentos separada, sobre a qual Herbert Clark Hoover presidiu como “Czar dos Alimentos”. O historiador oficial do controle de preços em tempo de guerra escreveu com razão que o programa de controle de alimentos “foi a medida mais importante para controlar os preços que os Estados Unidos . . . já haviam tomado.”<sup>33</sup>

Herbert Hoover aceitou seu posto logo após a entrada americana na guerra, mas apenas com a condição de que ele tivesse total autoridade sobre alimentos,

---

<sup>32</sup> Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 228–33.

<sup>33</sup> Paul Willard Garrett, *Government Control Over Prices* (Washington, D.C.: Government Printing Office, 1920), p. 42.



sem impedimentos de conselhos ou comissões. A Secretaria de Alimentos foi estabelecida sem autorização legal, e então um projeto de lei apoiado por Hoover foi submetido ao Congresso para dar ao sistema toda a força da lei. Hoover também recebeu o poder de requisição de “coisas essenciais”, de confiscar usinas para operação do governo e regular ou proibir trocas.

Fundamental para o sistema de controle da Secretaria de Alimentos (SA) era uma vasta rede de licenciamento. Em vez de controle direto sobre os alimentos, a SA recebeu o poder absoluto de emitir licenças para toda e qualquer divisão da indústria de alimentos e estabelecer as condições para manter a licença. Todos os comerciantes, fabricantes, distribuidores e armazenistas de produtos alimentícios eram obrigados por Hoover a manter sua licença federal.

Uma característica notável introduzida por Hoover em seu reinado como Czar dos Alimentos foi a mobilização de uma vasta rede de cidadãos voluntários

agindo como uma massa de participantes ansiosos em fazer cumprir seus decretos. Assim, Herbert Hoover foi talvez o primeiro político americano a perceber o potencial – em ganhar aceitação em massa e em fazer cumprir decretos governamentais – da mobilização de massas através de uma torrente de propaganda para servir como auxiliares voluntários da burocracia governamental. A mobilização chegou ao ponto de induzir o público a rotular como um verdadeiro leproso moral qualquer um que discordasse dos decretos de Hoover. Deste modo:

A base de tudo. . . o controle exercido pela Secretaria de Alimentos era o trabalho educativo que precedeu e acompanhou suas medidas de conservação e regulamentação. O Sr. Hoover estava totalmente comprometido com a ideia de que o método mais eficaz para controlar os alimentos era colocar cada homem, mulher e criança do país no negócio de economizar alimentos. . . . O país estava

literalmente repleto de milhões de panfletos e folhetos destinados a educar as pessoas sobre a situação alimentar. Nenhum conselho de guerra em Washington foi tão anunciado quanto a Secretaria de Alimentos dos EUA. Havia insígnias da Secretaria de Alimentos para a lapela do casaco, a vitrine, o restaurante, o trem e a casa. Um estigma real era colocado sobre a pessoa que não era fiel aos decretos da Secretaria de Alimentos através da pressão das escolas, igrejas, clubes de mulheres, bibliotecas públicas, associações de comerciantes, irmandades e outros grupos sociais.<sup>34</sup>

O método pelo qual a Secretaria de Alimentos impôs o controle de preços foi a

---

<sup>34</sup> Garrett, *Government Control Over Prices*, p. 56.

exigência de que seus licenciados recebessem “uma margem de lucro razoável”. Essa “margem razoável” foi interpretada como uma margem acima dos custos de cada produtor, e esse “lucro razoável” acima dos custos para cada revendedor tornou-se a regra de controle de preços. O programa foi apresentado ao público como um meio de manter os lucros e os preços dos alimentos *baixos*. Embora a Secretaria de Alimentos certamente desejasse estabilizar os preços, o objetivo era também e primordialmente *cartelizar*. A indústria e o governo trabalharam juntos para garantir que concorrentes independentes não saíssem da linha; os preços em geral deveriam ser fixados em um nível que garantisse um lucro “razoável” para todos. O objetivo não era preços *mais baixos*, mas preços uniformes, estabilizados e não concorrentes para todos. O objetivo era muito mais manter os preços *altos* do que mantê-los baixos. De fato, qualquer concorrente excessivamente ganancioso que tentasse aumentar seus lucros acima dos níveis anteriores à guerra *baixando*

seus preços era tratado com a maior severidade pela Secretaria de Alimentos.

Consideremos dois dos mais importantes programas de controle de alimentos durante a Primeira Guerra Mundial: trigo e açúcar. O controle de preços do trigo, o programa mais importante, veio na esteira da demanda em tempos de guerra, que elevou os preços do trigo muito rapidamente ao seu nível mais alto da história dos Estados Unidos. Assim, o trigo aumentou em um dólar por alqueire ao longo de dois meses no início da guerra, atingindo o preço inédito de três dólares por alqueire. O controle veio na esteira da agitação de que o governo deve intervir para frustrar os “especuladores” fixando os preços máximos do trigo. No entanto, sob pressão dos agricultores, o programa do governo fixou por lei não preços máximos para o trigo, mas mínimos; a Lei de Controle de Alimentos de 1917 fixou um preço mínimo de dois dólares por alqueire para a safra de trigo do ano seguinte. Não satisfeito com esse subsídio especial, o presidente passou a aumentar

o mínimo para dois dólares e vinte e seis centavos o alqueire em meados de 1918, valor que era então o exato preço de mercado do trigo. Este aumento mínimo efetivamente fixou o preço do trigo durante a guerra. Assim, o governo garantiu que os consumidores não poderiam se beneficiar de qualquer queda nos preços do trigo.

Para impor o preço artificialmente alto do trigo, Herbert Hoover estabeleceu a Grain Corporation, “liderada por homens práticos de grãos”, que comprava a maior parte da safra de trigo nos Estados Unidos pelo “preço justo” e depois revendia a colheita para os moinhos de farinha do país pelo mesmo preço. Para manter os moleiros felizes, a Grain Corporation lhes dava garantias contra qualquer possível prejuízo devido a estoques não vendidos de trigo ou farinha. Além disso, cada moinho tinha a garantia de que sua posição relativa na indústria da farinha seria mantida durante toda a guerra. Desta forma, a indústria da farinha foi cartelizada com sucesso por meio do aparato do governo. A Secretaria de Alimentos tratou

com facilidade dos poucos moinhos que recusaram o acordo do cartel; como Garrett colocou: “suas operações . . . foram razoavelmente bem controladas. . . pelos requisitos de licença.”<sup>35</sup>

Os preços excessivamente altos do trigo e da farinha também significavam custos artificialmente altos para os padeiros. *Eles*, por sua vez, foram trazidos para de baixo das agradáveis asas do cartel ao serem obrigados, em nome da “conservação”, a misturar produtos inferiores com farinha de trigo em proporção fixa. Cada padeiro, é claro, adorou cumprir a exigência de fazer produtos inferiores, que ele sabia que também estava sendo imposta aos seus concorrentes. A concorrência também foi reduzida pela padronização compulsória da Secretaria de Alimentos dos tamanhos dos pães e pela proibição de redução de preços por meio de

---

<sup>35</sup> Ibid., pág. 66.

descontos ou abatimentos para clientes específicos – o caminho clássico para a dissolução interna de qualquer cartel.<sup>36</sup>

No caso específico do açúcar, houve um esforço muito mais sincero para manter os preços baixos – devido ao fato de os Estados Unidos serem em grande parte um importador e não um produtor de açúcar. Herbert Hoover e os governos aliados formaram devidamente um Comitê Internacional do Açúcar, que se comprometeu a comprar todo o açúcar de seus países, em grande parte de Cuba, a um preço artificialmente baixo, e depois alocar o açúcar bruto para as várias refinarias. Assim, os governos aliados funcionaram como um gigantesco cartel de compras para baixar o preço da matéria-prima de suas refinarias.

---

<sup>36</sup> Ibid., pág. 73.



Herbert Hoover instigou o plano para o Comitê Internacional do Açúcar (CIA), e o governo dos Estados Unidos nomeou a maioria do comitê de cinco homens. Como presidente do comitê, Hoover escolheu Earl Babst, presidente da poderosa American Sugar Refining Co., e os outros membros americanos também representavam os interesses das refinarias. O CIA prontamente fixou uma forte redução do preço do açúcar: baixando o preço em Nova York do açúcar bruto cubano de seu alto preço de mercado de seis e três quartos centavos por libra no verão de 1917 para seis centavos por libra. Quando os cubanos, compreensivelmente, recusaram essa redução de preço artificialmente forçada de sua safra comercial, o Departamento de Estado dos Estados Unidos e a Secretaria de Alimentos colaboraram para coagir o governo cubano a concordar. De alguma forma, os cubanos não conseguiram obter da Secretaria de Alimentos as licenças de importação do trigo e carvão necessários, e o resultado foi uma grave escassez de pão, farinha e carvão em Cuba. Finalmente, os cubanos

capitularam em meados de janeiro de 1918, e as licenças de importação dos Estados Unidos ficaram disponíveis rapidamente.<sup>37</sup> Cuba também foi induzida a proibir todas as exportações de açúcar, exceto para o Comitê Internacional do Açúcar.

Aparentemente, o Sr. Babst assegurou um bônus extra para sua American Sugar Refining Company; pois, em breve, funcionários de refinarias americanas concorrentes deveriam testemunhar perante o Congresso que essa empresa havia lucrado particularmente com as atividades do Comitê Internacional do Açúcar e com o preço que ele fixava no açúcar cubano.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Ver Robert F. Smith, *The United States and Cuba* (Nova York: Bookman Associates, 1960), pp. 20-21.

<sup>38</sup> *Ibid.*, pág. 191.

Embora o governo americano tenha perseguido com grande diligência o objetivo de baixar os preços das matérias-primas para as refinarias dos Estados Unidos, ele também percebeu que não poderia forçar *muito* para baixo o preço do açúcar bruto, uma vez que o governo tinha que considerar a cana marginal dos Estados Unidos e produtores de açúcar de beterraba, que tiveram que receber seu “retorno justo” devidamente designado. Em conjunto para harmonizar e subsidiar tanto os refinadores de açúcar *quanto* os produtores de açúcar nos Estados Unidos, Hoover estabeleceu um Conselho de Equalização do Açúcar que simultaneamente manteria o preço do açúcar *baixo* para Cuba e alto o suficiente para os produtores americanos. O Conselho conseguiu essa façanha comprando o açúcar cubano ao preço baixo fixo e depois revendendo a safra para as refinarias a um

preço mais alto para cobrir os produtores americanos.<sup>39</sup>

O resultado dos preços artificialmente baixos do açúcar foi, inevitavelmente, criar uma grave escassez de açúcar, reduzindo a oferta e estimulando um consumo público excessivo. O resultado foi que o consumo de açúcar foi severamente restringido pelo racionamento federal de açúcar.

Não é de surpreender que as indústrias alimentícias tenham ficado encantadas com o programa de controle em tempo de guerra. Expressando o espírito de todo o regime coletivista de guerra, Herbert Hoover, nas palavras de Paul Garrett:

manteve, como política cardinal desde o início, um contato

---

<sup>39</sup> Garrett, *Government Control Over Prices*, pp. 78–85.

muito próximo e íntimo com o comércio. Os homens, que ele escolheu para chefiar seus vários setores de commodities e cargos de responsabilidade, eram em grande parte comerciantes. . . . A determinação das políticas de controle dentro de cada ramo da indústria alimentícia foi feita em conferência com os comerciantes desse ramo. . . . Pode ser dito. . . que o arcabouço de controle de alimentos, assim como de controle de matéria-prima, foi construído a partir de acordos com o comércio. Além disso, a execução dos acordos uma vez feitos foi confiada em parte à cooperação de organizações comerciais constituídas. A própria indústria foi constituída para se sentir responsável pela aplicação

de todas as regras e regulamentos.<sup>40</sup>

Também separadas do Conselho Industrial de Guerra estavam as ferrovias do país, que receberam a maior ministração individual do despotismo do governo em comparação com qualquer outra indústria. As ferrovias, de fato, foram confiscadas e operadas diretamente pelo governo federal.

Assim que os Estados Unidos entraram na guerra, o governo instou as ferrovias a se unirem em prol do esforço de guerra. As ferrovias ficaram satisfeitas em obedecer e rapidamente formaram o que ficou conhecido como o Conselho de Guerra das Ferrovias, prometendo fielmente perseguir um objetivo que há muito buscavam em tempos de paz: cessar as atividades competitivas e coordenar as

---

<sup>40</sup> Ibid. págs. 55–56.

operações ferroviárias.<sup>41</sup> Daniel Willard, presidente da Baltimore & Ohio Railroad e o antecessor de Bernard Baruch como chefe do CIG, informaram alegremente que as ferrovias concordaram em conferir ao seu Conselho de Guerra total autoridade para anular os interesses ferroviários individuais. Sob seu presidente, Fairfax Harrison, da Southern Railroad, o Conselho de Guerra estabeleceu um Comitê de Serviço de Vagões para coordenar o suprimento nacional de vagões. Auxiliando o esforço de coordenação estava a Comissão de Comércio Interestadual (CCI), o órgão regulador federal de longa data para as ferrovias. Mais uma vez, o monopólio promovido pelo governo foi uma inspiração para muitos que estavam de olho na economia em tempos de paz. Por vários anos, as ferrovias vinham

---

<sup>41</sup> Ver K. Austin Kerr, *American Railroad Politics, 1914-1920* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1968), pp. 44 e segs.

promovendo a “gestão científica” como forma de obter taxas mais altas da CCI e uma cartelização imposta pelo governo; mas foram frustradas pela pressão das transportadoras organizadas, os usuários industriais das ferrovias.

Mas agora até as transportadoras ficaram impressionadas. Max Thelen, presidente da Comissão Ferroviária da Califórnia, presidente da Associação Nacional de Comissões Ferroviárias e de Serviços Públicos e principal porta-voz das transportadoras organizadas, concordou que o problema crítico das ferrovias era a “duplicação” e a “irracional” falta de total coordenação inter-ferroviária. E o senador Francis G. Newlands (Democrata, Nevada), o congressista mais poderoso em assuntos ferroviários como presidente de um comitê conjunto de regulamentação de transporte, opinou que a experiência



da guerra foi “um pouco destruidora das antigas visões sobre as leis antitruste”.<sup>42</sup>

Logo, porém, ficou claro que o sistema de coordenação privada voluntária não estava realmente funcionando bem. Os departamentos de trânsito de estradas individuais persistiram em práticas competitivas; os sindicatos das irmandades ferroviárias exigiam persistentemente aumentos salariais substanciais; e as ferrovias e as transportadoras organizadas colidiram quanto as demandas da ferrovia para um aumento geral da tarifa. Todos os grupos sentiram que a coordenação regional e a eficiência geral seriam melhor alcançadas pela operação federal direta das ferrovias. As transportadoras primeiro propuseram o esquema como um método de alcançar a coordenação e evitar taxas de frete mais altas; os sindicatos

---

<sup>42</sup> Kerr, *American Railroad Politics, 1914-1920*, p. 48.

apoiaram o plano para obter aumentos salariais do governo; e as ferrovias concordaram alegremente quando o presidente Wilson assegurou-lhes que cada estrada teria seus lucros garantidos em 1916/17 — dois anos de lucros extraordinariamente altos para a indústria ferroviária. Com o governo federal se oferecendo para assumir as dores de cabeça do desarranjo e da gestão em tempo de guerra, ao mesmo tempo em que concede às estradas um lucro garantido muito alto por não fazer nada, por que as ferrovias não deveriam entrar em acordo?

O proponente mais entusiasmado do governo federal da operação das ferrovias foi o secretário do Tesouro McAdoo, um ex-executivo ferroviário de Nova York e associado próximo dos interesses de Morgan, que por sua vez eram os principais seguradores e proprietários de títulos ferroviários. McAdoo foi recompensado por ser nomeado chefe do Departamento Ferroviário dos Estados Unidos depois que Wilson confiscou as ferrovias em 28 de dezembro de 1917.

O comando federal de McAdoo, orientado por Morgan, provou ser uma bonança para as ferrovias do país. Não apenas as ferrovias estavam agora totalmente monopolizadas pela operação direta do governo, mas também os executivos ferroviários particulares agora se viam armados com o poder coercitivo do governo federal. Pois McAdoo escolheu como seus assistentes imediatos um grupo de altos executivos das ferrovias, e todos os poderes de fixação de tarifas da CCI foram transferidos para o Departamento Ferroviário, dominado pelas ferrovias durante o período.<sup>43</sup> O significado da mudança é que

---

<sup>43</sup> O “gabinete” de McAdoo, que o ajudou a administrar as ferrovias, incluía Walker D. Hines e Edward Chambers, respectivamente presidente do conselho e vice-presidente da Santa Fé R.R.; Henry Walters, presidente do conselho da Atlantic Coast R.R.; Hale Holden, do Burlington R.R.; A.H. Smith, presidente do New York Central R.R.; John Barton

as ferrovias, embora em grande parte responsáveis pelo início e crescimento da CCI como uma agência cartelizadora da indústria ferroviária, viram o controle da CCI cair nas mãos das transportadoras organizadas na década anterior à guerra. Isso significava que as ferrovias achavam muito difícil obter aumentos nas taxas de frete da CCI. Mas agora o controle federal das ferrovias durante a guerra estava deixando as transportadoras de lado.<sup>44</sup>

---

Payne, ex-conselheiro-chefe do Chicago Great Western R.R.; e Controlador da Moeda John Skelton Williams, ex-presidente do conselho da Seaboard R.R. Hines, seria o principal assistente de McAdoo; Payne tornou-se chefe de tráfego. A Divisão de Operação foi chefiada por Carl R. Gray, presidente do Western Maryland R.R. One Unionist, W.S. Carter, chefe da Irmandade de Bombeiros e Engenheiros, foi trazido para chefiar a Divisão do Trabalho.

<sup>44</sup> Kerr, *American Railroad Politics*, 1914–1920, pp. 14–22.

A nomeação descarada de ferroviários por McAdoo para praticamente todos os cargos de liderança no Departamento Ferroviário (DF), com virtual exclusão de transportadores e economistas acadêmicos, irritou muito as transportadoras, que lançaram uma intensa enxurrada de críticas ao sistema em meados do verão de 1918. A barragem estourou quando McAdoo passou cada vez mais a direção do DF, incluindo a nomeação de diretores regionais, para seu principal assistente, o executivo ferroviário Walker D. Hines. Transportadoras e comissários da CCI reclamaram que

advogados ferroviários de todo o país foram a Washington, contaram seus problemas a outros advogados ferroviários que serviam na equipe de McAdoo e foram “instruídos a entrar em uma sala

adjacente e ditar quais ordens eles querem”.<sup>45</sup>

Como no caso do Conselho Industrial de Guerra, os executivos das ferrovias usaram seus poderes governamentais coercitivos para desferir um golpe paralisante na diversidade e na competição, em nome do monopólio, em nome da “eficiência” e da padronização. Mais uma vez, contra a oposição das transportadoras, o DF ordenou a padronização compulsória do projeto de locomotivas e equipamentos, eliminou o serviço de passageiros e transporte de carvão “duplicado” (ou seja, concorrencial), fechou escritórios de tráfego off-line e ordenou a cessação da solicitação concorrencial de carga pelas ferrovias.

Todos esses decretos reduziram os serviços ferroviários as infelizes transportadoras. Houve ainda outras reduções

---

<sup>45</sup> Ibid., pág. 80.

forçadas de serviço. Uma acabou com os privilégios das transportadoras de especificar rotas de frete – e, assim, especificar as rotas *mais baratas* para enviar suas mercadorias. Outra contrariou a prática em tempos de paz de responsabilizar as ferrovias por perdas e danos aos embarques; em vez disso, todo o ônus da prova foi colocado sobre os remetentes. Outra decisão do DF – o “plano do dia de navegação” – ordenou que os vagões de carga permanecessem em seus terminais até serem preenchidos, reduzindo drasticamente o serviço para transportadoras de cidades pequenas.

A concessão de poder absoluto ao DF dominado por ferrovias foi cimentada pela Lei de Controle Federal de março de 1918, que legalizou *ex post facto* o confisco federal ilegal. Trabalhando em íntima colaboração com os lobistas das ferrovias, o DF, com total apoio do presidente Wilson, conseguiu levar ao Congresso a transferência dos poderes de tarifação da CCI para si mesmo. Além disso, todo o poder foi retirado das comissões ferroviárias

estaduais, invariavelmente dominadas pelas transportadoras.

O DF apressou-se em exercer seus poderes de fixação de tarifas, anunciando aumentos gerais de 25% nas tarifas de frete na primavera de 1918 — um ato que cimentou permanentemente a hostilidade das transportadoras ao sistema de operação federal. E, como se essa afronta não bastasse, as novas taxas mais altas foram estabelecidas sem nenhuma audiência pública ou consulta com outras agências ou interesses envolvidos.

## II

Historiadores geralmente tratam o planejamento econômico da Primeira Guerra Mundial como um episódio isolado ditado pelas exigências da época e com pouco significado adicional. Mas, ao contrário, o coletivismo de guerra serviu de inspiração e de modelo para um poderoso exército de forças destinado a forjar a



história dos EUA do século XX. Para as grandes empresas, a economia de guerra era um modelo daquilo que poderia ser alcançado na coordenação e cartelização nacional, na estabilização da produção, dos preços e dos lucros, na substituição do antiquado *laissez-faire* concorrencial por um sistema que eles pudessem controlar amplamente e que harmonizaria as reivindicações de vários grupos econômicos poderosos. Era um sistema que já havia abolido muita diversidade concorrencial em nome da padronização. A economia de guerra galvanizou especialmente líderes empresariais como Bernard Baruch e Herbert Hoover, que promoveriam a “associação” cooperativa de grupos comerciais como Secretário de Comércio durante a década de 1920, um associacionismo que abriu caminho para o

estatismo cooperativo do NRA<sup>46</sup> e AAA<sup>47</sup> de Franklin Roosevelt.

O coletivismo de guerra também apresentou um modelo para os intelectuais progressistas da nação; pois aqui estava aparentemente um sistema que substituiu o *laissez-faire* não pelos rigores e ódios de classe do marxismo proletário, mas por um novo Estado forte, planejando e organizando a economia em harmonia com todos os principais grupos

---

<sup>46</sup> [N. do T.] A *National Recovery Administration* (NRA), Departamento Nacional de Recuperação, foi uma agência estabelecida pelo presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt em 1933 com o objetivo de eliminar a "concorrência desenfreada" reunindo indústria, sindicato e governo para criar códigos de "práticas justas" e fixar preços.

<sup>47</sup> [N. do T.] O *Agricultural Adjustment Administration* (AAA), Departamento de Ajuste Agrícola, foi uma agência federal dos Estados Unidos da era do New Deal destinada a aumentar os preços agrícolas, reduzindo os excedentes.

econômicos. Seria, não por coincidência, um neomercantilismo, uma “economia mista”, fortemente composta por esses mesmos intelectuais progressistas. E, finalmente, tanto as grandes empresas quanto os progressistas viram no modelo de guerra uma maneira de organizar e integrar a força de trabalho muitas vezes indisciplinada como um parceiro menor no sistema corporativista – uma força a ser disciplinada por sua própria liderança “responsável” dos sindicatos.

Pelo resto de sua vida, Bernard Mannes Baruch procurou restaurar os contornos do modelo de guerra. Assim, ao resumir a experiência do CIG, Baruch exaltou o fato de que:

muitos empresários experimentaram durante a guerra, pela primeira vez em suas carreiras, as tremendas vantagens, tanto para eles quanto para o público em geral, da combinação, da cooperação e da ação comum. . .

Baruch pediu a continuidade de tais associações corporativas, ao “inaugurar regras” para eliminar o “desperdício” (ou seja, a concorrência), trocar informações comerciais, concordar sobre a canalização de oferta e demanda entre si, evitar formas “extravagantes” de concorrência e alocar a localização da produção. Completando os contornos de um estado corporativista, Baruch pediu que tais associações fossem regidas por uma agência federal, seja o Departamento de Comércio ou a Comissão Federal de Comércio.

uma agência cujo dever deveria ser encorajar, sob estrita supervisão do Governo, tal cooperação e coordenação. . .<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Bernard M. Baruch, *American Industry in the War* (Nova York: Prentice-Hall, 1941), pp. 105-106.

Baruch também imaginou um conselho federal para a reciclagem e canalização do trabalho após a guerra. No mínimo, ele pediu uma legislação de prontidão para controle de preços e para coordenação e mobilização industrial no caso de outra guerra.<sup>49</sup>

Durante as décadas de 1920 e 1930, Bernard Baruch serviu de grande inspiração para o movimento em direção a um estado corporativista; além disso, muitos dos líderes desse movimento eram homens que serviram sob seu comando durante os dias inebriantes do CIG e que continuaram a operar abertamente como “homens de Baruch” nos assuntos nacionais. Assim, auxiliado por Baruch, George N. Peek, da Moline Plough Company, lançou no início da década de 1920 a campanha de sustentação aos preços agrícolas por meio de cartéis agrícolas organizados

---

<sup>49</sup> Coit, *Mr. Baruch*, pp. 202–03, 218.

pelo governo federal que culminaria no Conselho Federal de Fazenda (CFF) do presidente Hoover em 1929 e depois no AAA de Roosevelt. O negócio de equipamentos agrícolas de Peek, é claro, se beneficiaria muito com os subsídios agrícolas. Hoover nomeou como primeiro presidente do CFF ninguém menos que o antigo principal assessor de Baruch na Primeira Guerra Mundial, Alexander Legge, da International Harvester, a principal fabricante de máquinas agrícolas. Quando Franklin Roosevelt criou o AAA, ele primeiro ofereceu o cargo de diretor a Baruch e depois deu o cargo ao homem de Baruch, George Peek.

Baruch também foi um dos primeiros a atuar na promoção de um sistema corporativista para a indústria como um todo. Na primavera de 1930, Baruch propôs uma reencarnação em tempo de paz do CIG como um “Supremo Tribunal da Indústria”. Em setembro do ano seguinte, Gerard Swope, chefe da General Electric e irmão do confidente mais próximo de Baruch, Herbert Bayard Swope, apresentou

um plano elaborado para um estado corporativista que essencialmente reviveu o sistema de planejamento de guerra. Ao mesmo tempo, um dos amigos mais antigos de Baruch, o ex-secretário William Gibbs McAdoo, estava propondo um plano semelhante para um “Conselho Industrial da Paz”. Depois que Hoover deixou seus antigos associados consternados ao rejeitar o plano, Franklin Roosevelt o incorporou no NRA, selecionando Gerard Swope para ajudar a escrever o rascunho final e escolhendo outro discípulo de Baruch e assessor da Guerra Mundial General Hugh S. Johnson – também da Moline Plow Company – para dirigir este grande aparato do corporativismo estatal. Quando Johnson foi demitido, o próprio Baruch foi indicado ao cargo.<sup>50</sup>

Outros funcionários de alto escalão do NRA eram veteranos da mobilização

---

<sup>50</sup> Ibid., pp. 440-43.

de guerra. O chefe de gabinete de Johnson era outro velho amigo de Baruch, John Hancock, que fora Tesoureiro Geral da Marinha durante a guerra e chefiara o programa industrial naval do Conselho Industrial de Guerra; outros funcionários de alto escalão do NRA eram o Dr. Leo Wolman, que havia sido chefe da divisão de estatísticas de produção do CIG; Charles F. Homer, líder da campanha Liberty Loan durante a guerra; e o general Clarence C. Williams, que havia sido chefe de artilharia encarregado das compras de guerra do Exército. Outros veteranos do CIG com altos cargos no New Deal foram Isador Lubin, Comissário de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos no New Deal; Capitão Leon Henderson da Divisão de Ordenanças do CIG; e o senador Joseph Guffey (Democrata, Pa.), que havia trabalhado no CIG na conservação de petróleo e que ajudou a modelar os controles de petróleo e carvão do New Deal no



Departamento de Combustíveis durante a guerra.<sup>51</sup>

Outro importante promotor da nova cooperação após sua experiência como planejador de guerra foi Herbert Clark Hoover. Assim que a guerra acabou, Hoover começou a “reconstruir os EUA” seguindo em tempos de paz o modelo de cooperação. Ele clamou pelo planejamento nacional por meio da cooperação “voluntária” entre empresários e outros grupos econômicos sob a “direção central” do governo. O Federal Reserve System deveria alocar capital para indústrias essenciais e, assim, eliminar os “desperdícios” concorrenciais do livre mercado. E em seu mandato como Secretário de Comércio durante a década de 1920, Hoover

---

<sup>51</sup> Ver William E. Leuchtenburg, “The New Deal and the Analogue of War”, em John Braeman et al., eds., *Change and Continuity in Twentieth-Century America* (New York: Harper & Row, 1967), pp. 122 -23.

encorajou assiduamente a cartelização da indústria por meio de associações comerciais. Além de inaugurar o moderno programa de sustentação dos preços agrícolas no Conselho Federal de Fazenda, Hoover exortou os compradores de café a formarem um cartel para baixar os preços de compra; estabeleceu um cartel de compras na indústria da borracha; liderou a indústria do petróleo em ações para restringir a produção de petróleo em nome da “conservação”; tentou repetidamente aumentar os preços, restringir a produção e encorajar as cooperativas de comercialização na indústria do carvão; e tentou forçar a indústria têxtil de algodão a formar um cartel nacional para restringir a produção. Especificamente para promover a abolição de milhares de produtos diversos e concorrentes durante a guerra, Hoover continuou a impor padronização e “simplificação” de materiais e produtos durante a década de 1920. Desta forma, Hoover conseguiu abolir ou “simplificar” cerca de mil produtos industriais. A “simplificação” foi elaborada pelo Departamento de Comércio em colaboração com comitês de cada

setor.<sup>52</sup> Grosvenor Clarkson elogiou o fato de que:

é provável que nunca mais haja uma multiplicidade de estilos e modelos em máquinas e outros artigos pesados e caros como havia antes das restrições exigidas pela guerra. . . As ideias concebidas e

---

<sup>52</sup> Ver Herbert Hoover, *Memoirs* (Nova York: Macmillan, 1952), vol. 2, pp. 27, 66-70; sobre Hoover e as indústrias de exportação, Joseph Brandes, *Herbert Hoover and Economic Diplomacy* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1962); sobre a indústria do petróleo, Gerald D. Nash, *United States Oil Policy, 1890-1964* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1968); sobre carvão, Ellis W. Hawley, "Secretário Hoover e o Problema do Carvão Betuminoso, 1921-1928", *Business History Review* (outono, 1968): 247-70; em têxteis de algodão, Louis Galambos, *Competition e Coop* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1966).

aplicadas pelo Conselho Industrial de Guerra durante a guerra estão sendo aplicadas durante a paz pelo Departamento de Comércio. . .<sup>53</sup>

Um dos grupos mais influentes deslumbrados e marcados pela experiência do coletivismo de guerra foram os intelectuais progressistas. Nunca antes tantos intelectuais e acadêmicos invadiram o governo para ajudar a planejar, regular e mobilizar o sistema econômico. Os intelectuais atuavam como conselheiros, técnicos, legisladores e administradores de departamentos. Além disso, além das recompensas do prestígio e do poder recém-adquiridos, a economia de guerra ofereceu a esses intelectuais a promessa de transformar a sociedade em uma “terceira via” completamente diferente do passado de *laissez-faire* que eles desprezavam ou do

---

<sup>53</sup> Clarkson, *Industrial America in the World War*, pp. 484–85.

marxismo proletário iminente que eles insultaram e temeram. Aqui estava uma economia corporativista planejada que parecia harmonizar todos os grupos e classes sob um Estado-nação forte e orientador com os próprios progressistas no comando ou perto dele. Em um artigo notável, o professor Leuchtenburg viu o coletivismo de guerra como “uma consequência lógica do movimento progressista”.<sup>54</sup> Ele demonstrou o entusiasmo dos intelectuais progressistas pela transformação social efetuada pela guerra. Assim, a *New Republic* saudou a “revolução” da sociedade por meio da guerra; John Dewey saudou a substituição da produção pelo lucro e “o absolutismo da propriedade privada” pela produção para o uso. Os economistas ficaram particularmente encantados com a “notável demonstração

---

<sup>54</sup> Leuchtenburg, “The New Deal and the Analogue of War”, p. 84n.

do poder da guerra para forçar a concentração de esforços e planejamento coletivo” e buscaram “o mesmo tipo de direção centralizada agora empregada para matar seus inimigos no exterior com o novo propósito de reconstruir sua própria vida em casa.”<sup>55</sup>

Rexford Guy Tugwell, sempre atento ao avanço da engenharia social, logo sentiria saudades do “socialismo de guerra dos EUA”; lamentando o fim da guerra, declarou que “foi somente o armistício que impediu uma grande experiência de controle da produção, controle de preços e controle do consumo”. Pois, durante a guerra, o velho sistema de competição industrial havia “derretido no novo calor atroz da visão nacionalista.”<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Ibid., pág. 89.

<sup>56</sup> Ibid., pp. 90-92. Foram considerações muito semelhantes que também levaram muitos intelectuais progressistas,

Não apenas o NRA e o AAA, mas virtualmente todo o aparato do New Deal – incluindo a chegada a Washington de uma série de intelectuais e planejadores progressistas – deve sua inspiração ao coletivismo de guerra da Primeira Guerra Mundial. A Corporação Financeira de Reconstrução (CFR), fundada por Hoover em 1932 e expandida pelo New Deal de Roosevelt, foi um renascimento e expansão da antiga Corporação Financeira de Guerra (CFG), que havia emprestado fundos do governo a empresas de munições. Além disso, Hoover, depois de oferecer o cargo a Bernard Baruch, nomeou como primeiro presidente da CFR, Eugene Meyer Jr., um antigo protegido de Baruch, que havia

---

especialmente os da *New Republic*, a pelo menos uma admiração temporária pelo fascismo italiano. Assim, veja John P. Diggins, “Flirtation with Fascism: American Pragmatic Liberals and Mussolini’s Italy”, *American Historical Review* (janeiro de 1966): 487-506.

sido diretor administrativo da CFG. Grande parte da antiga equipe da CFG e o método de operações foram assumidos pela nova agência. A Tennessee Valley Authority (TVA) surgiu de um projeto governamental de nitrato e energia elétrica em tempos de guerra em Muscle Shoals e, de fato, incluiu a antiga fábrica de nitrato como um de seus primeiros ativos. Além disso, muitos dos defensores do poder público no New Deal haviam sido treinados em agências de guerra como o Setor de Energia da Emergency Fleet Corporation. E até mesmo a inovadora forma corporativista governamental da TVA foi baseada em precedentes de guerra.<sup>57</sup>

A experiência da guerra também serviu de inspiração para o projeto de habitação popular do New Deal. Durante a guerra, a Emergency Fleet Corp. e a

---

<sup>57</sup> Leuchtenburg, “The New Deal and the Analogue of War”, pp. 109–10.



United States Housing Corp. foram estabelecidas para fornecer moradia para trabalhadores de guerra. A guerra estabeleceu o precedente da habitação federal e também treinou arquitetos como Robert Kohn, que atuou como chefe de produção da divisão de habitação do United States Shipping Board. Após a guerra, Kohn exultou que “a guerra colocou a habitação ‘no mapa’ neste país”; e em 1933, Kohn foi devidamente nomeado pelo presidente Roosevelt para ser o diretor do primeiro empreendimento do New Deal em habitação pública. Além disso, a Emergency Fleet Corp. e a United States Housing Corp. estabeleceram comunidades de habitação pública de grande escala com base nos princípios planejados de “cidade-jardim” (Yorkship Village, N.J.; Union Park Gardens, Del.; Black Rock and Crane Tracts, Connecticut), princípios finalmente

lembrados e postos em prática no New Deal e posteriormente.<sup>58</sup>

Os controles de petróleo e carvão estabelecidos no New Deal também se basearam no precedente do Departamento de Combustíveis durante a guerra. De fato, o senador Joseph Guffey (Democrata, Pa.), líder nos controles de carvão e petróleo, havia sido chefe do setor de petróleo do Conselho Industrial de Guerra.

Profundamente impressionado com a “unidade nacional” e a mobilização alcançada durante a guerra, o New Deal estabeleceu o Civilian Conservation Corps (CCC) para incutir o espírito marcial na juventude americana. A ideia era tirar os “meninos errantes” das ruas e “mobilizá-los” em uma nova forma de Força Expedicionária Americana. O Exército, de fato, administrava os campos do CCC; os

---

<sup>58</sup> Ibid., pp. 111-12.

recrutas do CCC foram reunidos em estações de recrutamento do Exército, equipados com roupas da Primeira Guerra Mundial e agrupados em tendas do exército. O CCC, exultaram os apoiadores do New Deal, deu um novo sentido à juventude da nação, neste novo “exército florestal”. O orador Henry T. Rainey (Democrata, Ill.) da Câmara dos Representantes colocou desta forma:

Eles [os recrutas do CCC] também estão sob treinamento militar e à medida que saem dele. . . melhoraram sua saúde e se desenvolveram mental e fisicamente e são cidadãos mais úteis. . . eles forneceriam um núcleo muito valioso para um exército.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Ibid., pág. 117. Roosevelt nomeia o líder sindical Robert Fechner, anteriormente engajado no trabalho de guerra, como diretor

### III

Uma evidência particularmente boa da profunda marca do coletivismo de guerra foi a relutância de muitos de seus líderes em abandoná-lo quando a guerra finalmente acabou. Os líderes empresariais pressionaram por dois objetivos no pós-guerra: a continuação da fixação de preços do governo para protegê-los contra uma esperada deflação do pós-guerra; e uma tentativa de maior alcance para promover a cartelização industrial em tempos de paz. Em particular, os empresários queriam que os preços *máximos* (que muitas vezes serviam como *mínimos*) fossem convertidos simplesmente em mínimos definitivos para o período pós-guerra.

---

do CCC para fornecer uma camuflagem civil para o programa, p. 115n.

Além disso, as cotas de guerra para restringir a produção precisavam apenas permanecer para funcionarem como um claro cartelizador de aumento de preços em tempo de paz.

Assim, muitos dos Comitês de Serviço de Guerra industrial, e suas contrapartes de Setores CIG, pediram a continuação do CIG e seu sistema de fixação de preços. Em particular, os chefes de setores invariavelmente exigiam o controle contínuo de preços nas indústrias que temiam a deflação do pós-guerra, ao mesmo tempo em que defendiam o retorno a um mercado livre onde quer que a indústria específica esperasse um boom contínuo. Assim, o professor Himmelberg concluiu:

Os chefes de setores em suas recomendações ao Conselho seguiram consistentemente os desejos de suas indústrias ao pedir proteção se a indústria esperasse quedas de preços e liberação de todos os controles quando a

indústria esperava um mercado pós-guerra favorável.<sup>60</sup>

Robert S. Brookings, presidente do Comitê de Fixação de Preços do CIG, declarou que o CIG seria “tão útil . . . durante o período de reconstrução quanto fomos durante o período de guerra em valores estabilizadores.”<sup>61</sup>

Do mundo dos grandes negócios, enquanto isso, Harry A. Wheeler, presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, apresentou a Woodrow Wilson no início de outubro de 1918, um esquema ambicioso para uma “Comissão de Reconstrução”, a ser composta por todos os interesses econômicos da nação.

---

<sup>60</sup> Robert F. Himmelberg, “The War Industries Board and the Antitrust Question in November 1918”, *Journal of American History* (junho de 1965): 65.

<sup>61</sup> *Ibid.*

O próprio CIG concordou e instou o presidente a permitir que continuasse após a guerra. O próprio Baruch pediu a Wilson a continuação pelo menos das políticas de fixação de preços mínimos do CIG. No entanto, Baruch estava enganando o público quando previu um CIG pós-guerra como proteção contra a inflação e a deflação; não havia inclinação para impor preços máximos contra a inflação.

O grande problema com esses planos ambiciosos tanto da indústria quanto do governo era o próprio presidente Wilson. Talvez um apego persistente aos ideais, ou pelo menos à retórica da livre concorrência, tenha impedido o presidente de dar qualquer atenção favorável a esses esquemas do pós-guerra.<sup>62</sup> O apego foi particularmente nutrido pelo secretário de

---

<sup>62</sup> Ibid., pp. 63-64; Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 298-99.

Guerra Newton D. Baker, de todos os conselheiros de Wilson o mais próximo de um adepto do *laissez-faire*. Ao longo de outubro de 1918, Wilson rejeitou todas essas propostas. A resposta de Baruch e do CIG foi colocar mais pressão sobre Wilson no início de novembro, prevendo publicamente e insistindo que o CIG seria definitivamente necessário durante a desmobilização. Assim, o *The New York Times* relatou, no dia seguinte ao armistício, que

Funcionários do Conselho Industrial de Guerra declararam que haveria muito trabalho para essa organização fazer. Eles não preveem nenhum desarranjo industrial sério com a manutenção de um controle rígido do governo sobre todas as indústrias e materiais de guerra.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Citado em Himmelberg, p. 64.



No entanto, o presidente permaneceu inflexível e em 23 de novembro ordenou a dissolução completa do CIG até o final do ano. Os funcionários do CIG decepcionados aceitaram a decisão sem protesto; em parte por causa da esperada oposição do Congresso a qualquer tentativa de continuar, em parte pela hostilidade aos controles contínuos por essas indústrias que antecipam um boom. Assim, a indústria de calçados se irritou particularmente com qualquer controle contínuo.<sup>64</sup> As indústrias favoráveis a controles, no entanto, instaram o CIG pelo menos a ratificar seus próprios preços *mínimos* e acordos para restringir a produção para o próximo inverno, e fazê-lo pouco antes da dissolução da agência. O

---

<sup>64</sup> Favorecendo a continuidade dos controles de preços estavam indústrias como a química, ferro e aço, madeira e produtos acabados em geral. As indústrias opostas incluíam abrasivos, produtos automotivos e jornais. *Ibid.*, pp. 62, 65, 67.

Conselho ficou muito tentado a se envolver nessa façanha final e, de fato, foi informado por sua equipe jurídica de que poderia ser bem sucedida em continuar com esses controles além da vida da agência, mesmo contra a vontade do presidente. O CIG, no entanto, recusou relutantemente pedidos nesse sentido dos fabricantes de ácido, zinco e aço em 11 de dezembro.<sup>65</sup> Ele apenas rejeitou os planos de fixação de preços, no entanto, porque temia ser derrubado pelos tribunais caso o Procurador-Geral contestasse tal decisão.

Um dos mais fervorosos defensores do contínuo controle de preços do CIG foi a grande indústria siderúrgica. Dois dias após o armistício, o juiz Gary, da U.S. Steel, instou o CIG a continuar suas regulamentações e declarou que “os membros

---

<sup>65</sup> Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 306–07.

da indústria siderúrgica desejam cooperar uns com os outros de todas as maneiras adequadas. . .” Gary pediu uma extensão de três meses da fixação de preços, com novas reduções graduais que impediriam o retorno à concorrência “destrutiva”. Baruch respondeu que estava pessoalmente “disposto a ir até o limite”, mas foi bloqueado pela atitude de Wilson.<sup>66</sup>

Se o próprio CIG não pudesse continuar, talvez a cartelização da guerra pudesse persistir de outras formas. Durante novembro, Arch W. Shaw, industrial de Chicago e chefe da Divisão de Conservação do CIG (cujo trabalho de guerra na promoção da padronização estava sendo transferido para o Departamento de Comércio) e o Secretário de Comércio William Redfield concordaram sobre um projeto de lei para permitir que os fabricantes colaborassem na “adoção de planos para

---

<sup>66</sup> Ibid., pp. 294-302.

a eliminação do desperdício desnecessário no interesse público”, sob a supervisão da Comissão Federal de Comércio. Quando esta proposta fracassou, Edwin B. Parker, Comissário de Prioridades do CIG, propôs no final de novembro um projeto de lei assumidamente cartelizante que permitiria que a maioria das empresas em qualquer setor estabelecesse cotas de produção que teriam que ser obedecidas por todas as empresas nessa indústria. O plano Parker ganhou a aprovação de Baruch, Peek e vários outros funcionários do governo e empresários, mas o conselho legal do CIG advertiu que o Congresso nunca daria seu consentimento.<sup>67</sup> Outra proposta que interessou Baruch foi promovida por Mark Requa, Administrador Assistente de Alimentos, que propôs uma Junta Comercial dos Estados Unidos para encorajar e

---

<sup>67</sup> Himmelberg, “The War Industries Board and the Antitrust Question in November 1918,” pp. 70–71.

regular acordos industriais que “promovam o bem-estar nacional”.<sup>68</sup>

Seja qual for o motivo, Bernard Baruch não exerceu muita pressão por essas propostas, e assim elas morreram na praia. Se Baruch não conseguiu pressionar os temas, no entanto, seu associado George Peek, chefe da Divisão de Produtos Acabados do CIG, não foi tão reticente. Em meados de dezembro de 1918, Peek escreveu a Baruch que a era do pós-guerra deve manter os “benefícios da cooperação adequada”. Em particular,

legislação adequada deve ser promulgada para permitir a cooperação na indústria, para que as lições que aprendemos durante a guerra possam ser capitalizadas. . . em tempo de paz. . . . Conservação; . . . padronização de produtos

---

<sup>68</sup> Ibid., pág. 72; Weinstein, *The Corporate Ideal in the Liberal State*, pp. 231-32.

e processos, fixação de preços sob certas condições, etc., devem continuar com a cooperação do Governo.<sup>69</sup>

No final de dezembro, Peek estava propondo legislação para:

algum tipo de Gabinete de Paz de Emergência. . . para que os empresários possam, em conjunto com tal gabinete, ter a oportunidade de encontrar e cooperar com a cooperação governamental. . .<sup>70</sup>

Os principais grupos empresariais endossaram planos semelhantes. No início de dezembro, a Câmara de Comércio

---

<sup>69</sup> Himmelberg, "The War Industries Board and the Antitrust Question in November 1918," p. 72.

<sup>70</sup> Robert D. Cuff, "A 'Dollar-a-Year Man' in Government: George N. Peek and the War Industries Board," *Business History Review* (Inverno, 1967): 417.

dos Estados Unidos convocou uma reunião dos vários Comitês de Serviço de Guerra industrial para convocar um “Congresso de Reconstrução da Indústria Americana”. O Congresso de Reconstrução pediu a revisão da Lei Sherman para permitir acordos comerciais “razoáveis” sob um órgão de supervisão. Além disso, um referendo nacional da Câmara, no início de 1919, aprovou tal proposta por esmagadora maioria; e o presidente Harry Wheeler pediu a “aceitação cordial pelas empresas organizadas” da regulamentação que ratificaria os acordos comerciais. A Associação Nacional de Fabricantes, antes da guerra dedicada à concorrência, endossou calorosamente os mesmos objetivos.

O último suspiro da cartelização de guerra veio em fevereiro de 1919, com o estabelecimento pelo Departamento de

Comércio do Conselho Industrial.<sup>71</sup> O secretário de Comércio William C. Redfield, ex-presidente da Associação Americana de Fabricantes para Exportação, há muito defendia a visão de que o governo deve promover e coordenar a cooperação industrial. Redfield viu uma brecha na transferência da Divisão de Conservação do CIG para seu departamento logo após o armistício. Redfield continuou a estimular as associações comerciais durante a guerra e, para esse fim, estabeleceu um conselho consultivo de ex-funcionários do CIG. Um desses conselheiros foi George Peek; outro era o assistente de Peek no executivo da madeira do CIG de Ohio, William M. Ritter. Foi Ritter, de fato, quem originou a ideia do Conselho Industrial.

---

<sup>71</sup> Sobre o Conselho Industrial, ver Robert F. Himmelberg, "Business, Antitrust Policy, and the Industrial Board of the Department of Commerce, 1919," *Business History Review* (Primavera, 1968): 1-23.



O Conselho Industrial, concebido por Ritter em janeiro de 1919, e entusiasmaticamente adotado e promovido pelo secretário Redfield, era um esquema astuto. À primeira vista, e conforme promovido ao presidente Wilson e a outros membros do governo e do Congresso, o Conselho era apenas um dispositivo para garantir grandes *reduções* de preços e, assim, reduzir o nível inflacionado dos preços gerais e estimular a demanda do consumidor. Portanto, parecia não ter relação com o movimento de cartelização anterior e, portanto, ganhou a aprovação do presidente, que estabeleceu o novo Conselho em meados de fevereiro. A pedido de Ritter, George Peek foi nomeado presidente do Conselho Industrial; outros membros incluíam o próprio Ritter; George R. James, chefe de uma grande empresa de produtos secos de Memphis e ex-chefe da seção Cotton and Cotton Linters do CIG; Lewis B. Reed, vice-presidente da U.S. Silica Co. e outro ex-assistente de Peek; o fabricante de peças fundidas de aço Samuel P. Bush, ex-chefe da Divisão de Instalações do CIG; o fabricante de aço de Atlanta Thomas

Glenn, também veterano do CIG; e dois “forasteiros”, um representando o Departamento do Trabalho e o outro o Departamento Ferroviário.

Assim que o Conselho Industrial entrou em ação, ele perseguiu seu objetivo real, que antes estava camuflado: não reduzir, mas estabilizar os preços nos altos níveis existentes. Além disso, o método de estabilização seria o caminho almejado, mas anteriormente rejeitado, de ratificar os acordos de preços industriais alcançados em colaboração com o Conselho. Decidindo sobre essa política de cartelização no início de março, o Conselho Industrial avançou para a primeira aplicação em uma conferência com, sem surpresa, a indústria do aço em 19 e 20 de março de 1919. Abrindo a conferência, o presidente George Peek declarou grandiosamente que o evento poderia “marcar uma era”, especialmente no estabelecimento de “cooperação real e genuína entre o governo, a indústria e o trabalho, para que possamos eliminar a possibilidade das forças

destrutivas . . .”<sup>72</sup> É claro que os homens do aço ficaram encantados, saudando a “grande chance . . . para entrar em contato próximo com o próprio governo. . .”<sup>73</sup> O Conselho Industrial disse à indústria siderúrgica que qualquer acordo para sustentar os preços acordados pela conferência estaria imune às leis antitruste. Não só a tabela de preços oferecida pelo Conselho Industrial aos siderúrgicos ainda era muito alta, ainda que moderadamente inferior aos preços existentes; mas Peek concordou em anunciar ao público que os preços do aço não seriam mais reduzidos

---

<sup>72</sup> Himmelberg, “Conselho Industrial”, p. 13.

<sup>73</sup> O professor Urofsky supôs, com base nas reduções ordenadas e muito moderadas dos preços do aço durante os primeiros meses de 1919, que Robert S. Brookings havia discretamente dado à indústria siderúrgica a luz verde para prosseguir com sua própria fixação de preços. Urofsky, *Big Steel and the Wilson Administration*, pp. 307-08.

pelo restante do ano. Peek avisou aos homens do aço que sua declaração seria seu maior trunfo; pois “não sei o que eu não daria em tempos passados se, em meu próprio negócio, eu pudesse dizer que o governo dos Estados Unidos diz que este é o preço mais baixo que você pode obter.”<sup>74</sup>

O acordo Conselho Industrial/aço reduziu os preços do aço em modestos dez a quatorze por cento. Os pequenos produtores de aço de alto custo ficaram descontentes, mas as grandes siderúrgicas saudaram o acordo como uma redução coordenada e ordenada dos preços inflacionados e saudaram especialmente a garantia do Conselho de preço fixo para o restante do ano.

O eufórico Conselho Industrial prosseguiu com conferências semelhantes

---

<sup>74</sup> Himmelberg, “Conselho Industrial”, p. 14n.

para as indústrias de carvão e materiais de construção, mas duas nuvens negras apareceram prontamente: a recusa do próprio Departamento Ferroviário do governo em pagar o preço fixo e acordado para trilhos de aço e carvão; e a preocupação do Departamento de Justiça pela evidente violação das leis antitruste. Os ferroviários que administravam o DF recusavam particularmente o preço reduzido, mas ainda alto, que seriam forçados a pagar pelos trilhos de aço – a uma taxa que declararam estar pelo menos dois dólares por tonelada acima do preço de mercado livre. Walker D. Hines, chefe do DF, denunciou o Conselho Industrial como uma agência de fixação de preços, dominada pelo aço e outras indústrias, e pediu a abolição do Conselho Industrial. Este apelo foi apoiado pelo poderoso secretário do Tesouro Carter Glass. O Procurador-Geral concordou que a política do Conselho Industrial era de fixação ilegal de preços e violava as leis antitruste. Finalmente, o presidente Wilson dissolveu o Conselho Industrial no início de maio de 1919; o planejamento industrial de guerra

finalmente havia sido dissolvido, com sua cartelização formal reaparecendo uma década e meia depois.

No entanto, os resquícios do coletivismo de guerra ainda permaneciam. O alto preço mínimo do trigo durante a guerra, de dois dólares e vinte e seis centavos por alqueire, foi transferido para a safra de 1919, continuando até junho de 1920. Mas o mais importante legado do coletivismo de guerra foi o Departamento Ferroviário: a operação do governo de ferrovias do país. Quando William Gibbs McAdoo renunciou ao cargo de chefe do DF no final da guerra, ele foi sucedido pelo chefe operacional *de facto* anterior, o executivo ferroviário Walker D. Hines. Não houve apelo para o retorno imediato à operação privada, porque o setor ferroviário geralmente concordou com uma regulamentação drástica para conter ou eliminar a concorrência ferroviária “perdulária” e coordenar o setor, fixar preços para garantir um “lucro justo” e proibir greves por meio de arbitragem compulsória. Este foi o ímpeto geral do sentimento ferroviário.

Além disso, estando no controle efetivo do DF, as estradas não tinham pressa em retornar à operação privada e à jurisdição do CCI menos confiável. Embora o plano de McAdoo de adiar por cinco anos a data de 1920 para o retorno à operação privada tenha ganhado pouco apoio, o Congresso passou a usar seu tempo durante 1919 para pressionar pela monopolização das ferrovias.

Em nome da “gestão científica”, o senador Albert Cummins (Republicano, Iowa) passou a realizar os maiores sonhos das ferrovias. O projeto de lei de Cummins, calorosamente aprovado por Hines e pelo executivo ferroviário Daniel Willard, ordenava a consolidação de várias ferrovias e estabeleceria as tarifas ferroviárias de acordo com um retorno fixo e “justo” sobre o investimento de capital. As greves seriam proibidas e todas as disputas trabalhistas resolvidas por arbitragem compulsória. Por sua vez, a Associação de Executivos Ferroviários apresentou um plano legislativo semelhante ao projeto Cummins. Também semelhante ao

projeto Cummins foi a proposta da Associação Nacional de Proprietários de Títulos Ferroviários, um grupo composto em grande parte por bancos de poupança e seguradoras. Em contraste com esses planos, a Liga Nacional Ferroviária dos Cidadãos, composta por investidores individuais de ferrovias, propôs a consolidação forçada em uma corporação ferroviária nacional e a garantia de ganhos mínimos para essa nova estrada.

Todos esses planos foram concebidos para inclinar a balança pré-guerra fortemente a favor das ferrovias e contra as transportadoras e, como resultado, o projeto Cummins, ao passar no Senado, teve problemas na Câmara. O problema foi fomentado pelas transportadoras, que exigiam um retorno ao *status quo ante* quando o CCI dominado pelas transportadoras estava no comando. Além disso, por sua vez, a experiência da guerra havia amargurado as transportadoras, que, juntamente com o próprio CCI, exigiam a volta ao serviço de maior qualidade prestado pela concorrência ferroviária, em vez



do aumento da monopolização proporcionada pelos diversos projetos de lei ferroviários. Sem surpresa, no entanto, um dos principais grupos empresariais não ferroviários a favor do projeto Cummins foi a Associação Empresarial Ferroviária, um grupo de fabricantes e distribuidores de suprimentos e equipamentos ferroviários. A Câmara dos Representantes, por sua vez, aprovou o projeto de lei Esch, que essencialmente restabeleceu a regra pré-guerra do CCI.

O presidente Wilson havia pressionado o Congresso a tomar uma decisão ameaçando o retorno das ferrovias à operação privada até a data determinada de 1º de janeiro de 1920, mas, sob pressão das ferrovias que estavam ansiosas para aprovar o projeto Cummins, Wilson estendeu o prazo final para 1º de março. Finalmente, o comitê de conferência conjunta do Congresso divulgou o Ato de Transporte de 1920, um compromisso que era essencialmente o projeto de lei Esch devolvendo as ferrovias ao CCI do pré-guerra, mas acrescentando as disposições

do projeto Cummins de uma garantia de dois anos às ferrovias para estabelecer tarifas que proporcionem um “retorno justo” de cinco e meio por cento sobre o investimento. Além disso, por acordo das transportadoras e das estradas, o poder de estabelecer tarifas ferroviárias *mínimas* passou a ser concedido ao CCI. Esse acordo foi o produto de ferrovias ansiosas por estabelecer um piso para as taxas de frete e transportadoras ansiosas para proteger o transporte de canais em desenvolvimento contra a concorrência ferroviária. Além disso, embora as objeções dos sindicatos ferroviários bloqueassem a proibição de greves, um Conselho de Trabalho Ferroviário foi estabelecido para tentar resolver disputas trabalhistas.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> Sobre as manobras que levaram à Lei de Transporte de 1920, ver Kerr, *American Railroad Politics, 1914–1920*, pp. 128–227.

Com o retorno das ferrovias à operação privada em março de 1920, o coletivismo de guerra finalmente pareceu sair do cenário americano. Mas sua eliminação nunca realmente aconteceu; pois a inspiração e o modelo que forneceu para um Estado corporativista nos Estados Unidos continuaram a guiar Herbert Hoover e outros líderes na década de 1920, e retornaria com força total no New Deal e na economia da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, ele forneceu as linhas gerais para o Estado Monopolista Corporativo que o New Deal estabeleceria, aparentemente de forma permanente, nos Estados Unidos da América.



## II

# A Primeira Guerra Mundial como uma realização: Poder e os Intelectuais

## INTRODUÇÃO

Em contraste com os historiadores mais antigos que consideravam a Primeira Guerra Mundial a destruição da reforma progressista, estou convencido de que a guerra chegou aos Estados Unidos como a “realização”, a culminação, a verdadeira apoteose do progressismo na vida americana.<sup>1</sup> Considero o progressismo

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste ensaio foi apresentada na Conferência do Pacific Institute sobre “Crise e Leviatã”, em Menlo Park,

basicamente um movimento em nome do Grande Governo em todas as esferas da economia e da sociedade, em uma fusão ou coalizão entre vários grupos de grandes empresários, liderados pela Casa de Morgan, e grupos ascendentes de intelectuais tecnocráticos e estatistas. Nessa fusão, os valores e interesses de ambos os grupos seriam perseguidos por meio do governo.

As grandes empresas poderiam usar o governo para cartelizar a economia, restringir a concorrência, regular a

---

Califórnia, em outubro de 1986. Ele foi impresso no *Journal of Libertarian Studies* 9, no. 1 (Inverno, 1989). Foi reimpresso em John V. Denson, ed., *The Costs of War: America's Pyrrhic Victories* (New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1997). O título deste ensaio é emprestado do último capítulo pioneiro do excelente trabalho de James Weinstein, *The Corporate Ideal in the Liberal State, 1900–1918* (Boston: Beacon Press, 1968). O último capítulo é intitulado “Guerra como realização”.

produção e os preços, e também poderiam manejar uma política externa militarista e imperialista para forçar a abertura de mercados no exterior e usar a espada do Estado para proteger investimentos estrangeiros. Intelectuais seriam capazes de usar o governo para restringir a entrada em suas profissões e assumir empregos no Grande Governo para criar justificativas para o governo e ajudar a planejar e equipar suas operações. Ambos os grupos também acreditavam que, nessa fusão, o Grande Estado poderia ser usado para harmonizar e interpretar o “interesse nacional” e, assim, fornecer uma “terceira via” entre os extremos do *laissez faire* “todos-contra-todos” e os amargos conflitos do marxismo proletário.

Também animando ambos os grupos de progressistas estava um protestantismo pietista pós-milenista que conquistou áreas “ianques” do protestantismo do norte na década de 1830 e impeliu os pietistas a usar governos locais, estaduais e, finalmente, federais para acabar com o “pecado”, para tornar os EUA, e

eventualmente o mundo, santo, e assim trazer o Reino de Deus à terra. A vitória das forças bryanas na convenção nacional democrata de 1896 destruiu o Partido Democrata que era o veículo de católicos romanos e luteranos alemães “litúrgicos” dedicados à liberdade pessoal e ao *laissez faire* e criou o sistema partidário grosseiramente homogeneizado e relativamente não ideológico que temos hoje. Após a virada do século, esse desenvolvimento criou um vácuo ideológico e de poder para um número crescente de tecnocratas e administradores progressistas preencher. Dessa forma, o *locus* do governo deslocou-se do legislativo, pelo menos parcialmente sujeito ao controle democrático, para o poder executivo oligárquico e tecnocrático.

A Primeira Guerra Mundial foi a realização de todas essas tendências progressistas. Militarismo, alistamento militar obrigatório, intervenção massiva nacionalmente e no exterior, uma economia de guerra coletivizada, tudo surgiu durante a guerra e criou um poderoso sistema



cartelizado que a maioria de seus líderes passou o resto de suas vidas tentando recriar, tanto na paz quanto na guerra. No capítulo da Primeira Guerra Mundial de seu excelente trabalho, *Crisis and Leviathan*, o professor Robert Higgs concentra-se na economia de guerra e ilumina as interconexões com o alistamento militar obrigatório.

Neste ensaio, gostaria de me concentrar em uma área que o professor Higgs relativamente negligencia: a chegada ao poder durante a guerra dos vários grupos de intelectuais progressistas.<sup>2</sup> Eu

---

<sup>2</sup> Robert Higgs, *Crisis and Leviathan* (Nova York: Oxford University Press, 1987), pp. 123-158. Para meu próprio relato da economia de guerra coletivizada da Primeira Guerra Mundial, ver Murray N. Rothbard, "War Collectivism in World War I", em R. Radosh e M. Rothbard. eds., *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State* (Nova York: Dutton. 1972), pp. 66-110.

uso o termo “intelectual” no sentido amplo penetrantemente descrito por F.A. Hayek: isto é, não apenas teóricos e acadêmicos, mas também todos os tipos de formadores de opinião na sociedade – escritores, jornalistas, pregadores, cientistas, ativistas de todos os tipos – o que Hayek chama de “revendedores de ideias”.<sup>3</sup> A maioria desses intelectuais, de qualquer ramo ou ocupação, eram pietistas pós-milenistas dedicados e messiânicos ou ex-pietistas, nascidos em um lar profundamente pietista, que, embora agora secularizados, ainda possuíam uma intensa crença messiânica na salvação nacional e mundial por meio do Grande Governo. Mas, além disso, estranhamente, mas caracteristicamente, a maioria combinou em seu pensamento e ativismo o fervor moral ou

---

<sup>3</sup> F.A. Hayek, “The Intellectuals and Socialism”, em *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (Chicago: University of Chicago Press, 1967), pp. 178ss.

religioso messiânico com uma devoção empírica, supostamente *livre de juízo de valor* e estritamente *científica* às ciências sociais. Seja a devoção científica e moralista combinada da profissão médica para erradicar o pecado ou uma posição semelhante entre economistas ou filósofos, essa mistura é típica de intelectuais progressistas.

Neste ensaio, estarei lidando com vários exemplos de indivíduos progressistas ou grupos de intelectuais progressistas, exultantes com o triunfo de seu credo que resultou da entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, e exultantes da participação pessoal que tiveram nesse resultado. Infelizmente, as limitações de espaço e tempo me impedem lidar com todas as facetas da atividade dos intelectuais progressistas durante a guerra; em particular, lamento ter que omitir a análise do movimento à favor do alistamento militar obrigatório, um exemplo fascinante do credo da “terapia” da “disciplina” liderada por intelectuais e empresários de classe alta próximos de J.P.

Morgan.<sup>4</sup> Eu também terei que omitir tanto os altamente significativos desfiles militares dos pregadores da nação, quanto o ímpeto durante o período de guerra pela centralização permanente da pesquisa científica.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre o movimento de conscrição, ver em particular Michael Pearlman, *To Make Democracy Safe for America: Patricians and Preparedness in the Progressive Era* (Urbana: University of Illinois Press, 1984). Veja também John W. Chambers II, "Conscripting for Colossus: The Adoption of the Draft in the United States in World War I," Ph.D. diss., Universidade de Columbia, 1973; John Patrick Finnegan, *Against the Specter of a Dragon: The Campaign for American Military Preparedness, 1914-1917* (Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1974); e John Gany Clifford, *The Citizen Soldiers: The Plattsburg Training Camp Movement* (Lexington: University Press of Kentucky, 1972).

<sup>5</sup> Sobre os ministros e a guerra, ver Ray H. Abrams, *Preachers Present Arms* (Nova York: Round Table Press, 1933). Sobre a mobilização da ciência, ver David F. Noble, *America*

Não há melhor epígrafe para o restante deste ensaio do que uma nota de congratulações enviada ao presidente Wilson após ele ter proferido seu discurso de guerra ao Congresso em 2 de abril de 1917. A nota foi enviada pelo genro de Wilson e colega pietista e progressista do sul, o secretário do Tesouro William Gibbs McAdoo, um homem que passou a vida inteira como industrial na cidade de Nova York, muito próximo de J.P. Morgan. McAdoo escreveu a Wilson: “Você realizou com nobreza uma grande coisa! Acredito firmemente que é a vontade de Deus que os EUA faça esse serviço transcendente para a humanidade em todo o mundo e que você seja Seu instrumento

---

*By Design: Science, Technology and the Rise of Corporate Capitalism* (Nova York: Oxford University Press, 1977), e Ronald C. Tobey, *The American Ideology of National Science, 1919 – 1930* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1971).

escolhido.”<sup>6</sup> Este não era um sentimento que o presidente discordaria.

## PIETISMO E LEI SECA

Uma das poucas omissões importantes no livro do professor Higgs é o papel crucial do protestantismo pietista pós-milenista no movimento em direção ao estatismo nos Estados Unidos. Dominante nas áreas “ianques” do Norte a partir da década de 1830, a forma agressiva de pietismo “evangélico” conquistou o protestantismo do sul na década de 1890 e

---

<sup>6</sup> Citado em Gerald Edward Markowitz, “Progressive Imperialism: Consensus and Conflict in the Progressive Movement on Foreign Policy, 1898–1917.” Ph.D. diss., Universidade de Wisconsin, 1971, p. 375, um trabalho infelizmente negligenciado sobre um tema muito importante.

desempenhou um papel crucial no progressismo após a virada do século e durante a Primeira Guerra Mundial. O pietismo evangélico sustentava que o requisito para a salvação de qualquer homem é que ele faça o seu melhor para que todos sejam salvos, e fazer o melhor inevitavelmente significava que o Estado deveria se tornar um instrumento crucial para maximizar as chances de salvação das pessoas. Especificamente, o Estado desempenha um papel fundamental na eliminação do pecado e em “tornar a América santa”. Para os pietistas, o pecado era amplamente definido como qualquer força que pudesse obscurecer a mente dos homens para que eles não pudessem exercer seu livre arbítrio teológico para alcançar a salvação. De crucial importância foram a escravidão (até a Guerra Civil), o Alcool Demoníaco e a Igreja Católica Romana, liderada pelo Anticristo em Roma. Durante décadas após a Guerra Civil, a “rebelião” tomou o lugar da escravidão nas acusações pietistas contra seu grande inimigo

político, o Partido Democrata.<sup>1</sup> Então, em 1896, com a conversão evangélica do protestantismo do sul e a admissão à União dos estados pietistas e escassamente povoados englobados pelas Montanhas Rochosas, William Jennings Bryan conseguiu formar uma coalizão que transformou os democratas em um partido pietista e acabou para sempre com o papel orgulhoso que o partido tinha de defensor do cristianismo *litúrgico* (católico e Alto Luterano alemão) e da liberdade pessoal e do *laissez faire*.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Daí a famosa imprecisão lançada no final da campanha de 1884 que levou os democratas à presidência pela primeira vez desde a Guerra Civil, de que o Partido Democrata era o partido do “Rum, Romanismo e Rebelião”. Nessa única frase, o ministro protestante de Nova York foi capaz de resumir as preocupações políticas do movimento pietista.

<sup>2</sup> Para uma introdução à crescente literatura da história política “etno-religiosa” nos Estados Unidos, ver Paul Kleppner, *The*



Os pietistas do século XIX e início do século XX eram todos pós-milenistas: eles acreditavam que o Segundo Advento de Cristo ocorrerá somente *após* o milênio – mil anos do estabelecimento do Reino de Deus na terra – ter sido alcançado pelo esforço humano. Os pós-milenistas, portanto, tendem a ser estatistas, com o Estado se tornando um importante instrumento de erradicação do pecado e

---

*Cross of Culture* (New York: the Free Press, 1970); e idem, *The Third Electoral System, 1853-1892* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1979). Para as pesquisas mais recentes sobre a formação do Partido Republicano como um partido pietista, refletindo a tríade interconectada de preocupações pietistas – antiescravidão, proibição e anti-catolicismo – veja William E. Gienapp, “Nativism and the Creation of a Republican Majority in the Norte antes da Guerra Civil”, *Journal of American History* 72 (dezembro de 1985): 529-559.

cristianização da ordem social para acelerar o retorno de Jesus.<sup>3</sup>

O professor Timberlake resume bem esse conflito político-religioso:

Ao contrário das seitas extremistas e apocalípticas que rejeitaram e se retiraram do mundo por

---

<sup>3</sup> O cristianismo ortodoxo agostiniano, seguido pelos litúrgicos, é “amilenista”, ou seja, acredita que o “milênio” é simplesmente uma metáfora para o surgimento da Igreja Cristã e que Jesus retornará sem ajuda humana e por sua própria conta e em um tempo não especificado. Os “fundamentalistas” modernos, como são chamados desde os primeiros anos do século XX, são “pré-milenistas”, ou seja, eles acreditam que Jesus voltará para inaugurar mil anos do Reino de Deus na Terra, um tempo marcado por várias “tribulações” e pelo Armagedom, até que a história finalmente termine. Os pré-milenistas, ou “milenaristas”, não têm o ímpeto estatista dos pós-milenistas; em vez disso, eles tendem a se concentrar em predições e sinais do Armagedom e do advento de Jesus.

ser irremediavelmente corrupto, e ao contrário das igrejas mais conservadoras, como a Católica Romana, a Episcopal Protestante e a Luterana, que tendiam a assumir uma atitude mais relaxada em relação à influência da religião na cultura, o protestantismo evangélico procurou vencer a corrupção do mundo de forma dinâmica, não só convertendo os homens à fé em Cristo, mas também cristianizando a ordem social pelo poder e força da lei. De acordo com essa visão, o dever do cristão era usar o poder secular do Estado para transformar a cultura para que a comunidade dos fiéis pudesse ser mantida pura e o trabalho de salvar os não regenerados fosse facilitado. Assim, a função da lei não

era simplesmente restringir o mal, mas educar e elevar.<sup>4</sup>

Tanto o proibicionismo quanto a reforma progressista eram pietistas e, à medida que ambos os movimentos se expandiram após 1900, tornaram-se cada vez mais entrelaçados. O Partido da Proibição, antes confinado — pelo menos em sua plataforma — a uma única questão, a proibição de bebidas alcoólicas, tornou-se cada vez mais abertamente progressista depois de 1904. A Liga Anti-Bares, o principal veículo para o ativismo proibicionista depois de 1900, também foi marcadamente dedicada à reforma progressista. Assim, na convenção anual da Liga em 1905, o reverendo Howard H. Russell regozijou-se com o movimento crescente em favor da reforma progressista e louvou

---

<sup>4</sup> James H. Timberlake, *Prohibition and the Progressive Movement, 1900–1920* (Nova York: Atheneum, 1970), pp. 7–8.

particularmente Theodore Roosevelt, como aquele “líder de molde heroico, de absoluta honestidade de caráter e pureza de vida, aquele homem deste mundo. . . .”<sup>5</sup> Na convenção da Liga Anti-Bares de 1909, o reverendo Purley A. Baker elogiou o movimento sindical por ser uma cruzada sagrada pela justiça e por condições justas. A convenção da Liga de 1915, que atraiu 10.000 pessoas, destacou-se pela mesma mistura de estatismo, serviço social e cristianismo combativo que marcou a convenção nacional do Partido Progressista de 1912.<sup>6</sup> E na convenção da Liga em

---

<sup>5</sup> Citado em Timberlake, *Prohibition*, p. 33.

<sup>6</sup> A convenção do Partido Progressista foi uma poderosa fusão de todas as principais tendências do movimento progressista: economistas estatistas, tecnocratas, engenheiros sociais, assistentes sociais, pietistas profissionais e parceiros de J.P. Morgan & Co. Líderes do Evangelho Social Lyman Abbon, o reverendo R. Heber Newton e o reverendo

junho de 1916, o bispo Luther B. Wilson afirmou, sem contradição, que todos os

---

Washington Gladden, lideravam os delegados do Partido Progressista. O Partido Progressista se proclamou como o “recrudescimento do espírito religioso na vida política americana”. O discurso de aceitação de Theodore Roosevelt foi significativamente intitulado “Uma Confissão de Fé”, e suas palavras foram pontuadas por “améns” e por um canto contínuo de hinos cristãos pietistas pelos delegados ali reunidos. Eles cantaram “Onward Christian Soldiers”, “The Battle Hymn of the Republic” e especialmente o hino revivalista “Follow, Follow, We Will Follow Jesus”, com a palavra “Roosevelt” substituindo “Jesus” a cada estrofe. O horripilado *New York Times* resumiu a experiência incomum chamando o grupo progressista de “uma convenção de fanáticos”. E acrescentou: “Não foi uma convenção. Era uma assembleia de entusiastas religiosos. Foi uma convenção como a de Pedro, o Eremita. Foi um acampamento metodista que se transmutou em termos políticos.” Citado em John Allen Gable, *The Bull Moose Years: Theodore Roosevelt and the Progressive Party* (Port Washington, N.Y.: Kennikat Press, 1978), p. 75.

presentes, sem dúvida, louvariam as reformas progressistas então propostas.

Durante os anos progressistas, o Evangelho Social tornou-se parte da corrente principal do protestantismo pietista. A maioria das igrejas evangélicas criou comissões de serviço social para promulgar o Evangelho Social, e praticamente todas as denominações adotaram o Credo Social elaborado em 1912 pela Comissão da Igreja e Serviço Social do Conselho Federal de Igrejas. O credo exigia a abolição do trabalho infantil, a regulamentação trabalhista feminina, o direito trabalhista de se organizar (isto é, a negociação coletiva compulsória), a eliminação da pobreza e uma divisão “equitativa” do produto nacional. E acima de tudo, como uma questão de preocupação social, estava o problema do álcool. O credo sustentava que a bebida era um grave obstáculo para o estabelecimento do Reino de Deus na terra, e defendia a “proteção do indivíduo e da

sociedade contra o desperdício social, econômico e moral do tráfico de bebidas.<sup>7</sup>

Os líderes do Evangelho Social eram fervorosos defensores do estatismo e da proibição do álcool. Estes incluíram o reverendo Walter Rauschenbusch e o reverendo Charles Stelzle, cujo tratado *Por que Proibição!* (1918) foi distribuído, após a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, pela Comissão de Temperança do Conselho Federal de Igrejas para líderes trabalhistas, membros do Congresso e importantes funcionários públicos. Um líder do Evangelho Social particularmente importante foi o reverendo Josiah Strong, cujo jornal mensal, *The Gospel of the Kingdom*, foi publicado pelo Instituto Americano de Serviço Social de Strong. Em um artigo apoiando a Lei Seca na edição de julho de 1914, *The Gospel of the Kingdom* louvou o espírito progressista

---

<sup>7</sup> Timberlake, *Prohibition*, p. 24.



que finalmente estava pondo fim à “liberdade pessoal”:

A “Liberdade Pessoal” é finalmente uma rainha sem coroa e destronada, sem ninguém para reverenciá-la. A consciência social está tão desenvolvida e está se tornando tão autocrática, que instituições e governos devem dar atenção ao seu mandato e compartilhar sua vida de acordo. Não estamos mais assustados com aquele velho fantasma – “paternalismo no governo”. Afirmamos com ousadia, é a função do governo ser apenas isso – paterno. *Nada humano pode ser estranho a um verdadeiro governo.*<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Citado em Timberlake, *Prohibition*, p. 27. Itálico no artigo. Ou, como o reverendo Stelzle colocou, em *Why Prohibition!*, “Não existe um direito individual absoluto de fazer

Como verdadeiros cruzados, os pietistas não se contentaram em parar na eliminação do pecado apenas nos Estados Unidos. Se o pietismo americano estava convencido de que os americanos eram o povo escolhido de Deus, destinado a estabelecer um Reino de Deus dentro dos Estados Unidos, certamente o dever religioso e moral dos pietistas não poderia parar por aí. Em certo sentido, o mundo era a ostra dos EUA. Como disse o professor Timberlake, uma vez que o Reino de Deus estava prestes a ser estabelecido nos Estados Unidos,

---

qualquer coisa em particular, ou comer ou beber qualquer coisa em particular, ou desfrutar da associação de sua própria família, ou mesmo de viver, se essa coisa estiver em conflito com a lei da necessidade pública”. Citado em David E. Kyvig, *Repelling National Prohibition* (Chicago: University of Chicago Press, 1979), p. 9.

era, portanto, a missão dos EUA espalhar esses ideais e instituições no exterior para que o Reino pudesse ser estabelecido em todo o mundo. Os protestantes americanos, portanto, não se contentaram apenas em trabalhar para o reino de Deus nos EUA, mas sentiram-se compelidos a ajudar na reforma do resto do mundo também.<sup>9</sup>

A entrada americana na Primeira Guerra Mundial proporcionou a realização dos sonhos proibicionistas. Em primeiro lugar, toda a produção de alimentos foi colocada sob o controle de Herbert Hoover, czar da Secretaria de Alimentos. Mas se o governo dos EUA controlar e alocar recursos alimentares, deveria ele permitir que o precioso e escasso suprimento de grãos seja alocado para o “desperdício”,

---

<sup>9</sup> Timberlake, *Prohibition*, pp. 37–38.

se não o pecado, da fabricação de bebidas alcoólicas? Embora menos de 2% da produção americana de cereais fosse destinada à fabricação de álcool, pense nas crianças famintas do mundo que, de outra forma, poderiam ser alimentadas. Como o semanário progressista *Independent* expressou demagogicamente. “Deverão os muitos comer, ou os poucos beber?” Com o propósito ostensivo de “conservar” grãos, o Congresso redigiu uma emenda ao Projeto de Lei de Controle de Alimentos e Combustíveis do congressista Asbury F. Lever, de 10 de agosto de 1917, que ficou conhecido como Projeto de Lei Lever, que proibia absolutamente o uso de alimentos, portanto grãos, na produção de álcool. O Congresso teria acrescentado a proibição da fabricação de vinho ou cerveja, mas o presidente Wilson persuadiu a Liga Anti-Bares de que ele poderia atingir o mesmo objetivo mais lentamente e, assim, evitar uma manobra de atraso por parte dos opositores da Lei Seca no Congresso. No entanto, Herbert Hoover, um progressista e um proibicionista, persuadiu Wilson a emitir um decreto, em 8 de

dezembro, reduzindo bastante o teor alcoólico da cerveja e limitando a quantidade de alimentos que poderiam ser usados em sua fabricação.<sup>10</sup>

Os proibicionistas foram capazes de usar o Projeto de Lei Lever e o patriotismo de guerra para obter resultados favoráveis. Assim, a Sra. W. E. Lindsey, esposa do governador do Novo México, fez um discurso em novembro de 1917 que analisou o Projeto de Lei Lever e declarou:

Além da longa lista de tragédias terríveis que se seguiram ao tráfico de bebidas, o desperdício econômico é grande demais para ser tolerado neste momento. Com tantas pessoas das nações aliadas às portas da fome, seria uma

---

<sup>10</sup> Ver David Burner, *Herbert Hoover: A Public Life* (Nova York: Alfred A. Knopf, 1979), p. 107.

ingratidão criminosa continuarmos a fabricar uísque.<sup>11</sup>

Outra justificativa para a Lei Seca durante a guerra foi a alegada necessidade de proteger os soldados americanos dos perigos do álcool para sua saúde, sua moral e suas almas imortais. Como resultado, na Lei de Serviço Seletivo de 18 de maio de 1917, o Congresso estabeleceu que zonas secas deveriam ser estabelecidas em torno de cada base do exército, e tornou-se ilegal vender ou mesmo dar

---

<sup>11</sup> James A. Burran, “Proibição no Novo México, 1917”. *New Mexico Historical Quarterly* 48 (abril de 1973): 140–141. A Sra. Lindsey, é claro, não mostrou nenhuma preocupação com os países alemães, aliados e neutros da Europa sendo submetidos à fome pelo bloqueio naval britânico. As únicas áreas do Novo México que resistiram à cruzada de proibição no referendo nas eleições de novembro de 1917 foram os distritos fortemente hispano-católicos.

bebida a qualquer membro do establishment militar dentro dessas zonas, mesmo em sua casa particular. Quaisquer militares embriagados estavam sujeitos a cortes marciais.

Mas o impulso mais severo em direção à proibição nacional foi a décima oitava emenda constitucional proposta pela Liga Anti-Bares, proibindo a fabricação, venda, transporte, importação ou exportação de todas as bebidas alcoólicas. Foi aprovada pelo Congresso e submetida aos estados no final de dezembro de 1917. Argumentos contrários à Lei Seca de que a proibição se mostraria inexequível foram recebidos com o habitual apelo dos pró-Lei Seca ao princípio superior: Deveriam as leis contra assassinato e roubo serem revogadas simplesmente porque elas não podem ser completamente aplicadas? E os argumentos de que a propriedade privada seria injustamente confiscada também foram descartados com a alegação de que a propriedade prejudicial à saúde, à moral e à segurança das pessoas sempre foi sujeita a confisco sem indenização.

Quando o Projeto de Lei Lever fez uma distinção entre bebidas destiladas (proibidas) e cerveja e vinho (limitados), a indústria cervejeira tentou salvar sua pele, livrando-se da mácula dos destilados. “A verdadeira relação da cerveja”, insistiu a Associação de Cervejeiros dos Estados Unidos, “é com vinhos leves e refrigerantes – não com aguardentes fortes”. Os cervejeiros afirmaram seu desejo de “romper, de uma vez por todas, os grilhões que prendiam nossas produções saudáveis aos espíritos ardentes”. Mas essa atitude covarde não faria bem aos cervejeiros. Afinal, um dos grandes objetivos do pró-Lei Seca era esmagar de uma vez por todas os cervejeiros, cujo produto era a própria personificação dos hábitos de consumo das odiadas massas germano-americanas, tanto católicas quanto luteranas, litúrgicas e bebedoras de cerveja. Os germano-americanos eram agora um alvo legítimo. Não eram todos eles agentes do satânico Kaiser, empenhados em conquistar o mundo? Eles não eram agentes conscientes da temida *Kultur* bárbara, dispostos a destruir a civilização americana? E a



maioria dos cervejeiros não eram alemães?

E assim a Liga Anti-Bares bradou que “os cervejeiros alemães neste país tornaram ineficientes milhares de homens e estão, assim, paralisando a República em sua guerra contra o militarismo prussiano”. Aparentemente, a Liga Anti-Bares não se atentou ao trabalho dos cervejeiros alemães na Alemanha, que presumivelmente estavam realizando o serviço estimado de tornar o “militarismo prussiano” indefeso. Os cervejeiros foram acusados de serem pró-alemães e de subsidiar a imprensa (aparentemente, não havia problema em ser pró-ingleses ou subsidiar a imprensa se você não fosse cervejeiro). O ápice das acusações veio de um proibicionista: “Temos inimigos alemães”, alertou, “neste país também. E o pior de todos os nossos inimigos alemães, os mais

traíçoeiros, os mais ameaçadores são Pabst, Schlitz, Blatz e Miller.”<sup>12</sup>

Nesse tipo de ambiente, os cervejeiros não tiveram chance, e a Décima Oitava Emenda foi imposta aos estados, proibindo todas as formas de bebidas alcoólicas. Como vinte e sete estados já haviam proibido a bebida alcoólica, isso significava que apenas mais nove eram necessários para ratificar essa extraordinária emenda, que envolvia diretamente a constituição federal no que sempre foi, no máximo, uma questão de poder de polícia dos estados. O trigésimo sexto estado ratificou a Décima Oitava Emenda em 16 de janeiro de 1919 e, no final de fevereiro, todos, exceto três estados (Nova Jersey, Rhode Island e Connecticut) tornaram o álcool inconstitucional e ilegal. Tecnicamente, a emenda entrou em vigor em janeiro seguinte, mas o Congresso acelerou as

---

<sup>12</sup> Timberlake, *Prohibition*, p. 179.

coisas ao aprovar a Lei de Proibição de Guerra de 11 de novembro de 1918, que proibia a fabricação de cerveja e vinho no próximo mês de maio e proibia a venda de todas as bebidas intoxicantes depois 30 de junho de 1919, uma proibição que continuaria em vigor até o final da desmobilização. Assim, a proibição nacional total realmente começou em 1º de julho de 1919, com a Décima Oitava Emenda passando a vigorar seis meses depois. A emenda constitucional precisava de um ato de execução do Congresso, que o Congresso forneceu com a Lei Volstead (ou Proibição Nacional), passando pelo veto de Wilson no final de outubro de 1919.

Com a batalha contra o Alcool Demoníaco vencida em casa, os incansáveis defensores do proibicionismo pietista procuraram novas terras para conquistar. Hoje EUA, amanhã o mundo. Em junho de 1919, a triunfante Liga Anti-Bares convocou uma conferência internacional de proibição em Washington e criou uma Liga Mundial Contra o Alcoolismo. A proibição mundial, afinal, era necessária para

terminar o trabalho de tornar o mundo seguro para a democracia. Os objetivos dos proibicionistas foram fervorosamente expressos pelo reverendo A.C. Bane na convenção da Liga Anti-Bares em 1917, quando a vitória dos EUA já estava à vista. Para uma multidão aplaudindo descontroladamente, Bane bravejou:

Os EUA irão “se exceder” na maior batalha da humanidade [contra o álcool] e plantar o vitorioso padrão branco da Lei Seca na mais alta eminência da nação. Então, avistando a mão acenando de nossas nações irmãs do outro lado do mar, lutando com o mesmo inimigo de longa data, seguiremos com o espírito do missionário e do cruzado para ajudar a expulsar o demônio da bebida de toda a civilização. Com os EUA liderando o caminho, com fé em Deus Onipotente, e levando com mãos patrióticas nossa bandeira imaculada, o emblema da pureza cívica, em breve concederemos à

humanidade o presente inestimável da Lei Seca Mundial.<sup>13</sup>

Felizmente, os proibicionistas consideraram o mundo relutante um osso duro de roer.

## MULHERES NA GUERRA E NAS URNAS

Outra consequência direta da Primeira Guerra Mundial, que veio em conjunto com a proibição do álcool, mas com duração mais permanente, foi a Décima Nona Emenda, apresentada pelo Congresso em 1919 e ratificada no ano seguinte, que permitiu que as mulheres votassem. O sufrágio feminino há muito era

---

<sup>13</sup> Citado em Timberlake, *Prohibition*, pp. 180-181.

um movimento diretamente aliado ao proibicionismo. Desesperados para combater uma tendência demográfica que parecia estar indo contra eles, os pietistas evangélicos clamaram pelo sufrágio feminino (e o promulgaram em muitos estados do Oeste). Eles o fizeram porque sabiam que, embora as mulheres pietistas fossem social e politicamente ativas, as mulheres étnicas ou litúrgicas tendiam a ser culturalmente ligadas ao lar e, portanto, muito menos propensas a votar. Portanto, o sufrágio feminino aumentaria muito o poder de voto dos pietistas. Em 1869, o Partido Proibicionista tornou-se o primeiro partido a endossar o sufrágio feminino, o que continuou a fazer. O Partido Progressista estava igualmente entusiasmado com o sufrágio feminino; foi o primeiro grande partido nacional a permitir delegações femininas em suas convenções. Uma das principais organizações de sufrágio feminino foi a União de Temperança Cristã Feminina, que alcançou uma enorme adesão de 300.000 membros em 1900. E três presidentes sucessivas do principal grupo de sufrágio feminino, a Associação Nacional

Americana de Sufrágio Feminino – Susan B. Anthony, Sra. Carrie Chapman Catt, e a Dra. Anna Howard Shaw — todos começaram suas carreiras ativistas como proibicionistas. Susan B. Anthony colocou a questão claramente:

Há um inimigo dos lares desta nação e esse inimigo é a embriaguez. Todos os que se relacionam com a casa de jogos, o bordel e o bar trabalham e votam firmemente contra a emancipação das mulheres e, digo, se você acredita na castidade, se acredita na honestidade e na integridade, então tome as medidas necessárias para colocar as cédulas eleitorais nas mãos das mulheres.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Citado em Alan P. Grimes, *The Puritan Ethic and Woman Suffrage* (Nova York: Oxford University Press, 1967), p. 78.

Por sua vez, a Aliança Germano-Americana de Nebraska enviou um apelo durante o referendo malsucedido em novembro de 1914 sobre o sufrágio feminino. Escrito em alemão, o apelo declarava: “Nossas mulheres alemãs não querem o direito de votar, e como nossos oponentes desejam o direito de sufrágio principalmente com o objetivo de selar o jugo da proibição de bebidas alcoólicas em nossos pescoços, devemos opor-nos a isso com todas as nossas forças. . . .”<sup>2</sup>

A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial forneceu o estímulo para superar a oposição substancial ao sufrágio feminino, como corolário do sucesso da Lei Seca e como recompensa pela vigorosa atividade das mulheres organizadas em prol do esforço de guerra. Para fechar o ciclo, grande parte dessa atividade consistia em erradicar o vício e o

---

<sup>2</sup> Grimes, *Puritan Ethic*, p. 116.



álcool, bem como inculcar educação “patriótica” nas mentes de grupos de imigrantes que geralmente eram desconfiados.

Logo após a declaração de guerra dos EUA, o Conselho de Defesa Nacional criou um Comitê Consultivo sobre o Trabalho de Defesa da Mulher, conhecido como Comitê da Mulher. O objetivo do comitê, descreve um relato comemorativo contemporâneo, era “coordenar as atividades e os recursos das mulheres organizadas e não organizadas do país, para que seu poder possa ser imediatamente utilizado em momentos de necessidade e fornecer um novo e direto canal de cooperação entre as mulheres e os departamentos governamentais.”<sup>3</sup> A presidente do Comitê da Mulher, trabalhando energeticamente e

---

<sup>3</sup> Ida Clyde Clarke, *American Women and the World War* (Nova York: D. Appleton and Co., 1918), p. 19.

em tempo integral, era a ex-presidente da Associação Nacional Americana de Sufrágio Feminino, atual presidente e uma sufragista igualmente proeminente, a Sra. Carrie Chapman Catt.

O Comitê da Mulher prontamente estabeleceu organizações em cidades e estados de todo o país e, em 19 de junho de 1917, convocou uma conferência de mais de cinquenta organizações nacionais de mulheres para coordenar seus esforços. Foi nesta conferência que “a primeira tarefa definitiva foi imposta às mulheres americanas” pelo infatigável Czar da Alimentação, Herbert Hoover.<sup>4</sup> Hoover contou com a cooperação das mulheres do país em sua ambiciosa campanha para controlar, restringir e cartelizar a indústria de alimentos em nome da “conservação” e eliminação do “desperdício”. Celebrando esta união das mulheres estava

---

<sup>4</sup> Clarke, *American Women*, p. 27.

um dos membros do Comitê da Mulher, a escritora progressista e polêmica Sra. Ida M. Tarbell. A Sra. Tarbell elogiou a “consciência crescente em todos os lugares de que este grande empreendimento para a democracia que estamos lançando [a entrada dos EUA na guerra] é um assunto nacional, e se um indivíduo ou uma sociedade vai fazer sua parte, deve agir com e sob o governo de Washington.” “Nada mais”, disse a Sra. Tarbell, “pode explicar a ação das mulheres do país em se unirem como estão fazendo hoje sob uma direção centralizada.”<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Ibid., pág. 31. Na verdade, as atividades de difamação da Sra. Tarbell estavam praticamente confinadas à Rockefeller e à Standard Oil. Ela era altamente favorável aos líderes empresariais próximos de Morgan, como testemunham suas biografias laudatórias do juiz Elbert H. Gary, da US Steel (1925) e Owen D. Young da General Electric (1932).

O entusiasmo da Sra. Tarbell pode ter sido maior devido ao fato de ela ser uma das *dirigentes* e não a *dirigida*. Herbert Hoover veio à conferência de mulheres com a proposta de que cada uma das mulheres assinasse e distribuisse um “cartão de promessa de alimentos” em nome da conservação de alimentos. Embora o apoio ao compromisso alimentar entre o público tenha sido mais restrito do que o previsto, os esforços educacionais para promover o compromisso tornaram-se a base do restante da campanha de conservação das mulheres. O Comitê da Mulher nomeou a Sra. Tarbell como presidente de seu comitê de Secretaria de Alimentos, e ela não apenas organizou incansavelmente a campanha, mas também escreveu muitas cartas e artigos de jornais e revistas em seu nome.

Além do controle de alimentos, outra função importante e imediata do Comitê da Mulher era tentar registrar todas as mulheres do país para um possível trabalho voluntário ou remunerado em apoio ao esforço de guerra. Todas as mulheres

com dezesseis anos ou mais foram solicitadas a assinar e apresentar um cartão de registro com todas as informações pertinentes, incluindo treinamento, experiência e o tipo de trabalho desejado. Dessa forma, o governo saberia o paradeiro e o treinamento de cada mulher, e o governo e as mulheres poderiam servir melhor um ao outro. Em muitos estados, especialmente em Ohio e Illinois, os governos estaduais criaram escolas para treinar os registradores. E mesmo que o Comitê da Mulher continuasse insistindo que o registro era completamente voluntário, o estado de Louisiana, como Ida Clarke coloca, desenvolveu uma ideia “nova e inteligente” para facilitar o programa: o registro das mulheres tornou-se obrigatório.

O governador da Louisiana, Ruftin G. Pleasant, decretou em 17 de outubro de 1917 o dia do registro obrigatório, e uma série de funcionários públicos colaborou com sua operação. A Comissão Estadual de Alimentação garantiu que os compromissos de alimentação também fossem assinados por todos, e o Conselho

Estadual de Escolas concedeu um feriado no dia 17 de outubro para que os professores pudessem auxiliar na inscrição compulsória, especialmente nos distritos rurais. Seis mil mulheres foram oficialmente comissionadas pelo estado de Louisiana para realizar o registro e trabalharam em conjunto com funcionários públicos estaduais de conservação de alimentos e agentes de demonstração paroquiais. Nas áreas francesas do estado, os padres católicos prestaram uma ajuda valiosa ao apelar pessoalmente a todas as suas paroquianas para cumprirem seus deveres de registro. Os folhetos circularam em francês, as visitas de casa em casa foram feitas e discursos pedindo o registro foram feitos por mulheres ativistas em cinemas, escolas, igrejas e tribunais. Fomos informados de que todas as respostas foram entusiásticas e cordiais; não há menção a qualquer resistência. Também fomos informados de que “mesmo os negros estavam bastante atentos à situação, encontrando-se às vezes com os

brancos e às vezes a pedido de seus próprios pastores”.<sup>6</sup>

Também ajudando no registro de mulheres e no controle de alimentos havia outra organização feminina menor, mas um pouco mais sinistra, lançada pelo Congresso como uma espécie de grupo pré-guerra em um grande Congresso de Patriotismo Construtivo, realizado em Washington, D.C. no final de janeiro de 1917. Esta foi a Liga Nacional para o Serviço da Mulher (LNSM), que estabeleceu uma organização nacional mais tarde ofuscada e sobreposta pelo Comitê da Mulher maior. A diferença era que a LNSM foi estabelecida em linhas francamente militares. Cada unidade de trabalho local era chamada de “destacamento” sob um “comandante de destacamento”, destacamentos distritais e estaduais reunidos em “acampamentos” anuais e cada membro

---

<sup>6</sup> Ibid., pág. 277, pp. 275-79, pág. 58.

feminino deveria usar um uniforme com um distintivo e insígnia da organização. Em particular, “a base do treinamento para todos os destacamentos é o treinamento físico padronizado.”<sup>7</sup>

Uma parte vital do trabalho do Comitê de Mulheres era envolver-se na “educação patriótica”. O governo e o Comitê da Mulher reconheceram que as mulheres de etnia imigrante eram as que mais precisavam dessa instrução vital e, por isso, criaram um comitê de educação, chefiado pela enérgica Sra. Carrie Chapman Catt. A Sra. Catt expôs bem o problema ao Comitê da Mulher: Milhões de pessoas nos Estados Unidos não sabiam por que estávamos em guerra, e por que, como Ida Clarke parafraseia a Sra. Catt, há “a necessidade imperiosa de vencer a guerra se as futuras gerações deveriam ser protegidas da ameaça de um militarismo sem

---

<sup>7</sup> Ibid., pág. 183.



escrúpulos.”<sup>8</sup> Presumivelmente, o militarismo dos EUA, sendo “escrupuloso”, não representava nenhum problema.

A apatia e a ignorância abundavam, prosseguiu a Sra. Catt, e ela propôs mobilizar vinte milhões de mulheres americanas, as “maiores criadoras de sentimentos de qualquer comunidade”, para iniciar um “vasto movimento educacional” para que as mulheres “se alistassem fervorosamente para impulsionar a vitória na guerra o mais rápido possível.” Como a Sra. Catt continuou, no entanto, a clareza dos objetivos de guerra que ela pediu realmente equivalia a apontar que estávamos na guerra “quer a nação goste ou não”, e que, portanto, os “sacrifícios” necessários para vencer a guerra “de boa ou má vontade devem ser feitos”. No final, a Sra. Catt pôde apresentar apenas um argumento fundamentado para a guerra,

---

<sup>8</sup> Ibid., pág. 103.

além dessa suposta necessidade, de que ela deve ser vencida para que ela seja “a guerra para acabar com a guerra”.<sup>9</sup>

A campanha de “educação patriótica” das mulheres organizadas era em grande parte para “americanizar” as mulheres imigrantes, persuadindo-as energicamente (a) a se tornarem cidadãs americanas naturalizadas e (b) a aprender o “inglês materno”. Na campanha, apelidada de “*America First*”, a unidade nacional foi promovida por meio da colocação de imigrantes para aprender inglês e tentando colocar imigrantes do sexo feminino em aulas de inglês à tarde ou à noite. As mulheres patriotas organizadas também se preocupavam em preservar a estrutura familiar dos imigrantes. Se as crianças aprendem inglês e seus pais permanecem ignorantes, as crianças desprezam os mais velhos, “a disciplina e o controle dos

---

<sup>9</sup> Ibid., pp. 104-05.

país se dissipam e todo o tecido familiar se enfraquece. Assim, uma das grandes forças conservadoras da comunidade se torna inoperante". Para preservar o "controle materno dos jovens", então, "a americanização das mulheres estrangeiras por meio da linguagem torna-se imperativa". Em Erie, na Pensilvânia, os clubes de mulheres convocaram "Matronas do Quarteirão", cujo trabalho era conhecer as famílias estrangeiras do bairro e auxiliar as autoridades escolares em exortar os imigrantes a aprender inglês, e que, nas palavras bastante ingênuas de Ida Clarke, "tornam-se vizinhas, amigas e verdadeiras mães confessoras das estrangeiras do quarteirão". Talvez seja elucidativo ouvir alguns comentários dos destinatários das atenções das Matronas do Quarteirão.

Em suma, como resultado da campanha de americanização, conclui Ida Clarke, "as mulheres organizadas deste país podem desempenhar um papel importante para deixar o nosso país com uma língua comum, um propósito

comum, um conjunto comum de ideais – um país unificado. EUA.”<sup>10</sup>

Nem o governo e suas mulheres organizadas negligenciaram as reformas econômicas progressistas. Na conferência organizadora de junho de 1917 do Comitê da Mulher, a Sra. Carrie Catt enfatizou que o maior problema da guerra era garantir que as mulheres recebessem “salário igual por trabalho igual”. A conferência sugeriu a criação de comitês de vigilância para prevenir a violação das “leis éticas” que regem o trabalho e também que todas as leis que restringem (“protegem”) o trabalho de mulheres e crianças sejam rigorosamente aplicadas. Aparentemente, havia alguns valores para os quais a maximização da produção para o esforço de guerra tinha que ficar em segundo plano.

---

<sup>10</sup> Ibid., pág. 101.

A Sra. Margaret Dreier Robins, presidente da Liga Nacional do Sindicato Feminino, elogiou o fato de que o Comitê da Mulher estava organizando comitês em todos os estados para proteger os padrões mínimos para o trabalho de mulheres e das crianças na indústria e exigia salários mínimos e jornadas mais curtas para as mulheres. A Sra. Robins advertiu particularmente que “não apenas as mulheres trabalhadoras não organizadas em grande número são usadas como sublicitantes no mercado de trabalho para baixar os padrões industriais, mas também estão relacionadas aos grupos nos centros industriais de nosso país que são menos americanizados e mais alheios à nossa instituições e ideais”. E assim “americanização” e cartelização do trabalho feminino andaram de mãos dadas.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Ibid., pág. 129. Margaret Dreier Robins e seu marido Raymond eram

---

praticamente um casal progressista paradigmático. Raymond era um andarilho nascido na Flórida e garimpeiro de ouro que passou por uma experiência de conversão mística nas selvas do Alasca e se tornou um pregador pietista. Ele se mudou para Chicago, onde se tornou um líder no trabalho comunitário de Chicago e na reforma municipal. Margaret Dreier e sua irmã Mary eram filhas de uma família rica e socialmente proeminente de Nova York que trabalhava e financiava a emergente Liga Sindical Nacional das Mulheres. Margaret casou-se com Raymond Robins em 1905 e mudou-se para Chicago, logo se tornando presidente de longa data da liga. Em Chicago, os Robins lideraram e organizaram causas políticas progressistas por mais de duas décadas, tornando-se os principais líderes do Partido Progressista de 1912 a 1916. Durante a guerra, Raymond Robins se envolveu em considerável atividade diplomática como chefe de uma missão da Cruz Vermelha na Rússia. Sobre os Robins, ver Allen F. Davis, *Spearhead for Reform: The Social Settlements and the*

---

*Progressive Movement, 1890–1914* (Nova York: Oxford University Press, 1967).

Para saber mais sobre o trabalho de guerra das mulheres e o sufrágio feminino, veja a história padrão do movimento sufragista, Eleanor Flexner, *Century of Struggle: The Woman's Rights Movement in the United States* (New York: Atheneum, 1968), pp. 288–89. Curiosamente, o Conselho Nacional do Trabalho de Guerra (CNTG) adotou abertamente o conceito de “salário igual para trabalho igual, a fim de limitar o emprego de mulheres trabalhadoras, impondo custos mais altos ao empregador. A “única marca”, afirmou o CNTG, sobre o emprego excessivo de mulheres “é tornar mais lucrativo empregar mulheres do que homens”. Citado em Valerie I. Conner, “‘The Mothers of the Race’ in World War I: The National War Labor Board and Women in Industry”, *Labor History* 21 (Inverno, 1979-80): 34.

# **SALVANDO NOSSOS GAROTOS DO ÁLCOOL E DO VÍCIO**

Uma das principais contribuições da feminilidade organizada para o esforço de guerra foi colaborar na tentativa de salvar os soldados americanos do vício e do Álcool Demoníaco. Além de estabelecer rigorosas zonas secas ao redor de cada campo de treinamento militar nos Estados Unidos, a Lei de Serviço Seletivo de maio de 1917 também proibiu a prostituição em amplas zonas ao redor dos campos de treinamento militares. Para fazer cumprir essas disposições, o Departamento de Guerra tinha à mão uma Comissão de Atividades do Campo de Treinamento, uma agência logo imitada pelo Departamento da Marinha. Ambas as comissões eram chefiadas por um homem feito sob medida para o cargo, o progressista funcionário de centros sociais de Nova York, reformador político municipal e ex-aluno e



discípulo de Woodrow Wilson, Raymond Blaine Fosdick.

A formação, a vida e a carreira de Fosdick foram paradigmáticas para intelectuais e ativistas progressistas daquela época. Os ancestrais de Fosdick eram ianques de Massachusetts e Connecticut, e seu bisavô foi pioneiro na migração para o Oeste em uma carroça coberta, se tornando um fazendeiro de fronteira no coração do Burned Over District<sup>1</sup> dos ianques transferidos de Buffalo, Nova York. O avô de Fosdick, um pregador leigo pietista renovado na fé em um avivamento batista, era um proibicionista que se casou com a

---

<sup>1</sup> [N. do T.] O termo *Burned Over District*, "distrito incendiado", refere-se às regiões oeste e central do estado de Nova York no início do século XIX, onde ocorreram reavivamentos religiosos e a formação de novos movimentos religiosos do Segundo Grande Despertar, em uma extensão tão grande que o fervor espiritual parecia incendiar a área.

filha de um pregador e se tornou um professor de escola pública ao longo da vida em Buffalo. O avô Fosdick tornou-se superintendente de educação em Buffalo e um batalhador por um sistema escolar público expandido e fortalecido.

A ascendência imediata de Fosdick continuou na mesma linha. Seu pai era um professor de escola pública em Buffalo que chegou a tornar-se diretor de uma escola secundária. Sua mãe era profundamente pietista e uma firme defensora da proibição e do sufrágio feminino. O pai de Fosdick era um pietista protestante devoto e um republicano “fanático” que deu a seu filho Raymond o nome do meio de seu herói, o veterano republicano do Maine James G. Blaine. Os três filhos de Fosdick, o irmão mais velho Harry Emerson, Raymond e a irmã gêmea de Raymond, Edith, ao emergirem dessa atmosfera, todos forjaram carreiras vitalícias de pietismo e serviço social.

Enquanto ativo na administração da reforma de Nova York, Fosdick fez uma amizade fatídica. Em 1910, John D.

Rockefeller Jr., como seu pai, um batista pietista, foi presidente de um grande júri especial para investigar e tentar acabar com a prostituição na cidade de Nova York. Para Rockefeller, a eliminação da prostituição se tornaria uma cruzada ardente e duradoura. Ele acreditava que o pecado, como a prostituição, deve ser criminalizado, colocado em quarentena e levado à clandestinidade por meio de supressão rigorosa.

Em 1911, Rockefeller começou sua cruzada criando a Secretaria de Higiene Social, na qual despejou US\$5 milhões no quarto de século seguinte. Dois anos depois, ele recrutou Fosdick, que já era palestrante no jantar anual da classe Bíblica Batista de Rockefeller, para estudar os sistemas policiais na Europa em conjunto com atividades para acabar com o grande “vício social”. Pesquisando a polícia americana após seu período na Europa a mando de Rockefeller, Fosdick ficou chocado que o trabalho da polícia nos Estados Unidos não fosse considerado

uma “ciência” e que estivesse sujeito a influências políticas “sórdidas”.<sup>2</sup>

Nesse ponto, o novo secretário de Guerra, o ex-prefeito progressista de Cleveland Newton D. Baker, ficou perturbado com relatos de que áreas próximas aos campos de treinamento do exército no Texas, na fronteira mexicana, onde tropas foram mobilizadas para combater o revolucionário mexicano Pancho Villa, estavam cheias de bares e prostituição. Enviado por Baker em uma excursão de apuração de fatos no verão de 1916,

---

<sup>2</sup> Ver Raymond B. Fosdick, *Chronicle of a Generation: An Autobiography* (Nova York: Harper & Bros., 1958), p. 133. Veja também Pete r Collier e David Horowitz, *The Rockefellers: An American Dynasty* (Nova York: New American Library, 1976), pp. 103–05. Fosdick ficou particularmente chocado com o fato de os patrulheiros americanos em serviço nas ruas realmente fumarem charutos! Fosdick, *Chronicle*, p. 135.

ridicularizado por oficiais durões do exército como o “Reverendo”, Fosdick ficou horrorizado ao encontrar bares e bordéis aparentemente por toda parte nas proximidades dos campos militares. Ele relatou sua consternação a Baker e, por sugestão de Fosdick, Baker reprimiu os comandantes do exército e sua atitude negligente em relação ao álcool e ao vício. Mas Fosdick estava começando a vislumbrar outra ideia. A supressão do mal não poderia ser acompanhada de um encorajamento positivo do bem, de alternativas recreativas sadias ao pecado e à bebida que nossos garotos pudessem desfrutar? Quando a guerra foi declarada, Baker rapidamente nomeou Fosdick para ser presidente da Comissão de Atividades do Campo de Treinamento.

Armado com os recursos coercitivos do governo federal e construindo rapidamente seu império burocrático de apenas um secretário para uma equipe de milhares, Raymond Fosdick partiu com determinação em sua dupla tarefa: acabar com o álcool e o pecado dentro e ao redor

de cada campo militar e preencher o vazio dos soldados e marinheiros americanos, proporcionando-lhes recreação saudável. Como chefe da Divisão de Aplicação da Lei da Comissão do Campo de Treinamento, Fosdick escolheu Bascom Johnson, advogado da Associação Americana de Higiene Social.<sup>3</sup> Johnson foi nomeado major, e sua

---

<sup>3</sup> A Associação Americana de Higiene Social, com seu influente jornal *Social Hygiene*, foi a principal organização no que ficou conhecido como a “cruzada da pureza”. A associação foi lançada quando o médico novaiorquino Dr. Prince A. Marrow, inspirado pela agitação contra as doenças venéreas e a favor da continência preconizada pelo sifilógrafo francês Jean-Alfred Fournier, formou em 1905 a Sociedade Americana para Profilaxia Sanitária e Moral (SAPSM). Logo, os termos propostos pela filial de Chicago da SAPSM, “higiene social” e “higiene sexual”, tornaram-se amplamente utilizados por sua pátina médica e científica e, em 1910, a SAPSM mudou seu nome para Federação Americana de Higiene Sexual

(FAHS). Finalmente, no final de 1913, a FAHS, uma organização de médicos, juntou-se à Associação Nacional de Vigilância (anteriormente Aliança Americana de Pureza), um grupo de clérigos e assistentes sociais, para formar a abrangente Associação Americana de Higiene Social (AAHS).

Nesse movimento de higiene social, o moral e o médico andavam de mãos dadas. Assim, o Dr. Morrow deu as boas-vindas ao novo conhecimento sobre doenças venéreas porque demonstrou que “a punição pelo pecado sexual” não precisava mais ser “reservada para o futuro”.

O primeiro presidente da AAHS foi o presidente da Universidade de Harvard, Charles W. Eliot. Em seu discurso na primeira reunião, Eliot deixou claro que a abstinência total de álcool, tabaco e até especiarias era parte integrante da cruzada contra a prostituição e a pureza.

Sobre os médicos, a cruzada da pureza e a formação da AAHS, ver Ronald Hamowy, “Medicine and the Crimination of Sin: 'Self-Abuse' in 19th Century America,” *The Journal*

equipe de quarenta advogados agressivos tornou-se segundo-tenente.

---

*of Libertarian Studies I* (verão, 1972): 247– 59; James Wunsch, “Prostituição e Políticas Públicas: Da Regulação à Supressão, 1858–1920,” Ph.D. diss., Universidade de Chicago, 1976; e Roland R. Wagner, “Virtue Against Vice: A Study of Moral Reformers and Prostitution in the Progressive Era”, Ph.D. diss., University of Wisconsin, 1971. Sobre Morrow, veja também John C. Burnham. “The Progressive Era Revolution in American Attitudes Toward Sex”, *Journal of American History* 59 (março de 1973) 899, e Paul Boyer, *Urban Masses and Moral Order in America, 1820–1920* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978), pág. 201. Veja também Burnham, “Medical Specialists and Movements Toward Social Control in the Progressive Era: Three Examples”, em J. Israel, ed., *Building The Organizational Society: Essays in Associational Activities in Modern America* (Nova York: Free Press, 1972), pp. 24–26.



Empregando o argumento da saúde e da necessidade militar, Fosdick montou uma Divisão de Higiene Social de sua comissão, que promulgou o slogan “Apto para lutar”. Usando uma mistura de força e ameaças para remover as tropas federais das bases se as cidades recalci-trantes não obedecessem, Fosdick conseguiu reprimir, se não a prostituição em geral, pelo menos todas as principais zonas de prostituição do país. Ao fazê-lo, Fosdick e Baker, empregando a polícia local e a Polícia Militar federal, excederam em muito sua autoridade legal. A lei autorizava o presidente a fechar todas as zonas de prostituição em uma área de oito quilômetros ao redor de cada acampamento ou base militar. Das 110 zonas de prostituição fechadas pela força militar, no entanto, apenas 35 estavam incluídas na área proibida. A supressão das outras 75 foi uma extensão ilegal da lei. No entanto, Fosdick foi triunfante: “Através dos esforços desta Comissão [de Atividades do Campo de Treinamento] a zonas de prostituição praticamente deixou de ser uma característica da vida da cidade

americana.”<sup>4</sup> O resultado evidente dessa destruição permanente da zonas de prostituição era levar a prostituição para as ruas, onde os consumidores seriam privados da proteção de um mercado aberto ou de regulamentação.

Em alguns casos, a cruzada federal anti-vício encontrou resistência considerável. O secretário da Marinha Josephus Daniels, um progressista da Carolina do Norte, teve que chamar os fuzileiros navais para patrulhar as ruas da resistente Filadélfia, e tropas navais, apesar das fortes objeções do prefeito, foram usadas para esmagar o lendário distrito da

---

<sup>4</sup> Em Daniel R. Beaver, *Newton D. Baker and the American War Effort 1917-1919* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1966), p. 222. Ver também *ibid.*, pp. 221-224; e C. H. Cramer, *Newton D. Baker: A Biography* (Cleveland: World Publishing Co., 1961), pp. 99-102.

luz vermelha de Storyville, em Nova Orleans, em novembro de 1917.<sup>5</sup>

Em sua arrogância, o Exército dos EUA decidiu estender sua cruzada anti-vício as costas estrangeiras. O general John J. Pershing emitiu um boletim oficial aos membros da Força Expedicionária Americana na França, exortando que “a continência sexual é o dever claro dos

---

<sup>5</sup> Fosdick, *Chronicle*, pp. 145-47. Embora a prostituição tenha sido de fato proibida em Storyville depois de 1917, Storyville, ao contrário da lenda, nunca “fechado” – os bares e salões de dança permaneceram abertos e, ao contrário dos relatos ortodoxos, o jazz nunca foi realmente fechado em Storyville ou Nova Orleans, e portanto, nunca forçado rio acima. Para uma visão revisionista do impacto do fechamento de Storyville na história do jazz, ver Tom Bethell, *George Lewis: A Jazzman from New Orleans* (Berkeley: University of California Press, 1977), pp. 6-7; e Al Rose, *Storyville, New Orleans* (Montgomery: University of Alabama Press, 1974). Além disso, sobre a Storyville posterior, veja *Boyer, Urban Masses*, p. 218.

membros da FEA, tanto para a condução vigorosa da guerra, quanto para a saúde limpa da população americana depois da guerra”. Pershing e os militares americanos tentaram fechar todos os bordéis franceses em áreas onde as tropas americanas estavam localizadas, mas a ação não foi bem sucedida porque os franceses se opuseram ferozmente. O primeiro-ministro Georges Clemenceau apontou que o resultado da “proibição total da prostituição regulamentada nas proximidades das tropas americanas” foi apenas para aumentar “as doenças venéreas entre a população civil do bairro”. Finalmente, os Estados Unidos tiveram que se contentar em proibir a entrada das tropas em áreas civis francesas.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Veja Hamowy, “Crimination of Sin”, p. 226n. A citação de Clemenceau está em Fossdick, *Chronicle*, p. 171. O leal biógrafo de Newton Baker declarou que Clemenceau, nesta resposta, mostrou “suas tendências animais

A parte mais positiva da tarefa de Raymond Fosdick durante a guerra foi fornecer aos soldados e marinheiros um substituto construtivo para o pecado e o álcool, “divertimentos saudáveis e companhia saudável”. Como era de se esperar, o Comitê da Mulher e a feminilidade organizada colaboraram com entusiasmo. Eles seguiram a liminar do secretário de Guerra Baker de que o governo “não pode permitir que esses jovens sejam cercados por um ambiente vicioso e desmoralizante, nem podemos deixar nada por fazer que os proteja de influências doentias e formas cruas de tentação”. O Comitê das Mulheres descobriu, no entanto, que no grande empreendimento de salvar a saúde e a moral de nossos garotos, seu problema mais desafiador provou ser proteger a moral de suas jovens mobilizadas. Pois, infelizmente, “onde os soldados

---

como o ‘Tigre da França’.” Cramer, Newton Baker, p. 101.

estão aquartelados, o problema de evitar que as garotas sejam enganadas pelo glamour e romance da guerra e uniformes sedutores é grande”. Talvez por sorte, o Comitê de Maryland propôs o estabelecimento de uma “Liga Patriótica de Honra que irá inspirar as garotas a adotar os mais altos padrões de feminilidade e lealdade ao seu país.”<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Clarke, *American Women*, pp. 90, 87, 93. Em alguns casos, as mulheres organizadas tomaram a ofensiva para ajudar a erradicar o vício e a bebida em sua comunidade. Assim, no Texas, em 1917, o Comitê Anti-Vício das Mulheres do Texas liderou a criação de uma “Zona Branca” em torno de todas as bases militares. No outono, o Comitê expandiu-se para a Associação de Higiene Social do Texas para coordenar o trabalho de erradicação da prostituição e dos bares. San Antonio provou ser seu maior problema. Lewis L. Gould, *Progressives and Prohibitionists: Texas Democrats in the Wilson*

Nenhum grupo ficou mais satisfeito com as realizações de Fosdick e sua Comissão do Campo de Treinamento Militar do que a florescente profissão de assistente social. Cercado por assessores escolhidos a dedo da Associação de Parques e Recreação e da Fundação Russell Sage, Fosdick e os outros “de fato tentaram criar um enorme centro de atividades sociais em torno de cada campo militar. Nenhum exército jamais tinha visto algo parecido antes, mas era uma consequência do movimento de recreação e organização comunitária, e uma vitória para aqueles que defendiam o uso criativo do tempo de lazer.”<sup>8</sup> A profissão de assistente social declarou o programa um enorme sucesso. A influente revista *Survey* resumiu o resultado como

---

*Era* (Austin: University of Texas Press, 1973), p. 227.

<sup>8</sup> Davis, *Spearheads for Reform*, p. 225.

“a obra social mais estupenda dos tempos modernos”.<sup>9</sup>

Os assistentes sociais também exultaram com a Lei Seca. Em 1917, a

---

<sup>9</sup> Fosdick, *Chronicle*, p. 144. Após a guerra, Raymond Fosdick alcançou fama e fortuna, primeiro como Subsecretário Geral da Liga das Nações, e depois pelo resto de sua vida como membro do pequeno círculo íntimo próximo a John D. Rockefeller Jr. Nessa atribuição, Fosdick tornou-se chefe da Fundação Rockefeller e biógrafo oficial de Rockefeller. Enquanto isso, o irmão de Fosdick, reverendo Harry Emerson, tornou-se o ministro paroquial escolhido a dedo por Rockefeller, primeiro na Igreja Presbiteriana de Park Avenue e depois na nova Igreja interdenominacional Riverside, construída com fundos Rockefeller. Harry Emerson Fosdick foi o principal assessor de Rockefeller na luta, dentro da Igreja Protestante, a favor do protestantismo pós-milenista, estatista, “progressista” e contra a maré crescente do cristianismo pré-milenista, conhecido como “fundamentalista” desde os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Veja Collier e Horowitz, *The Rockefellers*, pp. 140–42, 151–53.



Conferência Nacional de Caridades e Correções (que mudou seu nome na mesma época para Conferência Nacional de Serviço Social) foi encorajada a abandonar qualquer pose sem valor que pudesse ter e se pronunciou diretamente pela proibição do álcool. Ao retornar da Rússia em 1917, Edward T. Devine, da Sociedade de Organização de Caridade de Nova York, exclamou que “a revolução social que se seguiu à proibição da vodka foi mais profundamente importante do que a revolução política que aboliu a autocracia”. E Robert A. Woods, de Boston, o Grande Ancião do movimento de centros sociais e um veterano defensor da proibição de bebidas alcoólicas, previu em 1919 que a Décima Oitava Emenda, “um dos maiores e melhores eventos da história”, reduziria a pobreza, eliminaria a prostituição e o crime,

e liberaria “vastas potencialidades humanas suprimidas”.<sup>10</sup>

Woods, presidente da Conferência Nacional de Serviço Social entre 1917 e 1918, há muito denunciava o álcool como “um mal abominável”. Um pietista pós-milenista, ele acreditava na “estadística cristã” que, na “propaganda da ação”, cristianizaria a ordem social em uma rota corporativa e comunitária para a glorificação de Deus. Como muitos pietistas, Woods não se importava com credos ou dogmas, mas apenas com o avanço do cristianismo de forma comunitária; embora um episcopal ativo, sua “paróquia” era a comunidade em geral. Em seu trabalho em centros sociais, Woods há muito favorecia o isolamento ou segregação dos “inaptos”, em particular “o vagabundo, o bêbado, o

---

<sup>10</sup> Davis, *Spearheads for Reform*, p. 226; Timberlake, *Prohibition*, p. 66; Boyer, *Urban Masses*, p. 156.

mendigo, o imbecil”, com o centro social como o núcleo dessa reforma. Woods estava particularmente ansioso para isolar e punir o bêbado e o vagabundo. Os “bêbados inveterados” receberiam níveis crescentes de “punição”, com penas de prisão cada vez mais longas. O “mal dos vagabundos” deveria ser eliminado com a detenção e a prisão de vagabundos, que seriam colocados em asilos de vagabundos e submetidos a trabalhos forçados.

Para Woods, a guerra mundial foi um evento importante. Ela havia avançado o processo de “americanização”, um “grande processo de humanização por meio do qual todas as lealdades, todas as crenças devem ser forjadas em uma ordem melhor”.<sup>11</sup> A guerra liberou maravilhosamente as energias do povo

---

<sup>11</sup> Eleanor H. Woods, Robert A. Woods; *Champion of Democracy* (Boston: Houghton Mifflin, 1929), p. 316. Ver também *ibid.*, pp. 201-202, 250ss., 268ss.

americano. Agora, no entanto, era importante levar o ímpeto do tempo de guerra para o mundo do pós-guerra. Elogiando a sociedade coletivista de guerra durante a primavera de 1918, Robert Woods fez a pergunta crucial: “Por que não deveria ser sempre assim? Por que não continuar nos anos de paz este organismo próximo, vasto e saudável de serviço, de companheirismo, de poder criativo construtivo?”<sup>12</sup>

## OS COLETIVISTAS DA *NEW REPUBLIC*

A revista *New Republic*, fundada em 1914 como o principal órgão

---

<sup>12</sup> Davis, *Spearheads for Reform*, p. 227.

intelectual do progressismo, era uma encarnação viva da florescente aliança entre os interesses das grandes empresas, em particular da Casa de Morgan, e a crescente legião de intelectuais coletivistas. O fundador e editor da *New Republic* foi Willard W. Straight, sócio do J.P. Morgan & Co., e seu financiador era a esposa de Straight, a herdeira Dorothy Whitney. O principal editor do influente novo semanário era o veterano coletivista e teórico do Novo Nacionalismo de Teddy Roosevelt, Herbert David Croly. Os dois coeditores de Croly foram Walter Edward Weyl, outro teórico do Novo Nacionalismo, e o jovem e ambicioso ex-funcionário da Intercollegiate Socialist Society, o futuro comentarista Walter Lippmann. Quando Woodrow Wilson começou a levar os Estados Unidos para a Primeira Guerra Mundial, a *New Republic*, embora originalmente rooseveltiana, tornou-se uma defensora entusiástica da guerra e uma porta-voz virtual do esforço de guerra de Wilson, da economia coletivista de guerra e da nova sociedade moldada pela guerra.

Nos níveis intelectuais mais elevados, inquestionavelmente o principal intelectual progressista, antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, foi o defensor do pragmatismo, o professor John Dewey, da Universidade de Columbia. Dewey escreveu frequentemente para a *New Republic* nesse período e foi claramente seu principal teórico. Ianque nascido em 1859, Dewey era, como Mencken disse, “de indestrutível linhagem de Vermont e um homem da mais alta sobriedade suportável”. John Dewey era filho de um merceiro de uma pequena cidade de Vermont.<sup>1</sup> Embora tenha sido pragmatista e humanista secular a maior parte de sua vida, poucos sabem que Dewey, nos anos anteriores a 1900, era um pietista pós-milenista, buscando o gradual desenvolvimento de uma ordem social cristianizada

---

<sup>1</sup> H.L. Mencken, “Professor Veblen”, em *A Mencken Chrestomathy* (Nova York: Alfred A. Knopf, 1949), p. 267.

e do Reino de Deus na terra por meio da expansão da ciência, da comunidade e do Estado. Durante a década de 1890, Dewey, como professor de filosofia na Universidade de Michigan, expôs sua visão de pietismo pós-milenista em uma série de palestras perante a Associação Cristã dos Estudantes. Dewey argumentou que o crescimento da ciência moderna agora torna possível ao homem estabelecer a ideia bíblica do Reino de Deus na terra. Uma vez que os humanos tivessem se libertado das restrições do cristianismo ortodoxo, um Reino de Deus verdadeiramente religioso poderia ser realizado na “Vida comum encarnada, o propósito animando todos os homens e unindo-os em um todo harmonioso de compaixão”.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Citado no importante artigo de Jean B. Quandt, “Religion and Social Thought: The Secularization of Postmillennialism,” *American Quarterly* 25 (outubro de 1973): 404. Veja

A religião operaria assim em conjunto com a ciência e a democracia, todas as quais quebrariam as barreiras entre os homens e estabeleceriam o Reino. Depois de 1900, foi fácil para John Dewey, juntamente com a maioria dos outros intelectuais pós-milenistas do período, mudar gradual mas decisivamente do estatismo cristão progressista pós-milenista para o estatismo secular progressista. O caminho, a expansão do estatismo e do “controle social” e do planejamento, permaneceu o mesmo. E mesmo que o credo cristão tenha saído de cena, os intelectuais e ativistas continuaram a possuir o mesmo

---

também John Blewett, S.J., “Democracy as Religion: Unity in Human Relations”, em Blewett, ed., *John Dewey: His Thought and Influence* (Nova York: Fordham University Press, 1960), pp. 33-58; e *John Dewey: The Early Works, 1882-1889*, eds., J. Boydston et al. (Carbondale: Southern Illinois University Press, 1969-71), vols. 2 e 3.



zelo evangélico pela salvação do mundo que seus pais e eles mesmos já possuíam. O mundo seria e ainda deve ser salvo através do progresso e do estatismo.<sup>3</sup>

Um pacifista em um período de paz, John Dewey preparou-se para liderar a manifestação pela guerra à medida que os Estados Unidos se aproximavam da intervenção armada na luta europeia. Primeiro, em janeiro de 1916, na *New Republic*, Dewey atacou a condenação direta da guerra pelos “pacifistas profissionais” como uma “fantasia sentimental”, uma confusão de meios e fins. A força, declarou ele, era simplesmente “um meio de obter resultados” e, portanto, não seria nem

---

<sup>3</sup> Sobre a secularização geral do pietismo pós-milenista depois de 1900, ver Quandt, “Religion and Social Thought”, pp. 390-409; e James H. Moorhead, “The Erosion of Postmillennialism in American Religious Thought, 1865-1925”, *Church History* 53 (março de 1984): 61-77.

louvada nem condenada em si. Em seguida, em abril, Dewey assinou um manifesto pró-Aliados, não apenas torcendo por uma vitória aliada, mas também proclamando que os Aliados estavam “lutando para preservar as liberdades do mundo e os mais altos ideais da civilização”. E embora Dewey apoiasse a entrada dos EUA na guerra para que a Alemanha pudesse ser derrotada, “um trabalho árduo, mas que precisava ser feito”, ele estava muito mais interessado nas maravilhosas mudanças que a guerra certamente traria na política doméstica americana. Em particular, a guerra ofereceu uma oportunidade de ouro para realizar o controle social coletivista no interesse da justiça social. Como disse um historiador,

Como a guerra exigia um compromisso supremo com o interesse nacional e exigia um grau sem precedentes de planejamento governamental e regulação econômica nesse interesse, Dewey viu a perspectiva de socialização permanente, a substituição permanente

do interesse privado e possessivo pelo interesse público e social, tanto dentro como entre as nações.<sup>4</sup>

Em entrevista ao *New York World* alguns meses após a entrada dos EUA na guerra, Dewey exultou que “esta guerra pode facilmente ser o começo do fim das empresas”. Pois a partir das necessidades da guerra, “estamos começando a produzir para uso, não para venda, e o capitalista não é capitalista [diante da] guerra”. As condições capitalistas de produção e venda estão agora sob controle do governo, e “não há razão para acreditar que o velho princípio jamais será retomado. . . . A propriedade privada já havia perdido

---

<sup>4</sup> Carol S. Gruber, *Mars and Minerva: World War I and the Uses of the Higher Learning in America* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1975), p. 92.

sua santidade. . . a democracia industrial está a caminho.”<sup>5</sup>

Em suma, a inteligência está finalmente sendo usada para enfrentar os problemas sociais, e essa prática está destruindo a velha ordem e criando uma nova

---

<sup>5</sup> Citado em Gruber, *Mars and Minerva*, pp. 92–93. Veja também William E. Leuchtenburg, “The New Deal and the Analogue of War”, em J. Braeman, R. Bremner e E. Walters, eds., *Change and Continuity in Twentieth-Century America* (New York: Harper & Row, 1966), p. 89. Por razões semelhantes, Thorstein Veblen, profeta da suposta dicotomia de produção para lucro versus produção para uso, defendeu a guerra e começou a se manifestar abertamente pelo socialismo em um artigo no *New Republic* em 1918, mais tarde reimpresso em seu *The Vested Interests and the State of the Industrial Arts* (1919). Ver Charles Hirschfeld, “Nationalist Progressivism and World War I”, *Mid-America* 45 (julho de 1963), p. 150. Ver também David Riesman, *Thorstein Veblen: A Critical Interpretation* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1960), pp. 30–31.

ordem social de “controle democrático integrado”. O trabalho está adquirindo mais poder, a ciência está finalmente sendo socialmente mobilizada e controles governamentais maciços estão socializando a indústria. Esses desenvolvimentos, Dewey proclamou, eram precisamente pelo que estamos lutando.<sup>6</sup>

Além disso, John Dewey viu grandes possibilidades trazidas pela guerra para o advento do coletivismo mundial. Para Dewey, a entrada dos Estados Unidos na guerra criou uma “junção plástica” no mundo, um mundo marcado por uma “organização mundial e o início de um controle público que atravessa fronteiras e interesses nacionalistas” e que também “proibiria a guerra”.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Hirschfeld, “Progressivismo Nacionalista”, p. 150.

<sup>7</sup> Gruber, *Mars and Minerva*, p. 92.

Os editores da *New Republic* tomaram uma posição semelhante à de Dewey, exceto que chegaram a ela ainda mais cedo. Em seu editorial na primeira edição da revista em novembro de 1914, Herbert Croly profetizou alegremente que a guerra estimularia o espírito de nacionalismo dos Estados Unidos e, portanto, o aproximaria da democracia. A princípio hesitante sobre as economias de guerra coletivistas na Europa, a *New Republic* logo começou a aplaudir e instou os Estados Unidos a seguir o exemplo das nações europeias em guerra e socializar sua economia e expandir os poderes do Estado.

Enquanto os Estados Unidos se preparavam para entrar na guerra, a *New Republic*, examinando o coletivismo de guerra na Europa, regozijou-se que “em seu lado administrativo, o socialismo [tinha] conquistado uma vitória que [foi] soberba e convincente”. É verdade que o coletivismo de guerra europeu era um pouco sombrio e autocrático, mas não tema, os EUA poderiam usar os mesmos meios para objetivos “democráticos”.

Os intelectuais da *New Republic* também se deleitavam com o “espírito de guerra” nos EUA, pois esse espírito significava “a substituição das forças nacionais, sociais e orgânicas pelas forças privadas mais ou menos mecânicas que operam na paz”. Os propósitos da guerra e da reforma social podem ser um pouco diferentes, mas, afinal, “são ambos propósitos, e por sorte para a humanidade uma organização social eficiente é tão útil para um quanto para o outro”.<sup>8</sup> Sorte mesmo.

Enquanto os Estados Unidos se preparavam para entrar na guerra, a *New Republic* aguardava ansiosamente a

---

<sup>8</sup> Hirschfeld, “Progressivismo Nacionalista”, p. 142. É intrigante que, para a *New Republic*, intelectuais, indivíduos privados realmente existentes sejam descartados como “mecânicos”, enquanto entidades inexistentes, como forças “nacionais e sociais” sejam aclamadas como “orgânicas”.

coletivização iminente, certa de que traria “imensos ganhos em eficiência e felicidade nacional”. Depois que a guerra foi declarada, a revista pediu que a guerra fosse usada como “uma ferramenta agressiva da democracia”. “Por que a guerra não deveria servir”, perguntava a revista, “como pretexto para impingir inovações ao país?” Dessa forma, os intelectuais progressistas poderiam liderar o caminho para abolir “os males típicos do irregular capitalismo competitivo semi-letrado”.

Convencido de que os Estados Unidos alcançariam o socialismo através da guerra, Walter Lippmann, em um discurso público logo após a entrada americana, esbravejou sua visão apocalíptica do futuro:

Nós, que fomos à guerra para assegurar a democracia no mundo, teremos levantado aqui uma aspiração que não terminará com a derrubada da autocracia prussiana. Devemos nos voltar com novos interesses para nossas próprias tiranias – para nossas



minas no Colorado, nossas auto-cráticas indústrias siderúrgicas, fábricas e nossos cortiços. Uma força está à solta nos EUA. Nossos próprios reacionários não vão aplacá-la. Saberemos como lidar com eles.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Citado em Hirschfeld, “Progressivismo Nacionalista,” p. 147. Uma minoria de socialistas pró-guerra rompeu com o Partido Socialista anti-guerra para formar a Liga Social-Democrata e juntar-se a uma frente pró-guerra organizada e financiada pelo governo Wilson, a Aliança Americana para o Trabalho e a Democracia. Os socialistas pró-guerra saudaram a guerra como um “progresso surpreendente no coletivismo” e opinaram que, após a guerra, o socialismo de estado existente avançaria para o “coletivismo democrático”. Os socialistas pró-guerra incluíam John Spargo, Algie Simons, W.J. Ghent, Robert R. LaMonte, Charles Edward Russell, J.G. Phelps Stokes, Upton Sinclair e William English Walling.

Walter Lippmann, de fato, tinha sido o principal agitador da guerra entre os intelectuais da *New Republic*. Ele pressionou Croly a apoiar Wilson e apoiar a intervenção, e depois colaborou com o Coronel House para pressionar Wilson a entrar na guerra. Logo Lippmann, um entusiasta do serviço militar obrigatório, teve que enfrentar o fato de que ele mesmo,

---

Walling sucumbiu tanto à febre da guerra que denunciou o Partido Socialista como uma ferramenta consciente do Kaiser e defendeu a supressão da liberdade de expressão para pacifistas e socialistas antiguerra. Ver Hirschfeld, “Progressivismo Nacionalista”, p. 143. Sobre Walling, ver James Gilbert, *Designing the Industrial State: The Intellectual Pursuit of Collectivism in America, 1880-1940* (Chicago: Quadrangle Books, 1972), pp. 232-33. Sobre a Aliança Americana para o Trabalho e a Democracia e seu papel no esforço de guerra, ver Ronald Radosh, *American Labour and United States Foreign Policy* (Nova York: Random House, 1969), pp. 58-71.

com apenas 27 anos e boa saúde, era eminentemente elegível para o recrutamento. De alguma forma, no entanto, Lippmann não conseguiu unir teoria e prática.

O jovem Felix Frankfurter, professor de direito progressista de Harvard e colaborador próximo da equipe editorial da *New Republic*, acabara de ser selecionado como assistente especial do secretário de Guerra Baker. Lippmann de alguma forma sentiu que seus próprios serviços inestimáveis poderiam ser mais bem usados planejando o mundo do pós-guerra do que lutando nas trincheiras. E então ele escreveu para Frankfurter pedindo um emprego no escritório de Baker. “O que eu quero fazer”, ele implorou, “é dedicar todo o meu tempo a estudar e especular sobre as abordagens da paz e a reação da paz. Você acha que pode me conseguir uma dispensa por motivos tão arrogantes? Ele se apressou em assegurar a Frankfurter que não havia nada de “pessoal” nesse pedido. Afinal, explicou, “as coisas que precisam ser pensadas são tão grandes que não deve haver nenhum elemento pessoal

misturado a isso”. Frankfurter abriu o caminho, Lippmann escreveu ao secretário Baker. Ele assegurou a Baker que só estava se candidatando a um emprego e a uma dispensa do serviço militar em defesa dos outros e em severa submissão ao interesse nacional. Como Lippmann colocou em uma notável demonstração de hipocrisia:

Consultei todas as pessoas cujos conselhos eu valorizo e elas me incitam a solicitar dispensa. Você pode entender que isso não é uma coisa agradável de se fazer, e ainda assim, depois de examinar minha alma tão honestamente quanto me é possível, estou convencido de que posso fazer minha parte com muito mais eficácia do que como soldado nos novos exércitos.

Sem dúvida.

Como a cereja do bolo, Lippmann acrescentou uma importante “desinformação”. Pois, escreveu ele pateticamente

a Baker, o fato é “que meu pai está morrendo e minha mãe está absolutamente sozinha no mundo. Ela não sabe qual é a condição dele, e não posso contar a ninguém por medo de que isso se torne conhecido.” Aparentemente, ninguém mais “conhecia” a condição de seu pai, incluindo seu pai e a classe médica, pois o velho Lippmann conseguiu ficar entre os vivos por mais dez anos.<sup>10</sup>

Com a certeza de obter sua dispensa do serviço militar, Walter Lippmann rumou com grande entusiasmo para

---

<sup>10</sup> De fato, Jacob Lippmann iria contrair câncer em 1925 e morrer dois anos depois. Além disso, Lippmann, antes e depois da morte de Jacob, era extremamente indiferente ao pai. Ronald Steel, *Walter Lippman and the American Century* (Nova York: Random House, 1981), p. 5, pp. 116–17. Sobre o entusiasmo de Walter Lippmann pelo recrutamento, pelo menos para outros, ver Beaver, *Newton Baker*, pp. 26–27.

Washington, para lá ajudar a conduzir a guerra e, alguns meses depois, para ajudar a dirigir o conclave secreto de historiadores e cientistas sociais do Coronel House que planejava o formato do futuro tratado de paz e do mundo pós-guerra. Deixe que outros lutem e morram nas trincheiras; Walter Lippmann teve a satisfação de saber que seus talentos, pelo menos, seriam aproveitados ao máximo pelo novo Estado coletivista emergente.

À medida que a guerra prosseguia, Croly e os outros editores, tendo perdido Lippmann para o mundo, aplaudiam cada novo desenvolvimento da economia de guerra maciçamente controlada. A nacionalização das ferrovias e do transporte marítimo, as prioridades e o sistema de alocação, o domínio total de todas as partes da indústria alimentícia alcançada por Herbert Hoover e a Secretaria de Alimentos, a política pró-sindical, os altos impostos e o recrutamento militar foram todos saudados pela *New Republic* como uma expansão do poder da democracia para planejar o bem geral. À medida que o

armistício inaugurava o mundo do pós-guerra, a *New Republic* analisou o que a guerra tinha alcançado e achou bom: “Revolucionamos nossa sociedade”. Tudo o que restava era organizar uma nova convenção constitucional para completar o trabalho de reconstrução dos EUA.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Hirschfeld, “Progressivismo Nacionalista”, pp. 148–50. Sobre a *New Republic* e a guerra, e particularmente sobre John Dewey, veja também Christopher Lasch, *The New Radicalism in America, 1889–1963: The Intellectual as a Social Type* (New York: Vintage Books, 1965), pp. 181–224, especialmente pp. 202–04. Sobre os três editores da *New Republic*, ver Charles Forcey, *The Crossroads of Liberalism: Croly, Weyl, Lippmann and the Progressive Era, 1900–1925* (Nova York: Oxford University Press, 1961). Veja também David W. Noble, “The New Republic and the Idea of Progress, 1914–1920,” *Mississippi Valley Historical Review* 38 (dezembro de 1951): 387–402. Em um livro intitulado *The End of the War* (1918), o editor da *New Republic*, Walter Weyl, assegurou a seus leitores que “a nova solidariedade econômica, uma vez conquistada, nunca mais

Mas a revolução não tinha sido totalmente concluída. Apesar das objeções de Bernard Baruch e outros planejadores de guerra, o governo decidiu não tornar permanente a maior parte da máquina coletivista de guerra. A partir de então, a maior ambição de Baruch e dos outros era tornar o sistema da Primeira Guerra Mundial uma instituição permanente da vida americana. O epitáfio mais incisivo sobre a política da Primeira Guerra Mundial foi proferido por Rexford Guy Tugwell, o mais francamente coletivista dos conselheiros de gabinete do New Deal de Franklin Roosevelt. Relembrando o “socialismo de guerra dos EUA” em 1927, Tugwell lamentou que se a guerra tivesse durado mais, aquele grande “experimento” poderia ter sido concluído: “Estávamos à beira de ter uma máquina industrial internacional quando a paz irrompeu”, Tugwell

---

poderá ser abandonada”. Citado em Leuchtenburg. “New Deal”, p. 90.



lamentou. “Somente o armistício impediu uma grande experiência de controle da produção, controle de preços e controle do consumo.”<sup>12</sup> Tugwell não precisava ter se incomodado; logo haveria outras emergências, outras guerras.

No final da guerra, Lippmann se tornaria o principal especialista jornalístico dos EUA. Croly, tendo rompido com o governo Wilson por conta da dureza do Tratado de Versalhes, ficou desolado ao descobrir que a *New Republic* não era mais a porta-voz de algum grande líder político. No final da década de 1920, ele descobriria um líder coletivista nacional exemplar no exterior – em Benito Mussolini.<sup>13</sup> Que Croly tenha encerrado seus

---

<sup>12</sup> Rexford Guy Tugwell, “America’s War-Time Socialism” *The Nation* (1927), pp. 364-65. Citado em Leuchtenburg, “The New Deal”, pp. 90-91.

<sup>13</sup> Em janeiro de 1927, Croly escreveu um editorial da *New Republic*, “Uma apologia

ao fascismo”, endossando um artigo que o acompanhava, “Fascismo para os italianos”, escrito pelo distinto filósofo Horace M. Kallen, discípulo de John Dewey e expoente do pragmatismo progressista. Kallen elogiou Mussolini por sua abordagem pragmática e, em particular, pelo élan vital que Mussolini infundiu na vida italiana. É verdade, admitiu o professor Kallen, que o fascismo é coercitivo, mas certamente isso é apenas um expediente temporário. Observando a excelente conquista do fascismo na economia, educação e reforma administrativa, Kallen acrescentou que “a esse respeito, a revolução fascista não é diferente da revolução comunista. Cada uma é a aplicação à força. . . de uma ideologia a uma condição. Cada uma deve ter a oportunidade mais livre depois de ter começado. . . .” O editorial que acompanha a *New Republic* endossou a tese de Kallen e acrescentou que “os críticos estrangeiros devem tomar cuidado para não tornar ilegal um experimento político que despertou em uma nação inteira uma maior energia moral e dignificou suas atividades subordinando-as a um propósito comum profundamente sentido”.

anos como admirador de Mussolini não é surpresa quando percebemos que desde a infância ele foi imerso por um pai coruja nas doutrinas socialistas autoritárias do positivismo de Augusto Comte. Esses pontos de vista marcariam Croly ao longo de sua vida. Assim, o pai de Herbert, David, fundador do positivismo nos Estados Unidos, defendia o estabelecimento de vastos poderes de governo sobre a vida de todos. David Croly favoreceu o crescimento de trustes e monopólios como um meio tanto para esse fim quanto para eliminar os males da competição individual e do “egoísmo”. Como seu filho, David Croly criticou o “medo do governo” jeffersoniano nos Estados Unidos e viu em

---

*New Republic* 49 (12 de janeiro de 1927), pp. 207-13. Citado em John Patrick Diggins, “Mussolini’s Italy: The View from America”, Ph.D. diss., Universidade do Sul da Califórnia, 1964, pp. 214-17.

Hamilton um exemplo para combater essa tendência.<sup>14</sup>

E o que dizer do professor Dewey, o decano dos intelectuais pacifistas — transformado em fanático agitador da guerra? Em um período pouco conhecido de sua vida, John Dewey passou os anos imediatos do pós-guerra, 1919-1921,

---

<sup>14</sup> Nascido na Irlanda, David Croly tornou-se um ilustre jornalista na cidade de Nova York e chegou à editoria do *New York World*. Croly organizou o primeiro Círculo Positivista nos Estados Unidos e financiou uma turnê de palestras americanas para o comteano Henry Edgar. O Círculo Positivista reuniu-se na casa de Croly e, em 1871, David Croly publicou *A Positivist Primer*. Quando Herbert nasceu em 1869, ele foi consagrado por seu pai à Deusa Humanidade, o símbolo da Religião da Humanidade de Comte. Veja a esclarecedora biografia recente de Herbert por David W. Levy, *Herbert Croly of the New Republic* (Princeton, N.J.: Princeton University Press; 1985).

lecionando na Universidade de Pequim e viajando pelo Extremo Oriente. A China estava então em um período de turbulência sobre as cláusulas do Tratado de Versalhes que transferiam os direitos de domínio em Shantung da Alemanha para o Japão. Os britânicos e os franceses haviam prometido essa recompensa ao Japão em tratados secretos em troca de sua entrada na guerra contra a Alemanha.

O governo Wilson estava dividido entre os dois campos. Por um lado, estavam aqueles que desejavam apoiar a decisão dos Aliados e que imaginavam usar o Japão como porrete contra a Rússia bolchevique na Ásia. Do outro, estavam aqueles que já haviam começado a soar o alarme sobre uma ameaça japonesa e que estavam comprometidos com a China, muitas vezes por causa de conexões com os missionários protestantes americanos que desejavam defender e expandir seus poderes extraterritoriais de governança na China. O governo Wilson, que originalmente havia assumido uma posição pró-chinesa, reverteu-se na primavera de

1919 e endossou as disposições de Versalhes.

John Dewey se arrojou nessa situação complexa, não vendo complexidade e, claro, considerando impensável que ele ou os Estados Unidos ficassem de fora de toda a briga. Dewey ergueu-se em apoio total à posição nacionalista chinesa, saudando o movimento agressivo da Jovem China e até endossando a YMCA pró-missionária na China como “assistentes sociais”. Dewey esbravejou que, embora “eu não esperasse ser um nacionalista radical”, que o Japão deve ser responsabilizado e que o Japão é a grande ameaça na Ásia. Assim, mal Dewey havia deixado de ser um defensor de uma terrível guerra mundial começou a preparar o caminho para uma ainda maior.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Ver Jerry Israel, *Progressivism and the Open Door: America and China, 1905–1921*

---

(Pittsburgh: University of Pittsburgh Press,  
1971).

# **A ECONOMIA À SERVIÇO DO ESTADO: O EMPIRICISMO DE RICHARD T. ELY**

A Primeira Guerra Mundial foi a apoteose da crescente noção de intelectuais como servidores do Estado e sócios minoritários no governo do Estado. Na nova fusão de intelectuais e Estado, cada um foi de extrema ajuda para o outro. Os intelectuais poderiam servir ao Estado desculpando-se e fornecendo justificativas para seus atos. Os intelectuais também eram necessários para ocupar cargos importantes como planejadores e controladores da sociedade e da economia. O Estado também poderia servir aos intelectuais restringindo a entrada e, assim, aumentando a renda e o prestígio das diversas ocupações e profissões. Durante a Primeira Guerra Mundial, os historiadores



foram de particular importância ao fornecer ao governo propaganda de guerra, convencendo o público do mal singular dos alemães ao longo da história e dos desígnios satânicos do Kaiser. Economistas, particularmente economistas empíricos e estatísticos, foram de grande importância no planejamento e controle da economia de guerra do país. Os historiadores que desempenham papéis proeminentes na máquina de propaganda de guerra foram estudados muito extensivamente; economistas e estatísticos, desempenhando um papel menos flagrante e supostamente “sem juízo de valor”, receberam muito menos atenção.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para um retrato revigorante e ácido das ações dos historiadores na Primeira Guerra Mundial, ver C. Hartley Grattan, “The Historians Cut Loose”, *American Mercury*, agosto de 1927, reimpresso em Haw Elmer Barnes, *In Quest of Truth and Justice*, 2nd ed. (Colorado Springs, Colorado: Ralph Myles

Embora seja uma generalização obsoleta dizer que os economistas do século XIX foram defensores fervorosos do *laissez faire*, ainda é verdade que a teoria econômica dedutiva provou ser um poderoso baluarte contra a intervenção do governo. Pois, basicamente, a teoria econômica mostrava a harmonia e a ordem inerentes ao livre mercado, bem como as distorções contraproducentes e os grilhões econômicos impostos pela intervenção estatal. Para que o estatismo dominasse a profissão de economista, era importante

---

Publisher, 1972), pp. 142–64. Um relato mais extenso é George T. Blakey, *Historians on the Homefront: American Propagandists for the Great War* (Lexington: University Press of Kentucky, 1970). Gruber, *Mars and Minerva*, trata da academia e do cientificismo social, mas concentra em historiadores. James R. Mock e Cedric Larson, *Words that Won the War* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1939), apresenta a história do “Comitê Creel”, o Comitê de Informação Pública, o ministério oficial de propaganda durante a guerra.

desacreditar a teoria dedutiva. Uma das maneiras mais importantes de desacreditá-la foi promover a noção de que, para ser “genuinamente científica”, a economia tinha que evitar a generalização e as leis dedutivas e simplesmente se engajar na investigação empírica dos fatos da história e das instituições históricas, esperando que, de alguma forma, as leis acabariam por surgir dessas investigações detalhadas.

Assim, a Escola Historicista Alemã, que conseguiu assumir o controle da disciplina de economia na Alemanha, proclamou ferozmente não apenas sua devoção ao estatismo e ao controle governamental, mas também sua oposição às leis dedutivas “abstratas” de economia política. Este foi o primeiro grande grupo dentro da profissão de economista a defender o que Ludwig von Mises mais tarde chamaria de “antieconomia”. Gustav Schmoller, o líder da Escola Historicista, declarou orgulhosamente que sua principal tarefa e de seus colegas na Universidade de Berlim

era formar “a guarda-costas intelectual da Casa de Hohenzollern”.

Durante as décadas de 1880 e 1890, jovens brilhantes estudantes de pós-graduação em história e ciências sociais foram para a Alemanha, o lar da graduação Ph.D., para obter seus doutorados. Quase sem exceção, eles voltaram aos Estados Unidos para ensinar em faculdades e nas recém-criadas escolas de pós-graduação, impregnadas com a emoção da “nova” economia e ciência política. Foi uma “nova” ciência social que enalteceu o desenvolvimento alemão e bismarckiano de um poderoso Estado de bem-estar social e guerra, um Estado aparentemente acima de todas as classes sociais, que fundiu a nação em um todo integrado e supostamente harmonioso. As novas sociedade e política deveriam ser dirigidas por um poderoso governo central, cartelizando, ditando, arbitrando e controlando, eliminando assim o capitalismo competitivo do *laissez-faire*, por um lado, e a ameaça do socialismo proletário, por outro. E no comando da nova dispensação ou perto

dele deveria estar a nova geração de intelectuais, tecnocratas e planejadores, dirigindo, fornecendo pessoal, propagando e promovendo “desinteressadamente” o bem comum enquanto governavam e dominavam o resto da sociedade. Em suma, fazer bem fazendo o bem. Para a nova geração de intelectuais progressistas e estatistas nos EUA, essa era realmente uma visão arrebatadora.

Richard T. Ely, virtualmente o fundador dessa nova geração, foi o principal economista progressista e também o professor da maioria dos outros. Como um fervoroso pietista pós-milenista, Ely estava convencido de que também estava servindo a Deus e a Cristo. Como tantos pietistas, Ely nasceu (em 1854) de uma sólida linhagem ianque e antiga puritana, novamente no meio do fanático Burned-Over District do oeste de Nova York. O pai de Ely, Ezra, era um sabatista extremista, que impedia sua família de jogar ou ler livros no domingo, e um proibicionista tão ardente que, mesmo sendo um agricultor pobre e marginal, recusou-se a cultivar

cevada, uma cultura exclusivamente adequada ao seu solo, porque seria usada para fabricar aquele produto monstruosamente pecaminoso, a cerveja.<sup>2</sup> Formado no Columbia College em 1876, Ely foi para a Alemanha e recebeu seu Ph.D. de Heidelberg em 1879. Em várias décadas de ensino na Johns Hopkins e depois em Wisconsin, o enérgico e construtor de impérios Ely tornou-se enormemente influente no pensamento e na política americana. Na Johns Hopkins ele produziu uma galeria de estudantes influentes e discípulos estatistas em todos os campos das ciências sociais, bem como na economia. Esses discípulos eram liderados pelo economista institucionalista pró-sindicato John R. Commons, e incluíam os

---

<sup>2</sup> Ver a útil biografia de Ely, Benjamin G. Rader, *The Academic Mind and Reform: The Influence of Richard T. Ely in American Life* (Lexington: University Press of Kentucky, 1966).

sociólogos de controle social Edward Alsworth Ross e Albion W. Small; John H. Finlay, presidente do City College de Nova York; Dr. Albert Shaw, editor da *Review of Reviews* e influente conselheiro e teórico de Theodore Roosevelt; o reformador municipal Frederick C. Howe; e os historiadores Frederick Jackson Turner e J. Franklin Jameson. Newton D. Baker foi treinado por Ely na Hopkins, e Woodrow Wilson também foi seu aluno lá, embora não haja evidência direta de alguma influência intelectual.

Em meados da década de 1880, Richard Ely fundou a Associação Econômica Americana (AEA) em uma tentativa consciente de comprometer a profissão de economista com o estatismo, contra os economistas mais antigos do *laissez-faire* agrupados no Clube de Economia Política. Ely continuou como secretário-tesoureiro da AEA por sete anos, até que seus aliados reformistas decidiram enfraquecer o compromisso da associação com o estatismo para induzir os economistas *laissez-faire*

a se juntarem à organização. Nesse ponto, Ely, incrédulo, deixou a AEA.

Em Wisconsin, em 1892, Ely formou uma nova Escola de Economia, Ciência Política e História, cercou-se de ex-alunos e deu origem à Ideia de Wisconsin que, com a ajuda de John Commons, conseguiu aprovar uma série de medidas progressistas de regulamento do governo em Wisconsin. Ely e os outros formaram um cérebro não oficial, mas poderoso, para o regime progressista do governador de Wisconsin, Robert M. La Follette, que começou na política de Wisconsin como defensor da Lei Seca. Embora nunca tenha sido aluno de Ely em sala de aula, La Follette sempre se referiu a Ely como seu professor e como o moldador da Ideia de Wisconsin. E Theodore Roosevelt declarou certa vez que Ely “primeiro me apresentou



ao radicalismo na economia e depois me fez são em meu radicalismo”.<sup>3</sup>

Ely também foi um dos intelectuais pós-milenistas mais proeminentes da época. Ele acreditava fervorosamente que o Estado é o instrumento escolhido por Deus para reformar e cristianizar a ordem social para que eventualmente Jesus chegasse e pusesse fim à história. O Estado, declarou Ely, “é religioso em sua essência” e, além disso, “Deus opera por meio do Estado na realização de Seus propósitos mais universalmente do que por meio de qualquer outra instituição”. A tarefa da igreja é orientar o Estado e utilizá-lo nessas reformas necessárias.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Sidney Fine, *Laissez Faire and the General-Welfare State: A Study of Conflict in American Thought 1865–1901* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1956), pp. 239–40.

<sup>4</sup> Fine, *Laissez Faire*, pp. 180–181.

Ativista e organizador inveterado, Ely foi proeminente no movimento evangélico Chautauqua, e fundou lá a escola de verão “Sociologia Cristã”, que infundiu a influente operação Chautauqua com os conceitos e o pessoal do movimento Evangelho Social. Ely era amigo e colaborador próximo dos líderes do Evangelho Social, os reverendos Washington Gladden, Walter Rauschenbusch e Josiah Strong. Com Strong e Commons, Ely organizou o Instituto de Sociologia Cristã.<sup>5</sup> Ely também

---

<sup>5</sup> John Rogers Commons era de antiga linhagem ianque, descendente de John Rogers, mártir puritano na Inglaterra, e nascido na área ianque da Reserva Ocidental em Ohio e criado em Indiana. Sua mãe de Vermont se formou no foco do pietismo, Oberlin College, e enviou John para Oberlin na esperança de que ele se tornasse ministro. Enquanto estava na faculdade, Commons e sua mãe lançaram uma publicação proibicionista a pedido da Liga Anti-Saloon. Após a formatura, Commons foi

fundou e tornou-se secretário da União Social Cristã da Igreja Episcopal, junto com a Benção Socialista Cristã W.D.P. Todas essas atividades foram infundidas com o estatismo pós-milenista. Assim, o Instituto de Sociologia Cristã se comprometeu a apresentar o “reino de Deus como o ideal completo da sociedade humana a ser realizado na terra”. Além disso,

Ely via o Estado como a maior força redentora da sociedade. Aos olhos de Ely, o governo

---

para Johns Hopkins para estudar com Ely, mas foi reprovado na pós-graduação. Ver John R. Commons, *Myself* (Madison: University of Wisconsin Press, 1964). Veja também Joseph Dorfman, *The Economic Mind in American Civilization* (Nova York: Viking, 1949), vol. 3, pp. 276–77; Mary O. Furner, *Advocacy and Objectivity: A Crisis in the Professionalization of American Social Science, 1865–1905* (Lexington: University Press of Kentucky, 1975), pp. 198–204.

era o instrumento dado por Deus através do qual tínhamos que operar. Sua preeminência como instrumento divino baseava-se na abolição pós-Reforma da divisão entre o sagrado e o secular e no poder do Estado de implementar soluções éticas para os problemas públicos. A mesma identificação de sagrado e secular que ocorreu entre o clero liberal permitiu a Ely divinizar o Estado e socializar o cristianismo: ele pensava no governo como o principal instrumento de redenção de Deus. . . .<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Quandt, “Religião e Pensamento Social”, pp. 402–03. Ely não esperava que o reino milenar estivesse longe. Ele acreditava que era tarefa das universidades e das ciências sociais “ensinar as complexidades do dever cristão de fraternidade para chegar à Nova Jerusalém “que todos esperamos ansiosamente”. A missão da igreja era atacar toda instituição

AT&T hegou, Richard Ely ficou, por algum motivo (talvez porque ele estava na casa dos sessenta anos de idade) de fora da excitação do trabalho de guerra e do planejamento econômico em Washington. Ele lamentou amargamente que “eu não tive uma parte mais ativa do que tive nesta maior guerra da história do mundo.”<sup>7</sup> Mas Ely compensou sua ausência da melhor maneira possível; virtualmente desde o início da guerra europeia, ele clamou pelo militarismo, pela guerra, pela “disciplina” do recrutamento e pela supressão da dissidência e da “deslealdade” em casa. Militarista ao longo da vida, Ely tentou se voluntariar para o serviço de guerra na Guerra Hispano-Americana, pediu a supressão da insurreição

---

maligna, “até que a terra se torne uma nova terra, e todas as suas cidades, cidades de Deus”.

<sup>7</sup> Gruber, *Mars and Minerva*, p. 114.

filipina e estava particularmente ansioso pelo recrutamento e pelo trabalho forçado para “vadios” durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1915 Ely estava promovendo o serviço militar obrigatório imediato e, no ano seguinte, juntou-se à Liga de Segurança Nacional, fortemente influenciada pelas grandes empresas e pró-guerra, onde pedia a libertação do povo alemão da “autocracia”.<sup>8</sup> Ao defender o recrutamento, Ely foi capaz de combinar argumentos morais, econômicos e proibicionistas para o alistamento: “O efeito moral de tirar os meninos das esquinas e dos

---

<sup>8</sup> Ver Rader, *Academic Mind*, pp. 181-91. Sobre as principais afiliações empresariais de líderes da Liga de Segurança Nacional, especialmente J.P. Morgan e outros próximos de Morgan, ver C. Hartley Grattan, *Why We Fought* (New York Vanguard Press, 1929) pp. 117-18, e Robert D. Ward, “A Origem e Atividades da Liga de Segurança Nacional, 1914-1919”, *Mississippi Valley Historical Review* 47 (junho de 1960): 51-65.

bares e treiná-los é excelente, e os efeitos econômicos são igualmente benéficos”.<sup>9</sup> De fato, o recrutamento para Ely serviu quase como uma panaceia para todos os males. Ele estava tão entusiasmado com a experiência da Primeira Guerra Mundial que Ely novamente prescreveu seu

---

<sup>9</sup> A Câmara de Comércio dos Estados Unidos detalhou o benefício econômico de longo prazo do alistamento militar obrigatório, que para a juventude americana ele “substituiria um período de disciplina útil por um período de desmoralizante ausência de restrição”. John Patrick Finnegan, *Against the Spectre of Dragon: The Campaign for American Military Preparedness, 1914–1917* (Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1974), p. 110. Sobre o amplo e entusiástico apoio dado ao projeto pela Câmara de Comércio, ver Chase C. Mooney e Martha E. Layman, “Some Phases of the Compulsory Military Training Movement, 1914–1920,” *Mississippi Historical Review* 38 (March 1952): 640.

remédio favorito para aliviar a depressão de 1929. Ele propôs um “exército industrial” permanente em tempos de paz engajado em obras públicas e formado por jovens recrutados para trabalho físico extenuante. Esse recrutamento incutiria na juventude americana os essenciais “ideais militares de resistência e disciplina”, uma disciplina outrora fornecida pela vida na fazenda, mas indisponível para a maior parte da população que agora cresce nas cidades estéreis. Esse pequeno exército de conscritos permanente poderia então absorver rapidamente os desempregados durante as depressões. Sob o comando de “um estado-maior econômico”, o exército industrial “iria trabalhar para aliviar a angústia com todo o vigor e recursos de cérebro e força que empregamos na Guerra Mundial”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Richard T. Ely, *Hard Times: The Way in and the Way Out* (1931), citado em Joseph



Privado de um cargo em Washington, Ely fez da eliminação da “deslealdade” em casa sua maior contribuição para o esforço de guerra. Ele pediu a suspensão total da liberdade acadêmica durante a guerra. Qualquer professor, declarou ele, que afirmasse “opiniões que nos atrapalham nessa terrível luta” deveria ser “demitido”, se não mesmo “fuzilado”. O foco particular da formidável energia de Ely foi uma campanha zelosa para tentar fazer com que seu antigo aliado na política de Wisconsin, Robert M. La Follette, fosse expulso do Senado dos EUA por continuar a se opor à participação dos Estados Unidos na guerra. Ely declarou que seu “sangue ferve” com a “traição” de La Follette e os ataques ao lucro da guerra. Atirando-se na batalha, Ely fundou e tornou-se

---

Dorfman, *The Economic Mind in American Civilization* (Nova York: Viking, 1949), volume 5, pág. 671; e em Leuchtenburg, “The New Deal”, p. 94.

presidente da filial de Madison da Legião da Lealdade de Wisconsin e montou uma campanha para expulsar La Follette.<sup>11</sup> A campanha pretendia mobilizar o corpo docente de Wisconsin e apoiar as atividades ultrapatrióticas e ultra-pró-guerra de Theodore Roosevelt. Ely escreveu a TR que “devemos esmagar o la folletismo”. Em sua campanha incessante contra o senador de Wisconsin, Ely esbravejou que La Follette “ajudou mais o Kaiser do que um quarto de milhão de soldados”.<sup>12</sup> O “empirismo” desenfreado.

O corpo docente da Universidade de Wisconsin foi alvo de acusações em

---

<sup>11</sup> Ely elaborou uma promessa super-patriótica para a filial de Madison da Legião da Lealdade, comprometendo seus membros a “eliminar a deslealdade”. A promessa também expressou apoio incondicional à Lei de Espionagem e prometeu “trabalhar contra o la folletismo em todas as suas formas anti-guerra”. Rader, *Academic Mind*, pp. 183ss.

<sup>12</sup> Gruber, *Mars and Minerva*, p. 207.

todo o estado e no país de que seu fracasso em denunciar La Follette era prova de que a universidade – há muito afiliada a La Follette na política estadual – apoiava suas políticas antiguerra desleais. Incentivado por Ely, Commons e outros, o Comitê de Guerra da universidade elaborou e circulou uma petição, assinada pelo reitor da universidade, todos os diretores e mais de 90% do corpo docente, que forneceu um dos exemplos mais marcantes da história dos Estados Unidos de subserviência acadêmica ao aparato do Estado. Sem usar muito sutilmente o palavreado constitucional para traição, a petição protestou “contra as declarações e ações do senador La Follette que forneceram ajuda e conforto à Alemanha e seus aliados na guerra atual; lamentamos seu fracasso em apoiar lealmente o governo na continuação da guerra.”<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Ibid., pág. 207.

Nos bastidores, Ely tentou o seu melhor para mobilizar os historiadores dos EUA contra La Follette, para demonstrar que ele havia dado ajuda e conforto ao inimigo. Ely conseguiu recrutar os serviços do Conselho Nacional de Serviço Histórico, a agência de propaganda estabelecida por historiadores profissionais durante a guerra, e do próprio braço de propaganda do governo, o Comitê de Informação Pública. Advertindo que o esforço deve permanecer secreto, Ely mobilizou historiadores sob a égide dessas organizações para pesquisar jornais e revistas alemães e austríacos para tentar construir um registro da suposta influência de La Follette, “indicando o incentivo que ele deu à Alemanha”. O historiador E. Merton Coulter revelou o espírito objetivo que animou essas pesquisas: “Eu entendo que é para ser um relato imparcial e sincero do curso do senador [La Follette] e seu efeito – mas todos sabemos que pode levar a

uma conclusão – algo próximo a traição.”<sup>14</sup>

O professor Gruber observa bem que essa campanha para incriminar La Follette foi “um exemplo notável do uso da bolsa de estudos para a espionagem. Havia uma grande distância entre a busca desinteressada da verdade e um grupo de professores mobilizado em uma campanha secreta de pesquisa para encontrar munição para destruir a carreira política de um senador dos Estados Unidos que não compartilhava sua visão da guerra.”<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Ibid., pp. 208, 208n.

<sup>15</sup> Ibid., pp. 209–10. Em sua autobiografia, escrita em 1938, Richard Ely reescreveu a história para encobrir seu ignominioso papel na campanha para incriminar La Follette. Ele reconheceu ter assinado a petição do corpo docente, mas depois teve a temeridade de alegar que “não era um dos líderes, como pensava La Follette, ao fazer circular esta petição. . . .” Não

Em todo caso, nenhuma evidência foi apresentada, o movimento fracassou e o professorado de Wisconsin começou a se afastar desconfiado da Legião da Lealdade.<sup>16</sup>

Depois que a ameaça do Kaiser foi extirpada, o armistício encontrou o professor Ely, junto com seus compatriotas da Liga de Segurança Nacional, prontos para seguir para a próxima rodada de repressão patriótica. Durante a campanha de pesquisa anti-La Follette de Ely, ele

---

há menção de sua campanha secreta de pesquisa contra La Follette.

<sup>16</sup> Para mais informações sobre a campanha anti-La Follette, veja H.C. Peterson e Gilbert C. Fite, *Opponents of War: 1917-1918* (Madison: University of Wisconsin Press, 1957), pp. 68-72; Paul L. Murphy, *World War I and the Origin of Civil Liberties in the United States* (Nova York: W.W. Norton, 1979), p. 120; e Belle Case La Follette e Fola La Follette, *Robert M. LaFollette* (Nova York: Macmillan, 1953), vol. 2.

pediu investigação sobre “o tipo de influência que ele [La Follette] exerceu contra nosso país na Rússia”. Ely apontou que a “democracia” moderna requer um “alto grau de conformidade” e que, portanto, a “ameaça mais séria” do bolchevismo, que Ely descreveu como “germes de doenças sociais”, deve ser combatida “com medidas repressivas”.

Em 1924, no entanto, a carreira de repressão de Richard T. Ely terminou e, além disso, em um raro exemplo do funcionamento da justiça poética, o feitiço virou contra o feiticeiro. Em 1922, o muito deturpado Robert La Follette foi reeleito para o Senado e também levou os progressistas de volta ao poder no estado de Wisconsin. Em 1924, os progressistas conquistaram o controle do Conselho de Regentes e logo cortaram as asas de seu antigo aliado acadêmico e construtor de impérios. Ely então achou prudente sair de Wisconsin junto com seu Instituto, e enquanto ele continuou por alguns anos na Northwestern, o auge da fama e fortuna de Ely havia acabado.

# **ECONOMIA A SERVIÇO DO ESTADO: GOVERNO E ESTATÍSTICAS**

A estatística é um requisito vital, embora muito subestimado, do governo moderno. O governo não poderia sequer presumir controlar, regular ou planejar qualquer parte da economia sem o serviço de seus departamentos e agências de estatística. Privar o governo de suas estatísticas o transformaria em um gigante cego e indefeso, sem nenhuma ideia do que fazer ou onde fazer.

Pode-se objetar que as empresas também precisam de estatísticas para funcionar. Mas as necessidades das empresas por estatísticas são muito menores em quantidade e também diferentes em qualidade. As empresas podem precisar de estatísticas em sua própria microárea da economia, mas apenas sobre seus preços e custos; elas têm pouca necessidade de amplas coleções de dados ou de



agregados abrangentes e holísticos. As empresas talvez pudessem contar com seus próprios dados coletados e não compartilhados de forma privada. Além disso, muito do conhecimento empresarial é qualitativo, não consagrado em dados quantitativos, e de uma determinada época, área e local. Mas a burocracia do governo não poderia fazer nada se fosse obrigada a se limitar a dados qualitativos. Privado de testes de eficiência de lucros e prejuízos, ou da necessidade de servir os consumidores com eficiência, recrutando tanto capital quanto custos operacionais dos contribuintes, e forçado a obedecer a regras fixas e burocráticas, o governo moderno sem suas montanhas de estatísticas não poderia fazer praticamente nada.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Assim, T. W. Hutchison, de uma perspectiva muito diferente, observa o contraste entre a ênfase de Carl Menger nos fenômenos benéficos e não planejados da

Daí a enorme importância da Primeira Guerra Mundial, não apenas em fornecer o poder e o precedente para uma economia coletivizada, mas também em acelerar muito o advento de estatísticos e agências de estatística do governo, muitos dos quais permaneceram no governo, prontos para o próximo salto de poder.

Richard T. Ely, é claro, defendeu a nova abordagem empírica de “olhar e ver”, com o objetivo de coletar fatos para “moldar as forças em ação na sociedade e melhorar as condições existentes”.<sup>2</sup> Mais importante, uma das maiores autoridades

---

sociedade, como o livre mercado, e o crescimento da “autoconsciência social” e do planejamento governamental. Hutchison reconhece que um componente crucial dessa autoconsciência social são as estatísticas do governo. T.W. Hutchison, *A Review of Economic Doctrines, 1870–1929* (Oxford: Clarendon Press, 1953), pp. 150–51, 427.

<sup>2</sup> Fine, *Laissez-Faire*, p. 207.

sobre o crescimento dos gastos governamentais o vinculou a estatísticas e dados empíricos: “O avanço na ciência econômica e nas estatísticas fortaleceram a crença nas possibilidades de lidar com os problemas sociais pela ação coletiva. Isso contribuiu para o aumento das atividades estatísticas e outras atividades de apuração de fatos do governo”.<sup>3</sup> Já em 1863,

---

<sup>3</sup> Solomon Fabricant, *The Trend of Government Activity in the United States since 1900* (Nova York: National Bureau of Economic Research, 1952), p. 143. Da mesma forma, um trabalho respeitável sobre o crescimento do governo na Inglaterra coloca assim: “A acumulação de informações factuais sobre as condições sociais e o desenvolvimento da economia e das ciências sociais aumentou a pressão para a intervenção do governo. . . . À medida que as estatísticas melhoraram e os estudiosos das condições sociais se multiplicaram, a existência de tais condições foi mantida perante o público. O aumento do conhecimento deles despertou círculos influentes e forneceu aos movimentos da

Samuel B. Ruggles, delegado americano no Congresso Internacional de Estatística em Berlim, proclamou que “as estatísticas são os próprios olhos do estadista, permitindo-lhe pesquisar e examinar com visão clara e abrangente toda a estrutura e economia do corpo político.”<sup>4</sup>

---

classe trabalhadora armas factuais”. Moses Abramovitz e Vera F. Eliasberg, *The Growth of Public Employment in Great Britain* (Princeton: National Bureau of Economic Research, 1957), pp. 22-23, 30. Ver também M.I. Cullen, *The Statistical Movement in Early Victorian Britain: The Foundations of Empirical Social Research* (Nova York: Barnes & Noble, 1975).

<sup>4</sup> Ver Joseph Dorfman, “O Papel da Escola Historicista Alemã no Pensamento Econômico Americano”. *American Economic Review, Papers and Proceedings* 45 (maio de 1955), p. 18. George Hildebrand comentou sobre a ênfase indutiva da Escola Historicista Alemã de que “talvez haja, então, alguma conexão entre esse tipo de ensino e a popularidade de ideias

Em contrapartida, isso significa que despojado desses meios de visão, o estadista não poderia mais se intrometer, controlar e planejar.

Além disso, as estatísticas governamentais são claramente necessárias para tipos específicos de intervenção. O governo não poderia intervir para aliviar o desemprego a menos que as estatísticas de desemprego fossem coletadas – e daí vem o ímpeto para tal coleta. Carroll D. Wright, um dos primeiros Comissários do Trabalho nos Estados Unidos, foi muito influenciado pelo famoso estatístico e membro da Escola Historicista Alemã, Ernst Engel, chefe do Gabinete Real de Estatística da Prússia. Wright buscou a coleta de estatísticas de desemprego por

---

grosseiras de planejamento físico em tempos mais recentes”. George H. Hildebrand, “Fluxo Internacional de Ideias Econômicas-Discussão”, *ibid.*, p. 37.

esse motivo e, em geral, para “melhorar as infelizes relações industriais e sociais”. Henry Carter Adams, um ex-aluno de Engel e, como Ely, um estatista e “novo economista” progressista, estabeleceu o Departamento de Estatística da Comissão de Comércio Interestadual, acreditando que “a atividade estatística cada vez maior do governo era essencial – visando controlar indústrias naturalmente monopolistas”. E o professor Irving Fisher de Yale, ansioso para que o governo estabilizasse o nível de preços, admitiu que escreveu *The Making of Index Numbers* para resolver o problema da falta de confiabilidade dos números de índice. “Até que essa dificuldade pudesse ser superada, dificilmente se poderia esperar que a estabilização se tornasse uma realidade.”

Carroll Wright era um bostoniano e um reformador progressista. Henry Carter Adams, filho de um pregador congregacionalista pietista da Nova Inglaterra em serviço missionário em Iowa, estudou para o ministério na *alma mater* de seu pai, o Seminário Teológico de Andover,

mas logo abandonou esse caminho. Adams concebeu o sistema de contabilidade do Departamento de Estatística do CCI. Este sistema “serviu de modelo para a regulação dos serviços públicos aqui e em todo o mundo.”<sup>5</sup>

Irving Fisher era filho de um pregador pietista congregacionalista de Rhode Island, e seus pais eram ambos de antiga linhagem ianque, sua mãe uma rigorosa sabatista. Como convinha ao que seu filho e biógrafo chamava de seu “espírito de cruzada”, Fisher era um reformador inveterado, pedindo a imposição de inúmeras medidas progressistas,

---

<sup>5</sup> Dorfman, “Role”, p. 23. Sobre Wright e Adams, ver Joseph Dorfman, *The Economic Mind in American Civilization* (Nova York: Viking Press, 1949), vol. 3, 164–74, 123; e Boyer, *Urban Masses*, p. 163. Além disso, o primeiro professor de estatística nos Estados Unidos, Roland P. Falkner, foi um aluno dedicado de Engel e um tradutor das obras do assistente de Engel, August Meitzen.

incluindo esperanto, ortografia simplificada e reforma do calendário. Ele estava particularmente entusiasmado em expurgar o mundo de “tais iniquidades da civilização como álcool, chá, café, tabaco, açúcar refinado e farinha branca”.<sup>6</sup>

Durante a década de 1920, Fisher foi o principal profeta da chamada Nova Era na economia e na sociedade. Ele escreveu três livros durante a década de 1920 elogiando o nobre experimento da Lei Seca e elogiou o governador Benjamin Strong e o Federal Reserve System por seguir seus conselhos e expandir a moeda e o crédito para manter o nível de preços no atacado praticamente constante. Por causa do sucesso do Fed em impor a estabilização de preços fisheriana, Fisher

---

<sup>6</sup> Irving Norton Fisher, *My Father Irving Fisher* (Nova York: Comet Press, 1956), pp. 146-147. Também para Fisher, ver Irving Fisher, *Stabilized Money* (Londres: Allen & Unwin, 1935), p. 383.



estava tão certo de que não poderia haver depressão que, ainda em 1930, escreveu um livro afirmando que não havia e não poderia haver queda das ações e que os preços das ações se recuperariam rapidamente. Ao longo da década de 1920, Fisher insistiu que, como os preços no atacado permaneciam constantes, não havia nada de errado com o boom selvagem das ações. Enquanto isso, ele colocou suas teorias em prática investindo pesadamente a considerável fortuna de sua esposa herdeira no mercado de ações. Após a quebra da bolsa, ele desperdiçou o dinheiro de sua cunhada quando a fortuna de sua esposa se esgotou, ao mesmo tempo em que clamava freneticamente ao governo federal para inflar a moeda e o crédito e reinflacionar os preços das ações para os níveis de 1929. Apesar da dissipação de duas fortunas familiares, Fisher

conseguiu culpar quase todos, exceto ele próprio, pelo desastre.<sup>7</sup>

Como veremos, dada a importância de Wesley Clair Mitchell no florescimento das estatísticas governamentais na Primeira Guerra Mundial, a visão de Mitchell sobre estatísticas é de particular relevância.<sup>8</sup> Mitchell, um institucionalista e

---

<sup>7</sup> Fisher, *My Father*, pp. 264–67. Sobre o papel e a influência de Fisher durante esse período, veja Murray N. Rothbard, *A Grande Depressão Americana*, 4th ed. (Instituto Rothbard). Veja também Joseph S. Davis, *The World Between the Wars, 1919–39, An Economist's View* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975), p. 194; e Melchior Palyi, *The Twilight of Gold, 1914–1936: Myth and Realities* (Chicago: Henry Regnery, 1972), pp. 240, 249.

<sup>8</sup> Wesley C. Mitchell era de antiga linhagem pietista ianque. Seus avós eram fazendeiros no Maine e depois no oeste de Nova York. Seu pai seguiu o caminho de muitos ianques ao migrar para uma fazenda no norte de Illinois. Mitchell frequentou a Universidade de

estudante de Thorstein Veblen, foi um dos principais fundadores da pesquisa estatística moderna em economia e claramente aspiravam estabelecer as bases para o planejamento governamental “científico”. Como disse o professor Dorfman, amigo e aluno de Mitchell:

“claramente, o tipo de invenção social mais necessário hoje é aquele que oferece técnicas definidas através das quais o sistema social pode ser controlado e operado com o máximo proveito de seus membros”. (Citação de Mitchell.) Para este fim, ele procurou constantemente estender, melhorar e refinar a coleta e compilação de dados. . . . Mitchell acreditava que a análise dos ciclos

---

Chicago, onde foi fortemente influenciado por Veblen e John Dewey. Dorfman, *Economic Mind*, vol. 3, pág. 456.

econômicos. . . pode indicar os meios para alcançar o controle social ordenado da atividade empresarial.<sup>9</sup>

Ou, como a esposa e colaboradora de Mitchell afirmou em suas memórias:

ele [Mitchell] vislumbrou a grande contribuição que o governo poderia dar para a compreensão dos problemas econômicos e sociais se os dados estatísticos reunidos de forma independente por diversos órgãos federais fossem sistematizados e planejados para que se pudesse estudar as inter-relações entre eles. A ideia de desenvolver estatísticas sociais, não apenas como um registro, mas como base para o planejamento,

---

<sup>9</sup> Dorfman, *Economic Mind*, vol. 4, págs. 376, 361.

surgiu cedo em seu próprio trabalho.<sup>10</sup>

Particularmente importante na expansão das estatísticas na Primeira Guerra Mundial foi a crescente insistência, tanto de intelectuais progressistas quanto de empresários esquerdistas corporativistas, de que a tomada de decisão democrática deve ser cada vez mais substituída pela administrativa e tecnocrática. As decisões democráticas ou legislativas eram confusas, “ineficientes” e podiam levar a uma contenção significativa do estatismo, como aconteceu no auge do partido democrata durante o século XIX. Mas se as decisões fossem em grande parte

---

<sup>10</sup> Ênfase adicionada. Lucy Sprague Mitchell, *Two Lives* (Nova York: Simon and Schuster, 1953), p. 363. Para mais informações sobre todo esse tópico, veja Murray N. Rothbard, “The Politics of Political Economists: Comment”, *Quarterly Journal of Economics* 74 (novembro de 1960): 659-65.

administrativas e tecnocráticas, o florescimento do poder estatal poderia continuar sem controle. O colapso do credo do *laissez-faire* dos democratas em 1896 deixou um vácuo de poder no governo que os tipos administrativos e corporativistas estavam ansiosos para preencher.

Cada vez mais, então, grandes grupos empresariais corporativistas tão poderosos como a Federação Cívica Nacional disseminavam a ideia de que as decisões governamentais deveriam estar nas mãos do técnico eficiente, o especialista supostamente livre de juízo valor. Em suma, o governo, em praticamente todos os seus aspectos, deve ser “tirado da política”. E a pesquisa estatística, com sua aura de empirismo, precisão quantitativa e livre de juízo de valores não políticos, estava na vanguarda dessa ênfase. Nos municípios, um movimento de reforma progressista cada vez mais poderoso transferiu as decisões das eleições nos bairros para gerentes profissionais e superintendentes escolares em toda a cidade. Como corolário, o poder político foi cada vez

mais deslocado da classe trabalhadora e da etnia alemã luterana e católica para grupos empresariais pietistas da classe alta.<sup>11</sup>

Quando a Primeira Guerra Mundial chegou à Europa, uma coalizão de intelectuais progressistas e empresários corporativistas estava pronta para se tornar nacional ao patrocinar institutos de pesquisa estatística e grupos de reflexão supostamente objetivos. Seus pontos de vista foram adequadamente resumidos por David Eakins:

A conclusão tirada por essas pessoas em 1915 era que a

---

<sup>11</sup> Ver em particular James Weinstein, *The Corporate Ideal in the Liberal State, 1900-1918* (Boston: Beacon Press, 1968); e Samuel P. Hays, "The Politics of Reform in Municipal Government in the Progressive Era", *Pacific Northwest Quarterly* 59 (outubro de 1961), pp. 157-169.

descoberta de fatos e a formulação de políticas tinham que ser isoladas da luta de classes e livradas de grupos de pressão política. As reformas que levariam à paz industrial e à ordem social, esses especialistas passaram a acreditar, só poderiam ser derivadas de dados determinados por pesquisadores objetivos (como eles mesmos) e sob os auspícios de organizações sóbrias e respeitáveis (como apenas eles poderia construir). O sistema capitalista só poderia ser melhorado por uma confiança obstinada em especialistas desvinculados do tumulto da formulação de políticas democráticas. A ênfase estava na eficiência – e a formulação de políticas democráticas era ineficiente. Uma abordagem para a elaboração da política econômica e social nacional fora dos processos políticos democráticos tradicionais estava surgindo, assim, antes que os Estados Unidos entrassem



formalmente na Primeira Guerra Mundial.<sup>12</sup>

Vários empresários e intelectuais corporativistas organizaram-se mais ou menos na mesma época para fundar tais institutos de pesquisa estatística. Em 1906-1907, Jerome D. Greene, secretário da Harvard University Corporation, ajudou a fundar um clube de elite em Harvard que se reunia às terças-feiras à noite para explorar questões importantes em economia e ciências sociais. Em 1910, Greene chegou a um cargo ainda mais poderoso como gerente geral do novo Instituto Rockefeller de Pesquisa Médica e, três anos depois, Greene tornou-se secretário e CEO da poderosa organização

---

<sup>12</sup> David Eakins, “The Origins of Corporate Liberal Policy Research, 1916–1922: The Political-Economic Expert and the Decline of Public Debate”, em Israel, ed., *Building the Organizational Society*, p. 161.

filantrópica, a Fundação Rockefeller. Greene imediatamente iniciou o estabelecimento de um instituto de pesquisa econômica financiado por Rockefeller e, em março de 1914, ele convocou um grupo preliminar em Nova York, presidido por seu amigo e mentor em economia, o primeiro reitor da Harvard Graduate School of Business, Edwin F. Gay. A ideia em desenvolvimento era que Gay se tornaria chefe de uma nova organização “científica” e “imparcial”, o Instituto de Pesquisa Econômica, que reuniria dados estatísticos, e que Wesley Mitchell seria seu diretor.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Herbert Heaton, Edwin F. Gay, *A Scholar in Action* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1952). Edwin Gay nasceu em Detroit de uma antiga linhagem da Nova Inglaterra. Seu pai nasceu em Boston e entrou no negócio de madeira de seu sogro em Michigan. A mãe de Gay era filha de um rico pregador e lenhador. Gay ingressou na Universidade de Michigan, foi fortemente influenciado pelo

No entanto, os conselheiros adversários de John D. Rockefeller Jr. venceram Greene, e o plano do instituto foi

---

ensino de John Dewey e depois permaneceu na escola de pós-graduação na Alemanha por mais de uma dúzia de anos, finalmente obtendo seu Ph.D. em história econômica na Universidade de Berlim. As maiores influências alemãs sobre os Gays foram Gustav Schmoller, chefe da Escola Historicista, que enfatizou que a economia deve ser uma “ciência indutiva”, e Adolf Wagner, também da Universidade de Berlim, que defendia a intervenção governamental em larga escala na economia em nome da ética cristã. De volta a Harvard, Gay foi a principal força individual, em colaboração com a Câmara de Comércio de Boston, em pressionar por um ato de inspeção de fábrica em Massachusetts, e no início de 1911 Gay tornou-se presidente da filial de Massachusetts da Associação Americana de Legislação Trabalhista, uma organização fundada por Richard T. Ely e dedicada a promover a intervenção do governo na área de sindicatos, salários mínimos, desemprego, obras públicas e assistência social.

abandonado.<sup>14</sup> Mitchell e Gay seguiram em frente, com a liderança agora tomada pelo amigo de longa data de Mitchell, estatístico-chefe e vice-presidente da AT&T, Malcolm C. Rorty. Rorty conseguiu apoio para a ideia de vários estatísticos e empresários progressistas, incluindo o editor de livros e revistas de negócios de Chicago, Arch W. Shaw; EH. Goodwin da Câmara de Comércio dos Estados Unidos; Magnus Alexander, estatístico e assistente do presidente da General Electric, que como a AT&T, era orientada pelos interesses de Morgan; John R. Commons, economista e ajudante-de-campo de Richard T. Ely em Wisconsin; e Nahum I. Stone, estatístico, ex-marxista, líder do movimento de

---

<sup>14</sup> Sobre o entra e sai entre os conselheiros Rockefeller no Instituto de Pesquisa Econômica, veja David M. Grossman, "American Foundations and the Support of Economic Research, 1913-29," *Minerva* 22 (primavera - verão, 1982): 62-72.

“gestão científica” e gerente trabalhista da empresa de roupas Hickey Freeman. Esse grupo estava em processo de formação de um “Comitê de Renda Nacional” quando os Estados Unidos entraram na guerra e foram forçados a engavetar seus planos temporariamente.<sup>15</sup> Após a guerra, no entanto, o grupo criou o Departamento Nacional de Pesquisa Econômica (DNPE), em 1920.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Ver Eakins, “Origens”, pp. 166–167; Grossman, “American Foundations”, pp. 76–78; Heaton, Edwin F. Gay. Sobre Stone, ver Dorfman, *Economic Mind*, vol. 4, pp. 42, 60–61; e Samuel Haber, *Efficiency and Uplift: Scientific Management in the Progressive Era 1890–1920* (Chicago: University of Chicago Press, 1964), pp. 152, 165. Durante seu período marxista, Stone traduziu *Poverty of Philosophy* de Marx.

<sup>16</sup> Ver Guy Alchon, *The Invisible Hand of Planning: Capitalism, Social Science, and the State in the 1920's* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1985), pp. 54ss.

Embora o Departamento Nacional não tomasse forma final até depois da guerra, outra organização, criada em linhas semelhantes, obteve com sucesso o apoio de Greene e Rockefeller. Em 1916, eles foram persuadidos por Raymond B. Fosdick a fundar o Instituto de Pesquisas Governamentais (IPG).<sup>17</sup> O IPG tinha um foco ligeiramente diferente do grupo do Departamento Nacional, pois surgiu diretamente da reforma progressista municipal e da profissão de ciência política. Um dos importantes dispositivos usados pelos reformadores municipais foi o departamento privado de pesquisa municipal, que tentou tomar decisões de órgãos democráticos supostamente “corruptos” em nome de organizações eficientes e apartidárias lideradas por tecnocratas progressistas e cientistas sociais. Em 1910, o presidente William Howard Taft, intrigado com o

---

<sup>17</sup> Collier e Horowitz, *The Rockefellers*, p. 140.

potencial de centralização do poder em um executivo-chefe inerente à ideia de orçamento executivo, nomeou o “pai da ideia de orçamento”, o cientista político Frederick D. Cleveland, como chefe de uma Comissão sobre Economia e Eficiência. Cleveland era o diretor do Departamento de Pesquisa Municipal de Nova York. A Comissão de Cleveland também incluiu o cientista político e reformador municipal Frank Goodnow, professor de direito público na Universidade de Columbia, primeiro presidente da Associação Americana de Ciência Política e presidente da Johns Hopkins; e William Franklin Willoughby, ex-aluno de Ely, diretor assistente do Gabinete de Censo e mais tarde presidente da Associação Americana de Legislação Trabalhista.<sup>18</sup> A Comissão de Cleveland teve o prazer de dizer ao

---

<sup>18</sup> Eakins, “Origens”, p. 168. Ver também Furner, *Advocacy and Objectivity*, pp. 282–86.

presidente Taft exatamente o que ele queria ouvir. A Comissão recomendou mudanças administrativas abrangentes que forneceriam um Departamento Central de Controle Administrativo para formar uma “informação consolidada e um braço estatístico de todo o governo nacional”. E no centro do novo Departamento estaria a Divisão de Orçamento, que deveria desenvolver, a mando do presidente, e então apresentar “um programa anual de negócios para o Governo Federal a ser financiado pelo Congresso”.<sup>19</sup>

Quando o Congresso recusou as recomendações da Comissão de Cleveland, os tecnocratas descontentes decidiram estabelecer um Instituto de Pesquisa

---

<sup>19</sup> Stephen Skowronek, *Building a New American State: The Expansion of the National Administrative Capacities, 1877–1920* (Cambridge: Cambridge University Press, 1982), pp. 187–188.



Governamental em Washington para lutar por essas e outras reformas semelhantes. Com financiamento garantido pela Fundação Rockefeller, o IPG foi presidido por Goodnow, com Willoughby como seu diretor.<sup>20</sup> Então Robert S. Brookings assumiu a responsabilidade pelo financiamento.

---

<sup>20</sup> O vice-presidente do CIG era um comerciante e lenhador aposentado de St. Louis e ex-presidente da Universidade de Washington de St. Louis, Robert S. Brookings. O secretário do CIG era James F. Curtis, ex-secretário adjunto do Tesouro sob Taft e agora secretário e vice-governador do Federal Reserve Bank de Nova York. Outros membros da diretoria do CIG eram o ex-presidente Taft; executivo ferroviário Frederick A. Delano, tio de Franklin D. Roosevelt e membro do Conselho do Federal Reserve; Arthur T. Hadley, economista e presidente de Yale; Charles C. Van Hise, presidente progressista da Universidade de Wisconsin e aliado de Ely; o reformador e influente jovem professor de Direito de Harvard, Felix

Quando os Estados Unidos entraram na guerra, os líderes atuais e futuros do DNPE e do IPG estavam espalhados por toda Washington, figuras-chave e estatísticos na economia de guerra coletivizada.

De longe, o mais poderoso do crescente número de economistas e estatísticos envolvidos na Primeira Guerra Mundial foi Edwin F. Gay. Arch W. Shaw, um entusiasta do planejamento rígido de recursos econômicos em tempo de guerra, foi nomeado chefe do novo Conselho de Economia Comercial pelo Conselho de Defesa Nacional assim que os Estados Unidos entraram na guerra.<sup>21</sup> Shaw, que

---

Frankfurter; Theodore N. Vail, presidente da AT&T; o engenheiro e empresário progressista Herbert C. Hoover; e o financista R. Fulton Cutting, funcionário do New York Bureau of Municipal Research. Eakins, "Origens", pp. 168–169.

<sup>21</sup> Sobre o Conselho de Economia Comercial, ver Grosvenor B. Clarkson,

havia ensinado e servido no conselho administrativo da Harvard Business School, lotou o conselho com o pessoal da Harvard Business; o secretário era o economista de Harvard Melvin T. Copeland, e outros membros incluíam Dean Gay.

O conselho, que mais tarde se tornou a poderosa Divisão de Conservação do Conselho das Indústrias de Guerra, concentrou-se em restringir a concorrência na indústria, eliminando o número e a variedade de produtos e impondo a uniformidade compulsória, tudo em nome da “conservação” de recursos para ajudar no esforço de guerra. Por exemplo, as empresas de vestuário se queixaram abertamente da concorrência severa por causa do número e variedade de estilos, e assim Gay instou as empresas de vestuário a

---

*Industrial America in the World War: The Strategy Behind the Line, 1917-1918* (Boston: Houghton Mifflin, 1923), pp. 211ss.

formar uma associação comercial para trabalhar com o governo na contenção do excesso de concorrência. Gay também tentou organizar os padeiros para que eles não seguissem o costume usual de pegar de volta o pão velho e não vendido das lojas de varejo. No final de 1917, Gay havia se cansado de usar a persuasão voluntária e instava o governo a usar medidas compulsórias.

O maior poder de Gay veio no início de 1918, quando o Conselho de Navegação, que havia nacionalizado oficialmente todo o transporte marítimo, decidiu restringir drasticamente o uso de navios para o comércio civil e usar a maior parte do transporte marítimo para o transporte de tropas americanas para a França. Nomeado no início de janeiro de 1918 como apenas um “especialista extraordinário” do Conselho de Navegação, Gay em pouco tempo se tornou a figura-chave no redirecionamento do transporte de uso civil para uso militar. Logo Edwin Gay tornou-se membro do Conselho Comercial de Guerra e chefe de seu departamento de

estatística, que emitia licenças restritivas para importações permitidas; chefe do departamento de estatística do Conselho de Navegação; representante do Conselho de Navegação no Conselho Comercial de Guerra; chefe do comitê estatístico do Departamento do Trabalho; chefe da Divisão de Plano Administração e Estatísticas do Conselho das Indústrias de Guerra (CIG); e, sobretudo, chefe do novo Gabinete Central de Planeamento e Estatística. O Gabinete Central foi organizado no outono de 1918, quando o presidente Wilson pediu ao presidente do CIG, Bernard Baruch, para produzir um levantamento mensal de todas as atividades de guerra do governo. Esse “sumário” evoluiu para o Gabinete Central, responsável diretamente perante o presidente. A importância do Gabinete é notada por um historiador recente:

O novo Gabinete representou o “pico” da divisão estatística da mobilização, tornando-se seu “vidente e profeta” durante todo o período, coordenando mais de mil

funcionários engajados na pesquisa e, como órgão responsável por dar ao presidente um quadro conciso de toda a economia, tornando-se a estimativa mais próxima de uma “comissão central de estatística”. Durante as últimas fases da guerra, ele criou uma câmara de compensação do trabalho estatístico, organizou ligações com o pessoal estatístico de todos os conselhos de guerra e centralizou o processo de produção de dados para toda a burocracia de guerra. No final da guerra, Wesley Mitchell lembrou, “nós estamos no caminho certo para desenvolver pela primeira vez uma organização sistemática de estatísticas federais”.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Alchon, *Invisible Hand*, p. 29. Mitchell chefiou a seção de estatísticas de preços

Em um ano, Edwin Gay passou de especialista extraordinário a czar inquestionável de uma gigantesca rede de agências federais de estatística, com mais de mil pesquisadores e estatísticos trabalhando sob seu controle direto. Não é de admirar, então, que Gay, em vez de estar entusiasmado com a vitória americana que ele trabalhou tanto para garantir, tenha visto o armistício como “quase um golpe pessoal” que o mergulhou “no pântano do desânimo”. Todo o seu império de estatísticas e controle estava se unindo e se transformando em uma máquina poderosa quando de repente “veio aquele armistício miserável”.<sup>23</sup> Verdadeiramente uma tragédia de paz.

Gay tentou bravamente manter a máquina de guerra funcionando,

---

do Comitê de Fixação de Preços do Conselho das Indústrias de Guerra.

<sup>23</sup> Heaton, *Edwin Gay*, p. 129.

reclamando continuamente porque muitos de seus assessores estavam saindo e denunciando implacavelmente o “pacote da fome” que, por alguma estranha razão, clamava pelo fim imediato de todos os controles de guerra, incluindo aqueles que ele tinha mais carinho, comércio exterior e navegação. Mas, um por um, apesar de todos os esforços de Baruch e de muitos dos planejadores de guerra, o CIG e outras agências de guerra foram erradicadas.<sup>24</sup> Por um tempo, Gay depositou suas esperanças em seu Gabinete Central de Planejamento e Estatística (GCPE), em uma feroz luta interna burocrática, ele tentou formar o grupo-chave econômico e estatístico aconselhando os negociadores americanos na conferência de paz de Versalhes, deslocando assim a equipe de historiadores e cientistas sociais reunidos pelo Coronel House no Inquérito. Apesar

---

<sup>24</sup> Veja Rothbard, “Coletivismo de Guerra,” pp. 230-60.



de uma vitória oficial e de um relatório de oito volumes do GCPE entregue a Versalhes pelo chefe da equipe europeia do GCPE, John Foster Dulles, do Conselho Comercial de Guerra, o gabinete teve pouca influência no tratado final.<sup>25</sup>

A paz finalmente e irrevogavelmente chegou, Edwin Gay, apoiado por Mitchell, fez o possível para manter o GCPE como uma organização permanente em tempos de paz. Gay argumentou que a agência, mantendo, é claro, ele como chefe, poderia fornecer dados contínuos à Liga das Nações e, acima de tudo, poderia servir como os próprios olhos e ouvidos do presidente e moldar o tipo de orçamento executivo imaginado pela antiga Comissão

---

<sup>25</sup> Ver Heaton, *Edwin Gay*, pp. 129 e segs.; e o excelente livro sobre o Inquérito, Lawrence E. Gelfand, *The Inquiry: American Preparations for Peace, 1917-1919* (New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1963), pp. 166-68, 177-78.

Taft. O membro da equipe do GCPE e economista de Harvard, Edmund E. Day, contribuiu com um memorando descrevendo tarefas específicas para o gabinete para ajudar na desmobilização e reconstrução, bem como a justificativa para o gabinete se tornar uma parte permanente do governo. Uma coisa que ele poderia fazer era uma “pesquisa contínua” das condições de negócios nos Estados Unidos. Como Gay colocou ao presidente Wilson, usando uma analogia organicista favorita, um conselho permanente serviria “como um sistema nervoso para a vasta e complexa organização do governo, fornecendo ao cérebro controlador [o presidente] as informações necessárias para dirigir eficientemente a operação dos vários membros.”<sup>26</sup> Embora o presidente tenha sido “muito cordial” com o plano de Gay, o

---

<sup>26</sup> Heaton, *Edwin Gay*, p. 135. Veja também Alchon, *Invisible Hand*, pp. 35–36.

Congresso recusou-se a concordar e, em 30 de junho de 1919, o Gabinete Central de Planejamento e Estatística foi finalmente extinto, juntamente com o Conselho Comercial de Guerra. Edwin Gay agora teria de procurar emprego, senão no setor privado, pelo menos no setor semi-independente.

Mas Gay e Mitchell não fracassariam. Nem o grupo Brookings-Willoughby. Seu objetivo seria alcançado de forma mais gradual e por meios ligeiramente diferentes. Gay tornou-se editor do *New York Evening Post* sob a égide de seu novo proprietário e amigo de Gay, o sócio do J.P. Morgan Thomas W. Lamont. Gay também ajudou a formar e se tornar o primeiro presidente do Departamento Nacional de Pesquisa Econômica em 1920, com Wesley C. Mitchell como diretor de pesquisa. O Instituto de Pesquisas Governamentais alcançou seu objetivo principal, estabelecendo um Gabinete de Orçamento no Departamento do Tesouro em 1921, com o diretor do IPG, William F. Willoughby, ajudando a redigir o projeto de

lei que estabeleceu o gabinete.<sup>27</sup> O pessoal do IPG logo expandiu seu papel incluindo a economia, estabelecendo um Instituto de Economia dirigido por Robert Brookings e Arthur T. Hadley de Yale, com o economista Harold G. Moulton como diretor.<sup>28</sup> O instituto, financiado pela Carnegie Corporation, seria posteriormente fundido, juntamente com o IPG, na Brookings Institution. Edwin Gay também se transferiu para o campo da política externa tornando-se secretário-tesoureiro e chefe do Comitê de Pesquisa da nova e

---

<sup>27</sup> Em 1939, o Gabinete de Orçamento seria transferida para o Escritório Executivo, completando assim o objetivo do CIG.

<sup>28</sup> Moulton era professor de economia na Universidade de Chicago e vice-presidente da Associação de Comércio de Chicago. Ver Eakins, "Origens", pp. 172-177; Dorfman, *Economic Mind*, vol. 4, pp. 11, 195-197.

extremamente influente organização, o Conselho de Relações Exteriores (CRE).<sup>29</sup>

E, finalmente, no campo das estatísticas governamentais, Gay e Mitchell encontraram um caminho mais gradual, mas de longo alcance, para o poder por meio da colaboração com Herbert Hoover, que em breve será secretário de Comércio. Assim que Hoover assumiu o cargo no

---

<sup>29</sup> Gay havia sido recomendado ao grupo por um de seus fundadores, Thomas W. Lamont. Foi sugestão de Gay que o CRE iniciasse seu grande projeto estabelecendo um jornal “autorizado”, *Foreign Affairs*. E foi Gay quem selecionou seu colega historiador de Harvard Archibald Cary Coolidge como o primeiro editor e o repórter do *New York Post* Hamilton Fish Armstrong como editor assistente e diretor executivo do CRE. Ver Lawrence H. Shoup e William Minter, *Imperial Brain Trust: The Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy* (Nova York: Monthly Review Press, 1977), pp. 16-19, 105, 110.

início de 1921, ele expandiu o Comitê Consultivo do Censo incluindo Gay, Mitchell e outros economistas e, em seguida, lançou a Pesquisa de Negócios Atuais, a ser realizada mensalmente. A Pesquisa foi projetada para complementar as atividades informacionais das associações comerciais cooperantes e, ao fornecer informações comerciais, auxiliar essas associações no objetivo de Hoover de cartelizar suas respectivas indústrias.

O sigilo nas operações comerciais é uma arma crucial da concorrência e, inversamente, a publicidade e o compartilhamento de informações são uma importante ferramenta dos cartéis no policiamento de seus membros. A Pesquisa de Negócios Atuais disponibilizou os dados atuais de produção, vendas e estoque fornecidos por indústrias e revistas técnicas cooperantes. Hoover também esperava que, com base nesses serviços, eventualmente “o programa estatístico pudesse fornecer o conhecimento e a previsão necessários para combater o pânico ou condições especulativas, impedir o

desenvolvimento de indústrias doentes e orientar a tomada de decisões de modo a eliminar, em vez de acentuar, os ciclos econômicos.”<sup>30</sup> Ao promover sua doutrina de cartelização, Hoover encontrou resistência tanto de alguns empresários que resistiram contra questionários bisbilhoiteiros e compartilhamentos de segredos competitivos quanto do Departamento de Justiça. Mas, sendo um formidável construtor de impérios, Herbert Hoover conseguiu obter serviços estatísticos do Departamento do Tesouro e estabelecer uma “divisão de eliminação de desperdícios” para organizar empresas e associações comerciais para continuar e expandir o programa de “conservação” de guerra de uniformidade compulsória e restrição da

---

<sup>30</sup> Ellis W. Hawley, “Herbert Hoover and Economic Stabilization, 1921–22,” em E. Hawley, ed., *Herbert Hoover as Secretary of Commerce: Studies in New Era Thought and Practice* (Iowa City: University of Iowa Press, 1981), pág. 52.

quantidade e variedade de produtos concorrenciais. Como secretário assistente para liderar este programa, Hoover contratou o engenheiro e publicitário Frederick Feiker, um associado do império de publicações de negócios de Arch Shaw. Hoover também encontrou um assistente excelente e discípulo vitalício no brigadeiro-general Julius Klein, um protegido de Edwin Gay, que chefiara a divisão latino-americana da Secretaria de Comércio Exterior e Doméstico. Como o novo chefe da secretaria, Klein organizou dezessete novas divisões de exportação de commodities – uma reminiscência dos setores de commodities durante o coletivismo de guerra – cada um com “especialistas” vindos das respectivas indústrias e cada um organizando cooperação regular com comitês consultivos industriais paralelos. E através de tudo isso, Herbert Hoover fez uma série de discursos bem divulgados durante 1921, explicando como um programa de comércio do governo bem projetado, bem como um programa na economia doméstica, poderia atuar tanto como um estímulo para a recuperação quanto



como um permanente “estabilizador”, evitando medidas infelizes como abolir tarifas ou cortar salários. A melhor arma, tanto no comércio exterior quanto no doméstico, era “eliminar o desperdício” por meio de uma “mobilização cooperativa” do governo e da indústria.<sup>31</sup>

Um mês após o armistício, a Associação Econômica Americana e a Associação Estatística Americana se reuniram em Richmond, Virgínia. Os discursos presidenciais foram proferidos por homens na vanguarda do excitante novo mundo do planejamento governamental, auxiliado pela ciência social, que estava surgindo. Em seu discurso à Associação Estatística Americana, Wesley Clair Mitchell

---

<sup>31</sup> Hawley, “Herbert Hoover”, p. 53. Veja também *ibid.*, pp. 42–54. Sobre a colaboração contínua entre Hoover, Gay e Mitchell ao longo da década de 1920, ver Alchon, *Invisible Hand*.

proclamou que a guerra havia “levado ao uso de estatísticas, não apenas como um registro do que havia acontecido, mas também como um fator vital no planejamento do que deveria ser feito”. Como ele havia dito em sua palestra final na Universidade de Columbia na primavera anterior, a guerra mostrou que quando a comunidade deseja atingir um grande objetivo “então, dentro de um curto período, mudanças sociais de longo alcance podem ser alcançadas”.

“A necessidade de planejamento científico da mudança social”, acrescentou, “nunca foi tão grande, a chance de fazer essas mudanças de forma inteligente nunca foi tão boa”. A paz trará novos problemas, opinou ele, mas “parece impossível” que os vários países “tentem resolvê-los sem utilizar o mesmo tipo de direção centralizada agora empregada para matar seus inimigos no exterior com o novo propósito de reconstruir sua própria vida em casa.”

Mas o cuidadoso empirista e estatístico também fez uma ressalva. O

planejamento social amplo requer “uma compreensão precisa dos processos sociais” e isso só pode ser fornecido pela pesquisa paciente das ciências sociais. Como ele havia escrito para sua esposa oito anos antes, Mitchell enfatizou que o que é necessário para a intervenção e planejamento do governo é a aplicação dos métodos da ciência física e da indústria, particularmente pesquisa quantitativa precisa e medição. Em contraste com as ciências físicas quantitativas, disse Mitchell aos estatísticos ali reunidos, as ciências sociais são “imaturas, especulativas, cheias de controvérsias” e luta de classes. Mas o conhecimento quantitativo poderia substituir tal luta e conflito por conhecimento preciso comumente aceito, conhecimento “objetivo” “receptivo à formulação matemática” e “capaz de prever fenômenos de grupo”. Um estatístico, opinou Mitchell, está “certo ou errado”, e é fácil demonstrar se ele está certo ou errado. Como resultado do conhecimento preciso dos fatos, imaginou Mitchell, podemos alcançar “experimentos inteligentes e planejamento

detalhado em vez de agitação e luta de classes”.

Para atingir esses objetivos vitais, ninguém menos que economistas e estatísticos forneceriam o elemento crucial, pois teríamos que “depender cada vez mais de pessoas treinadas para planejar mudanças para nós, acompanhá-las, sugerir alterações”.<sup>32</sup>

Na mesma linha, os economistas reunidos em 1918 foram presenteados com o visionário discurso presidencial do economista de Yale, Irving Fisher. Fisher ansiava por uma “reconstrução mundial” econômica que proporcionaria oportunidades gloriosas para os economistas satisfazerem seus impulsos construtivos. Uma luta de classes, observou Fisher, certamente continuaria pela distribuição da

---

<sup>32</sup> Alchon, *Invisible Hand*, pp. 39–42; Dorfman, *Economic Mind*, vol. 3, pág. 490.

riqueza da nação. Mas, ao conceber um mecanismo de “reajuste”, os economistas da nação poderiam ocupar um papel invejável como árbitros independentes e imparciais da luta de classes, esses cientistas sociais desinteressados tomariam as decisões cruciais para o bem público.

Em suma, tanto Mitchell quanto Fisher estavam, sutil e talvez semiconscientemente, defendendo um mundo pós-guerra em que suas próprias profissões supostamente imparciais e científicas pudessem levantar acima das lutas estreitas das classes pelo produto social e, assim, emergir como uma nova classe dominante “objetiva” comumente aceita, uma versão dos reis-filósofos do século XX.

Pode não ser descabido ver como esses cientistas sociais, proeminentes em seus próprios campos e porta-vozes de diferentes maneiras da Nova Era dos anos 1920, se saíram em suas investigações e orientações para a sociedade e a economia. Irving Fisher, como vimos, escreveu várias obras celebrando o suposto sucesso da proibição de bebidas alcoólicas,

e insistiu, mesmo depois de 1929, que desde que o nível de preços se mantivesse estável, não poderia haver depressão ou quebra do mercado de ações. De sua parte, Mitchell culminou uma década de aliança confortável com Herbert Hoover ao dirigir, junto com Gay e o Departamento Nacional, um trabalho enorme e escrito às pressas sobre a economia americana. Publicado em 1929 por ocasião da ascensão de Hoover à presidência, com todos os recursos da economia científica e quantitativa e das estatísticas, não há sequer um indício em *Recent Economic Changes in the United States* de que poderia haver uma quebra e depressão à vista.

O estudo *Recent Economic Changes* foi originado e organizado por Herbert Hoover, e foi Hoover quem garantiu o financiamento da Carnegie Corporation. O objetivo era celebrar os anos de prosperidade presumivelmente produzidos pelo planejamento corporativista do Secretário do Comércio Hoover e descobrir como o possível futuro presidente Hoover poderia manter essa prosperidade absorvendo

suas lições e tornando-as parte permanente da estrutura política americana. O volume declarava devidamente que para manter a prosperidade atual, economistas, estatísticos, engenheiros e administradores esclarecidos teriam que elaborar “uma técnica de equilíbrio” a ser instalada na economia.

*Recent Economic Changes*, um monumento à loucura “científica” e política, chegou rapidamente à terceira edição e foi amplamente divulgado e recebido calorosamente em toda parte.<sup>33</sup> Edward Eyre

---

<sup>33</sup> Uma exceção foi a crítica no *Commercial and Financial Chronicle* (18 de maio de 1929), que ridicularizou a impressão dada ao leitor de que a capacidade dos Estados Unidos “para a prosperidade contínua é quase ilimitada”. Citado em Davis, *World Between the Wars*, p. 144. Também sobre Mudanças Econômicas Recentes e opiniões de economistas da época, ver *ibid.*, pp. 136-51, 400-17; David W. Eakins, “O Desenvolvimento da Pesquisa de

Hunt, o assessor de longa data de Hoover na organização de suas atividades de planejamento, ficou tão entusiasmado que continuou celebrando o livro e seu louvor à prosperidade americana ao longo de 1929 e 1930.<sup>34</sup>

É apropriado encerrar nossa seção sobre governo e estatísticas observando um clamor não sofisticado, mas perceptivo, vindo do coração. Em 1945, a Secretaria de Estatísticas Trabalhistas (SET) se aproximou do Congresso para mais um de uma longa sequência de aumentos nas

---

Políticas Liberais Corporativas nos Estados Unidos, 1885–1965”, Ph.D. diss., tese de doutorado Universidade de Wisconsin, 1966, pp. 166-69, 205; e Edward Angly, comp., *Oh Yeah?* (Nova York: Viking Press, 1931).

<sup>34</sup> Em 1930, Hunt publicou um resumo do tamanho de um livro, popularizado, *An Audit of America. Sobre Mudanças Econômicas Recentes*, veja também Alchon, *Invisible Hand*, pp. 129-133, 135-142, 145-151, 213.



dotações para estatísticas do governo. No processo de questionar o Dr. A. Ford Hinrichs, chefe da SET, o deputado Frank B. Keefe, um congressista republicano conservador de Oshkosh, Wisconsin, fez uma pergunta eterna que ainda não foi totalmente e satisfatoriamente respondida:

Não há dúvida de que seria bom ter um monte de estatísticas. Eu só estou querendo saber se não estamos embarcando em um programa que é perigoso quando continuamos adicionando e adicionando e adicionando a esta coisa. . . . Desde 1932, estamos planejando e obtendo estatísticas para tentar atender a uma situação que tinha um caráter doméstico, mas nunca foram capazes de responder a essa pergunta. Agora estamos envolvidos em uma questão internacional. Parece-me que gastamos uma quantidade enorme de tempo com gráficos e tabelas e estatísticas e planejamento. O que o meu povo está interessado é em saber o

que é tudo isso? Para onde vamos  
e para onde você vai?<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> *Department of Labor—FSA Appropriation Bill for 1945*. Audiências perante o Subcomitê de Apropriações. 78º Congresso, 2ª Sessão, Parte I (Washington, 1945), pp. 258f., 276f. Citado em Rothbard, “Politics of Political Economists”, p. 665. Sobre o crescimento de economistas e estatísticos no governo, especialmente durante a guerra, ver também Herbert Stein, “The Washington Economics Industry”, *American Economic Association Papers and Proceedings* 76 (maio de 1986), pp. 2-3.

